

## Artesania das práticas sociais e a existência inventiva das mulheres do quilombo de Pinhões

Débora Rodrigues Azevedo Silva

Orientadora:  
Shirley Aparecida de Miranda

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
Faculdade de Educação – FaE

Débora Rodrigues Azevedo Silva

**A ARTESANIA DAS PRÁTICAS SOCIAIS E A EXISTÊNCIA INVENTIVA DAS  
MULHERES DO QUILOMBO DE PINHÕES**

Belo Horizonte  
2020

Débora Rodrigues Azevedo Silva

**A ARTESANIA DAS PRÁTICAS SOCIAIS E A EXISTÊNCIA INVENTIVA DAS  
MULHERES DO QUILOMBO DE PINHÕES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Educação, cultura, movimentos sociais e ações coletivas.

Orientadora: Profa. Dra. Shirley Aparecida de Miranda

Belo Horizonte

2020

A994a  
T

Azevedo, Débora Rodrigues, 1987-

A artesanaria das práticas sociais e a existência inventiva das mulheres do quilombo de Pinhões [manuscrito] / Débora Rodrigues Azevedo Silva. - Belo Horizonte, 2020.

172 f. : enc, il.

Dissertação -- (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

Orientadora: Shirley Aparecida de Miranda.

Bibliografia: f. 158-172.

1. Educação -- Teses. 2. Educação -- Relações étnicas -- Teses.  
3. Educação -- Relações raciais -- Teses. 4. Quilombos -- Pinhões (Santa Luzia, MG) -- Teses. 5. Quilombos -- Aspectos educacionais -- Teses.  
6. Comunidades Tradicionais -- Teses. 7. Quilombolas -- Mulheres -- Teses.  
8. Mulheres na educação -- Teses. 9. Negras -- Educação -- Teses.  
10. Memória coletiva -- Teses. 11. Discriminação na educação -- Teses.  
12. Discriminação racial -- Teses. 13. Racismo -- Teses.

I. Título. II. Miranda, Shirley Aparecida de, 1967-. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 370.19342

**Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)**

Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E  
INCLUSÃO SOCIAL**



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Artesania das práticas sociais e a existência inventiva das mulheres no quilombo de Pinhões**

**DÉBORA RODRIGUES AZEVEDO SILVA**

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL, como requisito para obtenção do grau de Mestre em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL.

Aprovada em 13 de novembro de 2020, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Shirley Aparecida de Miranda - Orientador  
UFMG

Prof(a). Bruno Daniel de Sena Martins  
Centro de Estudos Sociais/ Universidade de Coimbra

Prof(a). Nilma Lino  
GomesUFMG

Prof(a). Patrícia Maria de Souza Santana  
UFMG

Professora Dra. Andrea Moreno  
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação:  
Conhecimento e Inclusão Social - FAE/UFMG

Belo Horizonte, 31 de março de 2021.

*Da leitura era preciso tirar outra sabedoria.  
Era preciso autorizar o texto da própria vida,  
assim como era preciso ajudar construir a  
história dos seus. E que era preciso continuar  
decifrando nos vestígios do tempo os sentidos  
de tudo que ficaram para trás. E perceber que  
por baixo da assinatura do próprio punho,  
outras letras e marcas havia. A vida era um  
tempo misturado do antes-agora-depois-e-do-  
depois-ainda. A vida era a mistura de todos e  
de tudo. Dos que foram, dos que estavam  
sendo e dos que viriam a ser.  
(Conceição Evaristo, 2017)*

*Às Marias:*  
Aparecida, Vicentina, Maria, Lourdes e Fernanda,  
Que representam aqui cada uma das mulheres  
que ouvi e que comparecem na pesquisa,  
mulheres que contribuíram imensamente  
para que me tornasse quem sou.  
*Ao Daniel,*  
pedaço de mim, que me inspira,  
incentiva e renova minhas energias.

## AOS QUE PARTIRAM

A morte, às vezes, não se faz anunciar. Chega traiçoeira. O corpo pode deitar-se belo, feliz e amanhã não se levantar, amanhã estar preso ao nada. Às vezes ela manda recado, o sujeito adocece, padece. Às vezes ela faz uma festa no dia anterior. Canta, brinca e sonha no meio do seu ou dos seus escolhidos, e depois os leva traiçoeiramente. E daí. O que os vivos podem fazer? Chorar, viver, cantar, padecer, viver, blasfemar, viver, rezar, viver, viver, viver, viver, viver... (EVARISTO, 2017, pág.76)

Eu não poderia iniciar este trabalho sem dizer das pessoas que nos deixaram durante a realização da pesquisa. Com alguns convivi mais, com outros menos, mas aprendi muito com todos. Seja durante os encontros no dia-a-dia, com a observação ao longo da vida ou simplesmente com a admiração profunda que sempre tive por cada um deles. Por meio de seus nomes aqui descritos, deixo minha solidariedade às famílias assim como aproveito para listar aqueles que já se foram e compareceram através das memórias, das narrativas nesta pesquisa e continuam sendo fontes de inspiração.

Senhor Geraldo Teles completou 103 anos (04/10/2019) estando lúcido. Compartilhou comigo seus saberes e conhecimentos sobre os mais velhos, sobre as tradições que, segundo ele, estavam todas nas palmas de suas mãos. Incentivava-me muito ao dizer que os jovens precisavam sair de debaixo da mesa e levantarem as tradições que estavam sendo esquecidas. Senhor Geraldo faleceu no dia 18 de junho de 2020, em decorrência de uma bronquite.

Senhor Luiz Gonzaga faleceu aos 91 anos. Seus ensinamentos eram suaves como o seu falar. Durante as prosas que tínhamos no passeio de sua casa, seu Luiz fazia transparecer a satisfação de vez ou outra, dizer como era Pinhões antigamente. Senhor Luiz faleceu no dia 10 de julho de 2020, com pneumonia.

Luzia, filha de Dona Elza que era balaieira, cozinheira e lavadeira, começou ainda jovem a cozinhar para os casamentos e festas religiosas de Pinhões, acompanhava sua mãe desde muito nova ao rio Vermelho para ajudar a lavar roupas. Irmã mais velha, entre as mulheres, Luzia ajudou na criação de seus nove irmãos. O convite para nos conceder entrevista foi realizado no dia 08 de maio de 2019, infelizmente Luzia lutava contra o câncer e faleceu no dia 14 de agosto de 2020.

Dona Bárbara, com 83 anos, viveu um pouco de tudo para criar seus nove filhos, foi lavadeira, fazia doces e quitandas. Com seu pai aprendeu a benzer junto a sua irmã e comadre Cecília (que nos concedeu entrevista), saber que compartilhou com sua filha Teresa, também benzedeira que faz parte deste estudo. Dona Bárbara faleceu em decorrência de um AVC, no dia 15 de agosto de 2020.



Dona Lia, paneleira. Suas panelas e seus ensinamentos continuam fazendo com que ela seja uma referência em nossa comunidade, faleceu em 2018.

Dona Cecília, doceira e balaieira. Muito lembrada por suas colegas durante as entrevistas. Dedicou grande parte da sua vida levando frutas, verduras e doces para serem vendidos em Belo Horizonte. Faleceu em abril de 2018.

Mãe Lia, Tia Dóra, Dona Elza, Dona Maura, Dona Laurentina, Dona Maria, Dona Rute, Dona Rosalina, Dona Lourdes, Dona Deusmira, Dona Facinha e tantas outras...

À todas e todos vocês que habitaram esse território sendo exemplos de luta e resistência, expressamos nossa admiração, reconhecimento e gratidão por compartilharem seus saberes!

## AGRADECIMENTOS

À Maria Aparecida Rodrigues Azevedo e Maria Vicentina Moreira Gonçalves, minhas mães, tudo o que sou devo a vocês que ao lado dos meus pais, Ivo e Jonas, batalharam muito pela vida, minha e de meus irmãos.

Ao Daniel Rodrigues Azevedo Silva, meu filho amado, que me inspira, incentiva e renova minhas energias a cada carinho e abraço amoroso. Você é quem me ensina a esperar!

Ao Douglas Silva, companheiro que tem caminhado ao meu lado pelos caminhos estreitos da vida, na luta pela concretização de nossos sonhos.

Às minhas Marias, Maria Rodrigues dos Santos e Maria de Lourdes Rodrigues, por todo amor e preocupação que me dedicam, como mães.

Aos meus irmãos Reinaldo Rodrigues Azevedo e Jardel Rodrigues Azevedo, e cunhadas Renata Silva e Claire Carvalho, minha caminhada teria sido mais difícil sem vocês, que sempre acreditaram em meus sonhos.

Aos meus irmãos Edson Anastácio Gonçalves, Elson Sérgio Gonçalves e Edelço Gonçalves, e famílias, com os quais aprendi que existe família e laços para além do sangue.

Ao meu Padrinho Yeyé, que desde criança me presenteou com material escolar, sua preocupação com meus estudos é por acreditar que a educação seria o caminho que nos permitiria algum acesso.

À Dindinha Elizabeth Nascimento, por todo cuidado e carinho, comigo e com os meus.

Às crianças, Maria Fernanda, Nicolas, Arthur Augusto, João Gabriel e Sophia Eduarda, que me inspiram na busca por dias melhores.

À Augusto Rodrigues Azevedo Oliveira e 'Tio' Carlos Francisco Rodrigues Machado de Oliveira, companheiros de vida em família e dos desafios, que escrevem comigo essa dissertação através das imagens, mapas e ilustrações, porque essa escrita é coletiva assim como tudo que acreditamos.

À Daiane Antônia, Ulisses Soares, Joaquim Carvalho, Érica Roberta, Vanessa Pereira, Emanuele Fagundes e Luciana Mara, Mikaelly Amanda, por me ajudarem levantar depois de cada dificuldade, compreenderem minhas ausências e, mesmo assim, estarem por perto sempre.

Ao Empodere-se: Andreia Crivaro, Nilma Azevedo, Carmen Gonçalves e as demais mulheres do coletivo, a caminhada de mãos dadas é mais leve, a força de vocês, as trocas e incentivos, foram suportes para cursar o mestrado.

Ao Sr. Geraldo Teles, por compartilhar seus conhecimentos e saberes, assim como, as histórias de resistência do meu povo.

À todas as mulheres de Pinhões, ‘mulheres guerreiras’, especialmente às treze que escrevem comigo essa dissertação: Cecília Carvalho, Terezinha Azevedo, Marília (Zica), Maria do Carmo (Carmen), Esther Azevedo, Neide Dos Santos (Sinhá), Catarina(Fiote), Maria Aparecida, Beatriz dos Santos (Biata), Maria das Graças Evangelista, Teresa Carvalho, Rosângela Diniz e Janete Dorcil. Obrigada por me permitirem que esse texto fosse escrito por várias mãos, muitas memórias formando uma mesma história que se entrelaça.

À Shirley Aparecida de Miranda, por acolher esta pesquisa, pelas trocas, pelas possibilidades de aprendizado e de convivência. Você me deu a oportunidade de perceber o afeto como forma de potencializar nosso trabalho nas lutas por emancipação.

À Andréa Marques, minha irmã baiana (como ela nos dizia), sua passagem, assim como sua presença, me ensinam a importância de aproveitar ao máximo todos os momentos, eles podem ser o último, manifeste seu afeto, cuide e ame a todo instante.

Às amigas e amigos da pós Graduação em Educação, especialmente à Fernanda Menezes, Guiomar Timóteo, Bruno Henrique de Paula, Siwê Alves Braz, Ana Martins, Letícia Souza, Miriam Alves, Márcia Basília, Sebastião Everton e Daniel Rosar, foram encontros intensos, as discussões, conversas e relações de amizade construídas durante esse percurso. A caminhada foi longa mas chegou ao fim, talvez tenhamos outros encontros e nossas vidas continuem se cruzando nesta passagem, mas por hora, encerramos este ciclo juntxs.

À Fernanda Menezes, Andreia Cunha, Jaqueline Cardoso e Paola Barbosa, pelas contribuições durante a escrita e finalização deste trabalho.

À Gabriela Guerra, pelo trabalho com as imagens, capa e por cuidar com tanto carinho da parte visual da dissertação.

À Kátia Rocha, Lílian Moraes, Juliana De Blasi, Gabriel Valgas, Breno Viegas, Flávia Figueiredo e demais colegas do KR, o incentivo de vocês, durante as pausas do trabalho, me tornaram mais confiante durante a caminhada.

Ao Afirmação na Pós, todxs os estudantxs, formadorxs e professorxs envolvidxs meu sincero agradecimento.

Aos colegas do Programa Ações Afirmativas, especialmente à Sílvia Miranda, por todo apoio.

Aos professores Ana Galvão e José Eustáquio Brito pelo acolhimento e contribuições para esta pesquisa.

o Wellington por nos proporcionar tanto acolhimento através de seus gestos e do Jardim Mandala.

Às professoras e aos professores que contribuíram com minha formação, vocês foram fundamentais para que eu olhasse com outro olhar a educação, sobretudo para pensar nas formas necessárias de inclusão, especialmente, Tia Selma e Dona Cleud.

Aos meus mestres, Carlos de Brito e Melo e Dânia Souza, por me ensinarem, na graduação, a encarar a vida com coragem me lançando participações desafiadoras.

Ao Pablo Moreno Fernandes Viana, fonte de inspiração, um dos poucos professores negros que tive na graduação, e que plantou em meu coração as sementinhas de desejo e o incentivo, para que eu cursasse o mestrado.

À banca examinadora, Nilma Lino Gomes, Patrícia Maria de Souza Santana, Ana Maria Rabelo Gomes e Bruno Daniel Sena Martins, pela leitura atenta e as contribuições para este estudo.

À CAPES, pela concessão de recursos financeiros que viabilizaram a realização desta pesquisa.

*Peço licença aos meus ancestrais-  
sobretudo ao Valeriano da Conceição,  
“vovô Valu”, meu bisavô, e a  
Amélia Rodrigues, “vovó Samélia”,  
que viveram nestas terras  
na condição de escravizados.  
Para escrever e transmitir o que  
Tenho aprendido através da oralidade.  
Que o respeito à nossa história  
Ajude-nos a preservar nossa existência!*

## RESUMO

Desde as últimas décadas do século passado os quilombos passaram a configurar um fenômeno expressivo da resistência negra à escravidão e as pesquisas sobre comunidades quilombolas no Brasil se intensificaram. Este estudo busca reconfigurar narrativas sobre quilombos por meio da rediscussão de práticas tradicionais em uma comunidade específica, o quilombo de Pinhões, localizado na cidade de Santa Luzia, Minas Gerais. Desenvolvido por uma pesquisadora quilombola – o que altera o lugar de enunciação – considera o protagonismo das mulheres na sustentação do quilombo e focaliza a artesanaria das práticas sociais (Santos, 2019) a partir de relatos de treze mulheres. A dissertação está organizada em quatro capítulos a contar da introdução; o segundo capítulo que apresenta uma descrição detalhada do campo de pesquisa; o terceiro capítulo que discute a artesanaria das práticas sociais das mulheres de Pinhões; e o quarto capítulo que traz a aproximação da prática social das mulheres com as diferentes formas de educação no quilombo, a atuação das professoras e sua contribuição para a institucionalização da escolarização no território. As conclusões tecem considerações acerca da dinâmica da memória e destacam a agência das mulheres da comunidade viabilizando outras possibilidades de existência no território. As reflexões foram acompanhadas pelas noções de memória, tradição e narrativa (Bhabha, 2013; Smith 1999; Cusicanqui 2010; Correa, 2018; Martins 2013, 2018); justiça epistêmica e epistemicídio (Santos,2010); raça e racismo (Gomes, 2012, 2017; Carneiro, 2015; hooks, 2017 ); e escrevivência (Evaristo 2005, 2016).

Palavras chave: Mulheres quilombolas. Memória. Tradição. Artesanaria das práticas sociais

## **ABSTRACT**

Since the last decades of the last century, quilombos have become an expressive phenomenon of black resistance to slavery and research on quilombola communities in Brazil has intensified. This study seeks to reconfigure narratives about quilombos by rediscussing traditional practices in a specific community, the Pinhão quilombo, located in the city of Santa Luzia, Minas Gerais. Developed by a quilombola researcher - which alters the place of enunciation - considers the role of women in sustaining the quilombo and focuses on the craftsmanship of social practices (Santos- 2019) based on reports from thirteen women. The dissertation is organized in four chapters from the introduction; the second chapter, which presents a detailed description of the research field; the third chapter, which discusses the craftsmanship of the social practices of women in Pinhões; and the fourth chapter, which brings the social practice of women closer to the different forms of education in the quilombo, the role of teachers and their contribution to the institutionalization of schooling in the territory. The conclusions make considerations about the dynamics of memory and highlight the agency of women in the community, enabling other possibilities of existence in the territory. The reflections were accompanied by the notions of memory, tradition and narrative (Bhabha, 2013; Smith 1999; Cusicanqui 2010; Correa, 2018; Martins 2013, 2018); epistemic justice and epistemicide (Santos, 2010); race and racism (Gomes, 2012, 2017; Carneiro, 2015; hooks, 2017); and clerk (Evaristo 2005, 2016).

**Keywords:** Quilombola women. Memory. Tradition. Craftsmanship of social practices

## ABSTRACTO

Desde las últimas décadas del siglo pasado, los quilombos se han convertido en un fenómeno expresivo de resistencia negra a la esclavitud y la investigación sobre las comunidades quilombolas en Brasil se ha intensificado. Este estudio busca reconfigurar las narrativas sobre los quilombos al volver a discutir las prácticas tradicionales en una comunidad específica, el Pinhão quilombo, ubicado en la ciudad de Santa Luzia, Minas Gerais. Desarrollado por una investigadora quilombola -que altera el lugar de la enunciación- considera el rol de la mujer en el sostenimiento del quilombo y se enfoca en la artesanía de las prácticas sociales (Santos-2019) a partir de informes de trece mujeres. La disertación está organizada en cuatro capítulos de la introducción; el segundo capítulo, que presenta una descripción detallada del campo de investigación; el tercer capítulo, que analiza la artesanía de las prácticas sociales de las mujeres en Pinhões; y el capítulo cuarto, que acerca la práctica social de las mujeres a las diferentes formas de educación en el quilombo, el papel del docente y su contribución a la institucionalización de la escolarización en el territorio. Las conclusiones hacen consideraciones sobre la dinámica de la memoria y destacan la agencia de las mujeres en la comunidad, posibilitando otras posibilidades de existencia en el territorio. Las reflexiones estuvieron acompañadas de las nociones de memoria, tradición y narrativa (Bhabha, 2013; Smith 1999; Cusicanqui 2010; Correa, 2018; Martins 2013, 2018); justicia epistémica y epistemicidio (Santos, 2010); raza y racismo (Gomes, 2012, 2017; Carneiro, 2015; hooks, 2017); y secretaria (Evaristo 2005, 2016).

Keywords: Mujeres quilombolas. Memoria. Tradición. Artesanía de prácticas sociales



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

IMAGEM 1: Imagem 1: Esquema base para a cartografia das práticas sociais das mulheres de Pinhões.

IMAGEM 2: Muro da quadra da comunidade, grafitado “Pinhões”.

IMAGEM 3: Mapa de Pinhões no Google Maps.

IMAGEM 4: Pinhões visto ‘do alto’.

IMAGEM 5: Congado Catopê de Nossa Senhora do Rosário de Pinhões.

IMAGEM 6: Altar montado onde estava sendo preparada a comida da Festa do Divino Espírito Santo, em 2018.

IMAGEM 7: Rio Vermelho, utilizado para a lavagem das roupas.

IMAGEM 8: As balaieiras: Dona Elza, Dona Facinha, Dona Das Dores e Dona Cecília.

IMAGEM 9: Postagem do neto de Dona Cecília, relatando sua relação com a prática da avó, como balaieira.

IMAGEM 10: Crianças uniformizadas, em frente o Grupo Escolar Antônio de Castro Silva.

IMAGEM 11: As cozinheiras durante a Festa do Divino Espírito Santo de 2018, em Pinhões.

IMAGEM 12: Guardas e congados reverenciando as cozinheiras durante a festa.

IMAGEM 13: Terezinha Azevedo, no Grupo Escolar Antônio de Castro Silva.

IMAGEM 14: Cleud Valesca de Sousa, Esther Azevedo, Aparecida Rodrigues Azevedo e as crianças na entrada da Escola Estadual Padre João de Santo Antônio, em 1979.

IMAGEM 15: Professora Janete Dorcil Pereira.

IMAGEM 16: A primeira escola de Pinhões, que funcionava em um dos cômodos da casa de Naná Bahia, por volta do ano de 1906.

IMAGEM 17: Casa de Zé Lorinda, onde funcionou a segunda escola de Pinhões.

IMAGEM 18: Grupo Escolar Antônio de Castro Silva, inaugurado em 1950.

IMAGEM 19: Escola Estadual Padre João de Santo Antônio.

IMAGEM 20: Senhor Geraldo Teles, em bandeiras de festa junina da escola.

IMAGEM 21: Apresentação da publicação 'Um passeio por Pinhões Quilombola'.

## **LISTA DE TABELAS**

QUADRO 1: Quadro que elucida as exigências do enquadramento normativo escolar que mobilizaram a saída das professoras do território quilombola, em busca de formação.

QUADRO 2: As professoras de Pinhões que lecionavam na escola do território.

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	22
1.1 Introdução .....	23
1.2 Metodologia.....	27
1.3 Apresentando as mulheres que escrevem esta dissertação .....	31
1.4 A pesquisadora e o campo .....	33
1.5 Uma pesquisadora quilombola - “Gente nossa fazendo pesquisa” .....	36
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	42
<b>2. O CONTEXTO DAS PRÁTICAS SOCIAIS TRADICIONAIS DAS MULHERES DE PINHÕES</b> .....	43
2.1 Onde está localizado Pinhões com relação aos “de fora” .....	44
2.2 Pinhões narrado por suas mulheres .....	54
2.3 As mulheres de Pinhões e o território.....	62
2.4 O calendário das “tradições” em Pinhões e sua relação com a prática das mulheres.....	64
2.5 As festas e tradições religiosas .....	70
2.6 As tradições indicadas pelas sujeitas da pesquisa são as festas religiosas .....	72
2.7As festas em relação com os alimentos e as cozinheiras .....	72
2.8 Pinhões ainda em contato com os resquícios do colonialismo eclesial.....	73
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	76
3.1 A artesanania das práticas sociais da tradição.....	77
3.2 As práticas e a tradição .....	79
3.3 Práticas de sustentação da vida.....	82
3.3.1 As Lavadeiras .....	83
3.3.2 As paneleiras .....	89
3.3.3 As Balaieiras.....	91
3.3.4 As Doceiras .....	99
3.3.5 As Costureiras .....	102

3.4 Práticas de sustentação da cultura .....	105
3.4.1 As Cozinheiras.....	106
3.5 Práticas de cuidado .....	112
3.5.1 As Parteiras.....	113
3.5.2 As Benzedeadas .....	117
3.6 Na ausência do Estado se deu a inventividade: a artesanaria por uma vida possível.....	121
3.7 A permanência no Quilombo se dá pela tessitura social das mulheres de Pinhões.....	123
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	126
4. Mulheres e educação no quilombo .....	127
4.1 As professoras .....	130
4.2 O trânsito da escola no território: a primeira fase da escola do quilombo. ....	133
4.3 Gerações e temporalidades da formação das professoras.....	140
4.4. A escola de Pinhões, nos dias atuais.....	149
<b>5. CONCLUSÃO: MEMÓRIAS QUE IMPULSIONAM A EXISTÊNCIA INVENTIVA</b> .....	154
5.1 Os silêncios e a memória traumática (frutos da violência colonial?).....	155
5.2 Da arqueologia das ausências à memória pós-abissal .....	161
<b>6. BIBLIOGRAFIA</b> .....	164

**CAPÍTULO 1**

Dona Cila  
Maria Gadú<sup>1</sup>

De todo o amor que eu tenho  
Metade foi tu que me deu  
Salvando minh'alma da vida  
Sorrindo e fazendo o meu eu

Se queres partir ir embora  
Me olha da onde estiver  
Que eu vou te mostrar que eu tô pronta  
Me colha madura do pé

Salve, salve essa nega  
Que axé ela tem  
Te carrego no colo e te dou minha mão  
Minha vida depende só do teu encanto  
Cila pode ir tranquila  
Teu rebanho tá pronto

Teu olho que brilha e não para  
Tuas mãos de fazer tudo e até  
A vida que chamo de minha  
Neguinha, te encontro na fé

Me mostre um caminho agora  
Um jeito de estar sem você  
O apego não quer ir embora  
Diáxo, ele tem que querer

Ó meu pai do céu, limpe tudo aí  
Vai chegar a rainha  
Precisando dormir  
Quando ela chegar  
Tu me faça um favor  
Dê um manto a ela, que ela me benze aonde eu for

O fardo pesado que levas  
Deságua na força que tens  
Teu lar é no reino divino  
Limpinho cheirando alecrim

---

<sup>1</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=nEjoPH2mLjw> , com acesso em outubro de 2020.

## 1.1 Introdução

Estima-se que existam aproximadamente 5000 (cinco mil) comunidades quilombolas no Brasil. Atualmente, 3524 (três mil, quinhentos e vinte e quatro) quilombos já foram certificadas pela Fundação Cultural Palmares, segundo o site da própria Fundação<sup>2</sup>, órgão responsável pela emissão da certificação de auto-atribuição das comunidades remanescentes de quilombo.

A Comunidade Quilombola de Pinhões foi certificada em 2017, mas sua existência remonta ao século XVIII. Como pesquisadora quilombola que pertence e reside na comunidade fiz parte de uma das associações do quilombo e estive engajada no processo de solicitação da certificação. Em 2017 participei da organização do evento de comemoração desse reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares.

Inquiei-me sobre a narrativa que estava sendo realizada em pesquisas sobre o quilombo. Percebia que algumas histórias comuns a mim e ao quilombo não eram enunciadas nessas produções. Alguns questionamentos surgiram: Por que algumas pessoas estão representadas nas narrativas do quilombo e outras não?

A história dos remanescentes dos negros escravizados está interligada, e percebemos hoje que quase toda população residente descende das poucas famílias que fundaram a comunidade no período escravista. Dei início na elaboração de uma árvore genealógica para tentar entender a narrativa única que construía, pretendia identificar os laços e as famílias que estavam ligados e que formavam a comunidade. Iniciei a pesquisa pelas famílias de meus pais quando encontrei dificuldades em avançar, em razão de uma linha descontínua, fui à procura do Senhor Geraldo Teles, morador mais idoso da nossa comunidade. No encontro com o Senhor Geraldo foi possível descrever muitos moradores e diversas “famílias raízes”, compondo um levantamento de quase 1500 pessoas numa mesma árvore genealógica<sup>3</sup>.

Essa constatação reforçou a problematização da disputa por narrativas que fazem com que determinados fatos, famílias e acontecimentos históricos sejam evidenciados e outros não. Isso pode ser percebido quando, na atual narrativa sobre a história do quilombo, apontada em pesquisas recentes, dizem da existência de poucas “famílias

---

<sup>2</sup> Disponível em [http://www.palmares.gov.br/?page\\_id=37551](http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551), acesso em 10/12/2019.

<sup>3</sup> Não é possível, neste momento, trazer a genealogia porque as ramificações são muitas e levaria à produção de um instrumento que não cabe no Anexo.

raízes” (DIAS, 2015), enquanto nas entrevistas com o patriarca da comunidade não foi possível localizar apenas as famílias normalmente citadas. Por isso, entendemos que essa pesquisa inaugura emergências. Boaventura Santos (2010, p. 38) nomeia como sociologia das ausências o procedimento para desnaturalizar o silenciamento de sujeitos e saberes e a invisibilidade historicamente produzidas. A sociologia das emergências seria o recurso para mostrar o que foi silenciado, como as narrativas do quilombo, a partir de outras raízes e que configuram o que é o quilombo de Pinhões. Chegamos num ponto, com a produção desse estudo, de destituição da lógica de uma narrativa única sobre a origem de Pinhões. Vislumbramos linhas de descontinuidade postas pelas relações com a diáspora africana, que nos trazem várias raízes compondo as linhas que tecem o quilombo. Entendemos como diáspora, a alusão ao processo pelo qual aqueles africanos, “brutalmente desenraizados de tudo o que conheciam, ficaram novas raízes, produzindo novos frutos nas terras onde se encontraram” (WALKER, 2018).

A descrição do Senhor Geraldo sobre a relação das mulheres com o trabalho e as atividades sociais exercidas no quilombo, me despertaram para a presença e preservação dos costumes e tradições que, identificadas como trabalho<sup>4</sup>, sinalizaram para a permanência no tempo de saberes passados de geração em geração, principalmente, pelas mulheres. Assim,

[...] é natural que qualquer prática social que tenha que ser muito repetida tenda, por conveniência e para maior eficiência, a gerar um certo número de convenções e rotinas, formalizadas de direito ou de fato, com o fim de facilitar a transmissão do costume (HOBSBAWN, 2018, p.9).

Isto é o que percebemos em Pinhões, onde se tem as balaieiras, as lavadeiras, as paneleiras, as benzedeadas, as parteiras, as doceiras, as cozinheiras, as costureiras, o uso dos remédios caseiros (plantas medicinais) que dizem da cultura do quilombo. Por isso, queria entender o percurso dessas práticas pelo território e os laços que produziam entre as pessoas.

Parto do entendimento de que o processo de se afirmar quilombola é educativo, pois nele aprendemos sobre política, os direitos dos povos remanescentes, nosso lugar no mundo e como transitamos por ele. Compreendo como um processo em que aprendemos a desconstruir preconceitos e reconstruirmos nossa história e dignidade,

---

<sup>4</sup> Não utilizamos trabalho como categoria de análise social na perspectiva marxista. O trabalho, aqui, refere-se às formas que dão sustentação à vida no quilombo. Indicaremos ao longo da pesquisa o conceito adequado para analisar essas práticas sociais nas quais trabalho, cultura e religião convergem.



pois é preciso romper, como afirma Miranda (2016, p.77) a produção de conhecimento e sua classificação que obedece a uma demarcação que desconsidera saberes “subalternos”, e que desperdiça a experiência social que está em curso.

A pesquisa proposta, considerando que não há, segundo Santos (2010, p. 154), epistemologias neutras, tem o intuito de aprofundar o olhar sobre esse campo. De modo que pertencer à comunidade não fez com que o acúmulo de conhecimento sobre o território se contaminasse por concepções individualizadas dessa realidade, como aponta Silva (2012, p.97). Mas, contribuiu para o entendimento e registro da nossa história, das tradições e das manifestações culturais, para futuros estudos que partam deste lugar, e sobretudo, documentem a história para as crianças, os jovens, os adultos e os idosos da comunidade de Pinhões, o nosso reconhecimento identitário e o nosso pertencimento quilombola.

Compreender melhor quais são as tradições em Pinhões se tornou fundamental para questionar as narrativas que vinham sendo anunciadas e para problematizar quem tem autoridade para falar do quilombo e que níveis de autorização vão sendo conferidos. Para tal entendimento se fez necessário, no entanto, valorizar a riqueza de conhecimentos conservados nos quilombos para que os quilombolas passem a mencioná-lo como referência de resistência, força e luta do nosso povo diante da escravidão. Resistência que ancorou a permanência das comunidades em seu território, a preservação das práticas que perduram no tempo e contribuem na transmissão do conhecimento das comunidades negras e povos tradicionais, que ao mesmo tempo valida a pluralidade de saberes existentes em diversos contextos.

A atuação das mulheres negras associadas às práticas de trabalho deve ser situada por recorrência à Ângela Davis (2016, p.98) quando afirma que “mais de dois terços das mulheres negras da sua cidade foram forçadas a encontrar empregos como cozinheiras, babás, lavadeiras(...)”. Como registra Paulo Corrêa Barbosa (2008),

A presença e participação feminina em Pinhões desde suas origens têm sido forte componente da trajetória da comunidade: das escravizadas que faziam o sabão com o pinhão – fruto que acabou dando nome ao lugar –, as parteiras e rezadeiras - forte tradição local -, até as doceiras e balaieiras, que sempre auxiliaram no sustento das famílias (BARBOSA, 2018, p.67).

Tais apontamentos nos convocaram para o fato de que o sentido da tradição está nas relações de poder que as instituem como válidas e importantes. Isso começou a fazer sentido quando do reconhecimento como comunidade quilombola, a exigência

trazida de superar os traumas da memória pela afirmação de existências válidas, recolocaram a importância de determinadas práticas que ganharam a designação de tradicionais. Ou seja, a tradição está na fronteira das relações de poder – o reconhecimento interno e externo ao quilombo.

A observação dos grupos de mulheres nos despertou para várias indagações que reforçam os questionamentos acerca de possíveis invisibilidades produzidas. Consideramos que algumas pesquisas produzem a invisibilidade, uma vez que dão visibilidade a determinados grupos e não a outros através de uma dinâmica de autorização que não é a da dinâmica do quilombo, e sim de uma instituição que está construída em diálogo com a externalidade. Uma vez que a maioria dos pesquisadores chegam até o quilombo via contato realizado com a Associação Cultural das Mulheres Quilombolas de Pinhões. É necessário frisar, no entanto, que não se trata de questionar a autoridade da Associação, mas de ser essa a única forma de autoridade e autorização presente para as pesquisas no quilombo.

Desta forma indagamos se essas pesquisas produzem (ou reproduzem) novas invisibilidades, quando não são confrontadas com outras lógicas. Com essa suposição outras questões emergiram, como: A pesquisa produzida por alguém que é do quilombo pode revelar outros sistemas de autoridade? Pode atribuir reconhecimento e visibilidade a outras tradições, memórias e narrativas?

As outras dinâmicas do quilombo fazem com que, por vezes, ele tenha diferentes formas de conferir reconhecimento ao trabalho que tem lá dentro, isso não é um demérito das pesquisas, talvez esse seja o limite de um pesquisador “de fora<sup>5</sup>”. Logo, se não temos estudos produzidos por pesquisadores da comunidade ficamos apenas com o olhar de investigadores “de fora”. Não que estejamos deslegitimando as pesquisas anteriores, mas precisamos nos ater a possibilidade de que sejam incompletas e corremos o risco de desconsiderar os vários fios que tecem a existência em Pinhões. As narrativas únicas, como narrativas totalizantes, não podem ser mantidas.

Adiciono que não há aqui uma afirmação de que as pesquisas realizadas por quem pertence ao quilombo sejam mais completas, ou mais verdadeiras visto que conforme aponta Michel Foucault (1986), não existe uma verdade absoluta produzida pelos discursos. Sendo o discurso compreendido por um conjunto de enunciados produzidos dentro de regimes de verdade engendrados em estruturas de poder

---

<sup>5</sup> Expressão utilizada em Pinhões para designar pessoas que não pertencem ao quilombo.

(FOUCAULT, 1986). Ocorre que partem de outro lugar de fala – reivindicado por quem esteve por séculos silenciado, invisível ou aparecendo na condição de objeto de pesquisa. A mudança do lugar de enunciação pode evidenciar processos de ausências e silenciamentos insuspeitos. Pode também revelar dinâmicas desconhecidas, ou inseridas em lógicas que não são partilhadas fora do quilombo, e por isso, mais difíceis de serem acessadas.

Decidimos trabalhar nessa pesquisa com base nas pessoas que nunca tinham sido ouvidas em pesquisas anteriores, ou com recorte que se aproxime deste. O que essas pessoas indicariam como tradição do quilombo? Quais as narrativas seriam possíveis acessar que não haviam sido publicadas?

Embora existam muitos grupos de mulheres atuantes na comunidade, coletivo e associação, optamos por trabalhar com aqueles que atuam e (re)existem ou resistiram durante muitos anos na comunidade com o protagonismo feminino. Em função disto, o Coletivo Empodere Se, a Guarda de Congo do Divino Espírito Santo (congado conduzido por mulheres) e a associação não farão parte dessa pesquisa. Outro determinante para tal delimitação é que as associações são constituídas pelo referente jurídico e não pretendíamos analisar o quilombo através desta vertente por ser um campo de força que incide sobre o quilombo, mas diz mais de relações de poder de âmbito externo.

## 1.2 Metodologia

A pesquisa traz a perspectiva das produções no campo da temática quilombola, proposta por uma pesquisadora do próprio quilombo, o que segundo Givânia Maria da Silva<sup>6</sup>(2012) apresenta uma relação diferenciada com o campo.

Assim como membro da comunidade em que a pesquisa se insere, carregamos valores e crenças que são da cultura desse povo, não sendo possível ser uma pesquisadora que começa a se relacionar no seu campo de pesquisa durante a sua realização para tomar conhecimento da realidade e interpretá-la no espaço de tempo em que a pesquisa ocorre. Nossa relação com o campo também se pauta pelo pertencimento e pelas raízes históricas. (SILVA, 2012, p. 98)

---

<sup>6</sup> Faremos a opção de não citar apenas sobrenome para sinalização de gênero e identificação exata para caso de sobrenomes iguais e para demarcação de gênero.

Não se encontrará neste trabalho uma descrição da aproximação com o campo e nem tão pouco, detalhes da forma como ocorrem as buscas ou aproximações com as sujeitas que nos concederam entrevistas, pois cada uma das mulheres que possibilitaram essa pesquisa faz parte da minha vida e da minha formação. Elas contribuíram e continuam contribuindo com tudo que aprendi e aprendo cotidianamente vivendo em Pinhões. Cresci raspando tacho de doce de leite que Sinhá me dava através do muro de nossa casa; aprendi um pouco sobre o poder das ervas nos chás, nos banhos; fui levada inúmeras vezes para benzer quando criança e depois de crescida, para curar mal olhado, vento virado, espinhela caída, sentimento, etc; cresci ouvindo sobre o compromisso e solidariedade das parteiras que partilhavam seus conhecimentos cuidando dos partos e banhos dos bebês, preparando as ervas que ajudariam na cicatrização.

Eu era uma daquelas crianças que ajudavam a recolher os balaios quando o ônibus voltava da cidade trazendo as balaieiras; tinha meus vestidos feitos pelas costureiras, assim como as fardas de congado dos meus irmãos foram por elas confeccionadas; frequentei muitos casamentos e festas de Nossa Senhora do Rosário e do Divino, ansiosa pela deliciosa comida das nossas cozinheiras; nadei e hoje levo meu filho ao rio onde as roupas eram lavadas pelas lavadeiras; cresci me espelhando nas educadoras da minha família, que independentemente da sua escolaridade, sempre mantiveram compromisso com a educação no quilombo e no qual eu me inspiro.

Por isso, não existe a possibilidade de que a pesquisa estivesse deslocada das minhas vivências. Este trabalho trará, em alguma medida, muito da minha relação com o território, com essas mulheres que sempre foram referência em minha vida. Portanto, ousou dizer que a construção desta pesquisa não aconteceu no tempo delimitado para o mestrado, pois o texto traz percepções e aprendizados que carrego com minha pertença. Embora a aproximação com a academia tenha me despertado a observar, entrevistar e usar ferramentas metodológicas que reconfiguraram diálogos com os parâmetros acadêmicos, minhas vivências estão presentes na elaboração da escrita, como nos ajuda a compreender a querida Conceição Evaristo (2016) com o conceito de escrevivência.

Empreendi a pesquisa como escrevivência, trazendo para o texto a espessura do quilombo a partir de minha vida. Esse conceito é aplicado à escrita literária, que não é o caso aqui. A palavra escrevivência é um neologismo que facilmente compreendemos do que se trata: escrita e vivência. Utilizado por Conceição Evaristo para elucidar seu fazer poético, o conceito se aplica a uma geração de escritoras negras que imprimem em seu texto a marca da experiência de raça e gênero. Se estende também à criação de uma

narrativa que se apoia na tradição dos seus. Traremos ao longo dos capítulos trechos dessa escritora que permeiam algumas experiências com as quais nos aproximamos com a vida em comunidade. Desta forma, realidade, poesia e academia não estarão completamente desvencilhadas.

Não é possível assumir a autoria deste trabalho sem dizer que é um trabalho coletivo, assim como o mestrado é uma conquista coletiva. Portanto, essa dissertação foi escrita por várias mãos. Começou com os relatos de treze mulheres que foram entrevistadas durante a pesquisa, suas falas compõem a escrita. Por isso, utilizamos neste trabalho excertos maiores desses relatos como oportunidade de contextualizá-los, para assim permitir melhor compreensão do campo.

As imagens não são ilustrativas. Trazem a participação de outras pessoas do quilombo na composição do trabalho de pesquisa. O artista Carlos Francisco Rodrigues Machado de Oliveira, meu primo, responsável pelas artes que ilustram o texto. Por se tratar de um trabalho artístico, construído a partir do que o quilombo proporciona e em profunda conexão com recursos imagéticos que lá circulam, as imagens não serão tratadas com legendas conforme as regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Os mapas e cartografias foram desenvolvidos por Augusto Rodrigues Azevedo Oliveira, meu primo, estudante de arquitetura. Algumas fotografias foram produzidas por Paola Barbosa, fotógrafa da nossa comunidade, e outras foram doadas para o trabalho pelas sujeitas da pesquisa e seus familiares. Salientamos que as sujeitas se apropriaram deste trabalho. Indicando outras, perguntando sobre o andamento da pesquisa, trouxeram informações, indicaram referências. Assim, algumas pessoas que aparecerão ao longo do texto e que não compuseram o conjunto das entrevistadas entram para trazer mais informações, complementar ou retificar. Isso ocorreu muito fortemente no capítulo 4, recontando a história da escola.

Nossas escolhas metodológicas buscaram a contribuição de teóricas negras, negros, quilombolas e indígenas. Consideramos os relatos de nossas entrevistadas como referências, pois seus saberes e experiências são por nós utilizados como forma de descolonizar a escrita e as normas hegemônicas do conhecimento. A busca por outras possibilidades de autoria e escrita também compareceram com a utilização de músicas na transição dos capítulos, assim como poesias de mulheres negras que perpassam o trabalho. Desse modo, Carlos, Augusto e Paola, foram escolhas conscientes por um processo de construção coletiva deste estudo, como também as mulheres e a forma como se apropriaram também. Por esta razão, assinalamos que o uso do plural na

dissertação não é uma escolha por um plural de modéstia – como indicam normas de redação acadêmica. É uma forma de reconhecimento às várias mãos que escreveram comigo – desde as mulheres do quilombo às autoras escolhidas.

Optamos pela realização de entrevistas narrativas como o melhor caminho metodológico, pois “através da narrativa, as pessoas lembram o que aconteceu, colocam a experiência em uma sequência, encontram possíveis explicações para isso, e jogam com a cadeia de acontecimentos que constroem a vida individual e social” (GASKELL e BAUER, 2002). As entrevistas narrativas coadunam com a expectativa de abrir espaço de escuta para vozes que não compareceram em outras pesquisas, além de ampliar o escopo do que pode definir o quilombo e conferir visibilidade para a agência das mulheres que compõem este estudo.

A maioria das entrevistas foi realizada nas casas das entrevistadas e quase sempre encerradas com um café ou chá que propiciava muitas trocas. As entrevistas narrativas não foram estruturadas seguindo a lógica estabelecida por cada participante da pesquisa. Partimos da pergunta geradora: “O que significa ser de Pinhões para você?”. Deste modo, acessamos muitas memórias ditadas pela lógica estabelecida por elas que permitiu acessar o passado, o presente e os anseios de futuro.

Selecionamos, pelo menos, para cada prática social realizada no quilombo, uma mulher. No contato inicial com as sujeitas de nossa pesquisa, percebemos que estavam envolvidas de modo relacional em mais de uma prática social, quer seja de trabalho ou religiosa, por meio não só de conexões familiares, como também com outras mulheres na mesma prática ou em mais de uma. Não sendo possível assim, enquadrá-las em uma única função dentro da cartografia.

Começamos a fazer contato com as mulheres e cada vez que finalizávamos uma conversa ou entrevista nos era sinalizado a necessidade de entrevistar alguma outra pessoa. Algumas entrevistas não foram realizadas individualmente, pois algumas entrevistadas estavam acompanhadas, fato que oportunizou ouvir outras pessoas. Além disso, algumas entrevistadas não estavam previstas no início desta pesquisa.

Tivemos uma resposta negativa, vinda de uma cozinheira da comunidade que ao ser procurada disse ser muito tímida para falar. Sinalizou que considerava a pesquisa muito importante em que ter alguém de Pinhões escrevendo sobre a nossa história era fundamental para que as crianças e jovens tivessem a oportunidade de conhecer as coisas que aconteciam e acontecem aqui. Porém, sabia que após a publicação da entrevista existia a possibilidade de ser procurada por outros pesquisadores e, de saída,

disse que não estaria disposta a falar com alguém além de mim, logo, não aceitaria participar deste estudo.

### **1.3 Apresentando as mulheres que escrevem esta dissertação**

“Você já entrevistou alguém aqui, sem ser eu?”  
(Cecília Carvalho - 2019)

Realizamos uma cartografia para mapear todas as práticas sociais, de trabalho e culturais resistentes no quilombo de Pinhões, sendo algumas nomeadas como tradições, e quais pessoas ainda estavam ligadas a elas.

O levantamento foi feito observando todas as práticas que fazem de Pinhões um quilombo e o diferenciam de outras comunidades. Tal observação se iniciou na cerimônia de realização da solenidade da entrega do título de reconhecimento de Pinhões como quilombo, em 2017, em que essas mulheres e suas práticas foram homenageadas e compuseram a cerimônia como pessoas importantes na constituição da comunidade. Naquele levantamento foi possível mapear as benzedeadas, cozinheiras, parteiras, balaieiras, lavadeiras, doceiras e paneleiras.

Após o início das entrevistas detectamos forte presença das costureiras no território de Pinhões. Durante a realização das entrevistas, algumas das entrevistadas disseram ser costureiras e narraram como aprenderam essa função, outras sugeriam e apontavam a importância de ouvirmos as costureiras na pesquisa. Foi também através da sinalização das entrevistadas que nos atentamos para a forte presença das professoras e sua atuação na comunidade. A partir disso, decidimos nos ater a agência das professoras nas práticas sociais tradicionais em Pinhões.

Vale ressaltar que estamos compreendendo como o Quilombo de Pinhões o território que o envolve. Sendo sua extensão por nós compreendida entre o Mosteiro de Macaúbas e a Fazenda das Sesmarias de Bicas. Logo, algumas de nossas entrevistadas pertencem ao bairro Pinhões e outras às áreas de seu entorno.

A escolha por uma ou duas mulheres pertencentes a cada grupo, nos colocou diante da constatação de que a maioria delas estava e/ou tinha na família mulheres que transitavam por mais de uma prática social da comunidade. Algumas são benzedeadas e cozinheiras; parteiras e cozinheiras; doceiras e balaieiras; ou na transição entre professoras que foram lavadeiras; lavadeiras que se tornaram doceiras e balaieiras que

era parteira. Enfim, trata-se de diferentes relações constituídas através de suas práticas, que permitiram e permitem forte relação com as pessoas, o território e tudo o que nele é produzido.



**Imagem 1:** Esquema base para a cartografia das práticas sociais das mulheres de Pinhões. Fonte: Elaboração da autora

As cozinheiras, benzedadeiras, parteiras, balaieiras, lavadeiras, costureiras, doceiras, paneleiras e professoras de Pinhões são as mulheres que possibilitaram a presente pesquisa:

Cecília Barbosa de Carvalho, tem 86 anos, viúva, mãe de 9 filhos, é costureira, doceira e benzedeira. Aprendeu a benzer com seu pai e sua avó.

Terezinha Azevedo Pereira, tem 85 anos, viúva, mãe de 10 filhos. É professora e lecionou em Pinhões durante toda sua carreira profissional. Sua sogra era parteira.

Marília Pereira Rosa, 79 anos, viúva, mãe de 4 filhos. Sempre atuou nas festas da comunidade como cozinheira. Sua mãe Manuela, era parteira.

Maria do Carmo Araújo de Liseu, 77 anos, viúva, mãe de 7 filhos. Sempre atuou nas festas da comunidade como cozinheira. Sua mãe Manuela, era parteira.

Esther Azevedo, 75 anos, divorciada, mãe de 6 filhos. É professora, lecionou e atuou como diretora na escola da comunidade.



Catarina Conceição Santos, mãe de 6 filhos. Veio para Pinhões após seu casamento, natural do Engenho, comunidade vizinha de Pinhões. Sempre atua nas festas da comunidade como cozinheira e suas filhas também são cozinheiras.

Neide Maria dos Santos Araújo, 73 anos, casada com Milton, mãe de 5 filhos. Conhecida na comunidade como Sinhá. É costureira e doceira, profissão que aprendeu com sua mãe Rute, que era doceira, lavadeira e balaieira. Sua sogra, Manuela, era parteira.

Maria Aparecida Rodrigues Azevedo, 69 anos, casada com Ivo, é mãe de 3 filhos. É professora aposentada, atuou na escola de Pinhões e de Macaúbas.

Maria das Graças Evangelista, 68 anos, viúva, mãe de 5 filhos. Foi lavadeira e é balaieira, ocupações aprendidas com sua mãe, Deusmira, e com sua avó Chica.

Maria Beatriz dos Santos, 68 anos, casada com Odilson, mãe de 4 filhos. Foi lavadeira, profissão que aprendeu para ajudar a mãe Rosalina, que era lavadeira e paneleira.

Teresa da Conceição Carvalho Santos, 57 anos, casada com Márcio, mãe de 4 filhos. É cozinheira e benzedeira, práticas aprendidas com sua mãe, Bárbara, que também foi benzedeira e aprendeu o benzer com seu pai e avó.

Rosângela Diniz, 56 anos, solteira, sem filhos. É balaieira, doceira e foi lavadeira ocupações que aprendeu com sua mãe Doralice, também balaieira e doceira, lavadeira, cozinheira e parteira. Sua avó Conceição também foi doceira e balaieira.

Janete Dorcil Pereira, 54 anos, casada com Adilson, mãe de 2 filhos. Professora, lecionou em Pinhões durante toda sua trajetória profissional. Sua mãe, Noêmia, era lavadeira e sua avó Rosalina foi lavadeira e paneleira. A sogra Terezinha Azevedo também é professora.

Entre essas mulheres está minha mãe Aparecida, minhas tias Esther Azevedo e Terezinha Azevedo. Janete minha madrinha e comadre, algumas primas e todas com quem cresci aprendendo muito sobre a vida em comunidade.

#### **1.4 A pesquisadora e o campo**

“Cê é gente de quem? (...)  
Quer dizer que você aqui é parente de Neli,  
você é gente de Neli, minha dona.”  
(Sr. Geraldo Teles - 2017)

Propondo entender um pouco mais sobre meu quilombo, procurei Sr. Geraldo Teles para conversar sobre diversas questões que me inquietavam. Naquele momento, estava com 103 anos de idade,

A primeira pergunta que ele me fez foi: “Você é gente de quem?”. Meio sem jeito para tecer a resposta, tentei explicar quais eram meus parentes em Pinhões, quem eram meus pais e meus avós. Tempos depois, uma vez que sempre que nos encontrávamos, havia tempo para uma prosa, o Sr. Geraldo me disse: “Você é gente de Neli, minha dona”. Entendi a partir daquele momento que a pergunta que me fizera, há tempos atrás, buscava referências de quem eu era em relação à sua família e onde me encontrava numa linha contínua de gerações vindas de uma ancestralidade negra, marcada por fortes traços de familiaridade que contaria muito para a partilha de conhecimentos e saberes a respeito do meu povo. Diante disso, torna-se relevante afirmar que: sou gente de Neli, bisneta de Valeriano da Conceição e vovô Valu, que foi escravizado e alforriado pelo Mosteiro de Macaúbas pertencente à igreja católica.

Meu interesse pela pesquisa se deu em contato com as discontinuidades de minha árvore genealógica. Filha de Aparecida Rodrigues e neta de Angelino Rodrigues, sempre busquei entender por que meus avós saíram de Pinhões para morar em Santa Teresa/Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, deixando o restante da família.

Logo nas primeiras buscas em família, descobri que meu bisavô, Valeriano da Conceição, pai do meu avô materno, saiu de Pinhões por sofrer “retaliações” por ser alforriado e ter se casado com minha bisavó Amélia, que era liberta. Vovô Angelino, se mudou para Santa Teresa aos oito anos de idade e a família é uma das primeiras moradoras do bairro.

Angelino, por sua vez, casou-se com Conceição, também de Pinhões com quem teve quatro filhos. José, Maria, Maria de Lourdes e Maria Aparecida (minha mãe). Anos depois, ainda morando na capital do estado, minha mãe se casou com meu pai que também é de Pinhões. E assim se deu o retorno de parte da família de Valu para Pinhões.

Casada com Ivo Azevedo, minha mãe passava a pertencer à outra família de Pinhões, os Azevedo. Embora a discontinuidade dos sobrenomes dificulte a busca por uma genealogia nos termos hegemônicos, nas linhas de hereditariedade descendem dos

Diniz. Mas, isso é uma longa história que tenho pesquisado na tentativa de desvendar as assimetrias nas narrativas do Quilombo onde vivo.

A partir da construção de uma árvore genealógica que parte das duas famílias da qual descendo, fui de encontro às memórias silenciadas e ao encontro de uma ancestralidade até então que me fora negada, forjada e por vezes apagada.

O encontro com a pesquisa me permite dizer que: quilombola de Pinhões, sou filha de Maria Aparecida e Ivo Azevedo, neta de Helena Reis e Arcênio Azevedo, descendente dos Diniz, Conceição dos Santos e Angelino Rodrigues, descendente dos “da Conceição”, bisneta de Valu como me lembra uma das entrevistadas.

-É isso mesmo, Valu, ele morava até, ali embaixo. Seu Valu que a gente chamava ele. Ele que eu ouvi falar, que ainda tinha que era escravo, mas eu mesma não cheguei a saber, ver a coisa dele não. Não cheguei saber o quê que ele fazia e nem nada com a escravidão, só ouvia falar que ele era escravo. (Terezinha Azevedo- 2019)

Bisneta de Vovô Valu. Homem, negro, escravizado por um processo colonial que visava à exploração do trabalho, de saberes e conhecimentos de uma ancestralidade sábia e potente sequestrada em África. Como pesquisadora, viso o encontro entre as memórias silenciadas pelo racismo e o processo de colonização que reverbera até hoje em memórias traumáticas que silenciam histórias de resistência e superação. Para tanto, se faz necessário elucidar que,

No caso raro de alguém de dentro, alguém que pertence à comunidade, ascender à condição de cientista, o protocolo científico sempre exigiu que agisse como alguém de fora, como se não pertencesse a comunidade. Pertencer ou não pertencer a comunidade dos excluídos é uma questão diferente para a ciência pós-abissal. A comunidade decisiva de pertencimento ou identidade tem a ver com partilhar a luta contra a dominação. Saber de que lado se está é mais decisivo do que saber quem se é. Apenas nessa base é possível construir as alianças políticas e as ecologias de saberes exigidas pelas epistemologias do Sul. Isso não quer dizer que pertencer a uma comunidade não seja existencialmente importante. É claro que é, e por duas razões principais que efetivamente exemplificam a maior autorreflexividade que se exige ao investigador de dentro, que pertence à comunidade ou grupo. Por um lado, quem é de dentro possui uma experiência da comunidade que vai muito além da sua presença nela enquanto cientista. Os conhecimentos artesanais que circulam por toda a comunidade são-lhe, no mínimo, tão bem conhecidos quanto o conhecimento científico que detêm (SANTOS, 2019, p.220).

Logo, meus laços de pertencimento com o território pesquisado, o Quilombo de Pinhões, não pretendem alcançar a neutralidade científica, mas sim, contribuir para que

haja um diálogo que permita trocas dos conhecimentos contra-hegemônicos e dos produzidos na academia. Concordando com bell hooks<sup>7</sup>,

Eu me situo na margem. Perto de uma distinção definida entre a marginalidade que é imposta pelas estruturas opressivas e a marginalidade pela qual se opta como espaço de resistência – como lugar de abertura e de possibilidade radicais. Esse local de resistência é formado constantemente naquela cultura segregada de oposição que representa nossa resposta crítica à dominação. Chegamos a esse espaço passando por sofrimento e dor, passando por luta. Sabemos que a luta alegre, encanta e satisfaz o desejo. Somos transformados, individualmente, coletivamente, à medida que criamos um espaço criativo radical que afirma e sustenta nossa subjetividade, que nos dá um novo lugar a partir do qual podemos articular nosso sentido de mundo (hooks- 2019, p. 295).

É este sentido de mundo que faz pronunciar outras possibilidades de existência e de produção de conhecimentos, antes subalternizados.

### **1.5 Uma pesquisadora quilombola - “Gente nossa fazendo pesquisa”**

Uma das coisas que eu estava dizendo é que, como mulher negra, sempre tive aguda consciência da presença do meu corpo nestes ambientes que, na verdade, nos convidam a investir profundamente numa cisão entre mente e corpo, de tal modo que, em certo sentido, você está quase em conflito com a estrutura existente por ser uma mulher negra, quer professora, quer aluna. Mas, se você quiser permanecer ali, precisa, em certo sentido, lembrar de si mesma – porque lembrar de si mesma é sempre ver a si mesma como um corpo num sistema que não se acostumou com a sua presença ou com a sua dimensão física (hooks, 2018, p.181).

Entender-me como pesquisadora, no início, paralisou-me diante do campo. Percebi a necessidade de não reproduzir as dinâmicas com as quais queria romper. A questão era: como fazer pesquisa de modo a não reproduzir assimetrias? De modo a abrir a escuta ao que não estava em outras pesquisas. Tinha suspeitas de que alguns procedimentos poderiam gerar silenciamentos, constrangimentos às sujeitas da pesquisa. Mas não tinha segurança de que procedimentos seriam esses e carregava muitas dúvidas sobre minha própria capacidade de escuta (estranhar aquilo que me era tão familiar; problematizar com o repertório crítico que estava construindo no espaço acadêmico, sobretudo, acerca do racismo).

---

<sup>7</sup> bell hooks é um pseudônimo, na verdade, um nome social adotado não para se esconder, mas para fazer ver os apagamentos acumulados e homenagear as mulheres que vieram antes. O nome de registro é Gloria Jean Watkins. bell hooks em homenagem a bisavó, Bell Blair Hooks, e em minúsculo é opção da autora para enfatizar o conteúdo da escrita e não a pessoa que escreve.

Ali percebi que ser da comunidade faria desta pesquisa diferente das demais, não porque eu traria uma pergunta diferenciada. Mas, porque o meu contato com as entrevistadas se daria de forma diferente das demais pesquisadoras. Elas são minhas referências de vida, assim meu campo de pesquisa é o meu lugar, é onde eu me constituí enquanto pessoa, onde me formei enquanto ser humano e onde passei a me enxergar enquanto uma mulher negra e quilombola que se percebia separada e distante do restante do mundo.

Na comunidade as mulheres que entrevistei interagiam com o trabalho, perguntando quem mais eu havia entrevistado, quem eu ainda pretendia entrevistar e indicando outras mulheres que elas consideravam que deveriam ser ouvidas. Ouvi também, muitas vezes, que era importante alguém de Pinhões escrever sobre a comunidade, isso contribuiu para que eu travasse diante da escrita.

Todas as questões expostas evidenciam que as experiências e contexto em que sempre estive inserida me posicionam como sujeita improvável na produção do conhecimento, em razão dos atravessamentos causados pela desigualdade racial e o racismo, frutos da violência colonial que corrobora com o distanciamento das pessoas negras da universidade, o que também percebemos com a população indígena quando Glória Alzandua (2000) questiona: “Por que sou levada a escrever? Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito da minha revolta e a mim mesma também (...)”, e continua afirmando que “nunca vi tanto poder para motivar e transformar os outros como aquele presente na escrita das mulheres de cor” (ALZANDUA, 2000, p.234)

Serei eu, a primeira mulher preta do meu quilombo a concluir o mestrado, sendo este cursado numa universidade pública na área do conhecimento que aprendi a amar, ao lado de tantas mulheres educadoras que ensinam seus saberes aprendidos na escola, seus conhecimentos incorporados (TAYLOR, 2013) durante a vida e que, durante o desenvolvimento deste trabalho, contribuíram com suas narrativas, com a concessão de livros, fotografias e se dispuseram a ler e revisar cada página aqui escrita e indicaram outras mulheres para participarem deste estudo que assinam comigo a escrita da dissertação.

Minha presença na academia é fruto das políticas de ações afirmativas. Incentivada pela amiga e pesquisadora Carmen Gonçalves, tive acesso ao edital do Afirmção na Pós, grupo de estudos do Programa do Ações Afirmativas, da UFMG. Frequentar o grupo de estudos possibilitou ter acesso à várias discussões sobre as

relações étnico-raciais e fundamentar o projeto de pesquisa proposto ao Programa de Pós Graduação. Ingressei no Programa de Pós Graduação em Educação e Inclusão Social, no ano de 2018, através da reserva de vagas para pessoas negras, as cotas raciais, que também é uma das lutas dos povos quilombolas.

Atuei nas bancas de heteroidentificação para ingresso na UFMG. O trabalho trouxe reflexões profundas sobre a importância da manutenção das políticas de reserva de vagas para a garantia de direitos da população negra. Essas políticas buscam a reparação histórica das opressões que atingem a população negra brasileira, assim como os quilombolas e indígenas.

Tive a oportunidade de acompanhar o curso de aperfeiçoamento em Educação Escolar Quilombola, Afirmando Direitos, no qual as trocas com professores quilombolas de outras regiões do estado contribuíram para a aproximação e conhecimento sobre diferentes realidades.

Essas e outras experiências no mestrado levaram-me a refletir sobre a participação de novos sujeitos no processo de construção de conhecimento, fiz essa reflexão me posicionando desde o ingresso. Pois a experiência do Afirmação na Pós me situou de que a produção de conhecimento não é neutra e ocorre em relações de poder e que é necessário o posicionamento como sujeito coletivo na produção do conhecimento (quilombola, mulher e negra). Deste modo, optamos por dialogar com teorias e em disciplinas que se dispusessem a discutir lógicas de visibilidade em que sujeitos improváveis comparecessem com suas agências e tensionassem o caráter violento dos conhecimentos hegemônicos. Observamos o quanto essas novas presenças tensionam para a criação de novas metodologias que consigam abarcar os conhecimentos já acumulados por essas pessoas e desafiar novos métodos para construção e trocas que possibilitem relações com a academia para além das relações coloniais previamente estabelecidas.

O que é crucial nessa visão do futuro é a crença de que não devemos simplesmente mudar as narrativas de nossas histórias, mas transformar nossa noção do que significa viver, do que significa ser, em outros tempos e espaços diferentes, tanto humanos como históricos (BHABHA, 2013, p.403).

Optamos por não construir um capítulo teórico nessa dissertação. Isso não quer dizer que a teoria não tenha nos acompanhado e permitido aprofundar interrogações e ampliar leituras. Mas, optamos por colocar em primeiro plano as vozes das mulheres de

Pinhões. Sinalizamos que nos guiaram as noções de justiça epistêmica, elaboração de Boaventura de Souza Santos que conduz às Epistemologias do Sul, juntamente com o conceito de epistemicídio por meio da concepção de Sueli Carneiro (2005)

(...) se constituiu e se constitui num dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnica/racial, pela negação que empreende da legitimidade das formas de conhecimento, do conhecimento produzido pelos grupos dominados e, conseqüentemente, de seus membros enquanto sujeitos de conhecimento. (CARNEIRO, 2005, p. 96)

Memória e tradição foram dois conceitos que ajudaram a compor a tessitura dessa elaboração e confluem com a produção de uma narrativa do quilombo, a partir das mulheres e suas práticas sociais. A interpelação das práticas sociais foi organizada em diálogo com o conceito de artesanaria das práticas sociais, como explicaremos no capítulo 3.

Consideramos que a emergência de novas narrativas que tenham ligação com o território trariam as memórias de resistência e portanto, possibilitariam o encontro de tempos e historicidades, colonialismo e colonialidade, escravidão e pós abolicionismo dentro dos quilombos. Contribuindo para perceber as estruturas marcadamente racistas que definem as lógicas de desigualdades. Apostamos que a mudança no lugar de enunciação poderia nos ajudar a compreender as superações às restrições impostas historicamente aos povos tradicionais, conforme alertado por Shirley Miranda e Susy Rocío Lozano (2018),

Na tentativa de introduzir um lugar de enunciação contraposto às estruturas hegemônicas do poder, e das narrativas, recorreremos a produções discursivas dos movimentos negros e afrodescendentes ou elaboradas por intelectuais que assumem essa perspectiva. Cogitamos que não se trata de uma mudança do foco narrativo, mas de uma alteração do lugar enunciatório, um deslocamento na posição de autoridade. Nosso empenho é por buscar as interrogações e disputas que estão a introduzir a educação emancipatória. (MIRANDA; LOZANO, 2018, p.6)

Acreditamos que essas “novas” vozes favoreceram a percepção de amplas possibilidades ocasionadas pela agência das mulheres na comunidade, através de suas práticas, no sentido de rompimento com as estruturas, a partir de diversas formas de superação às opressões. O que segundo Silvia Cusicanqui (2010),

Hay en el colonialismo una función muy peculiar para las palabras: ellas no designan, sino que encubren.” Por eso la descolonización no puede ser sólo un pensamiento o una retórica, porque las palabras suelen desentenderse de las prácticas. Se puede hablar contra el racismo mientras éste impregna y

orienta, subterráneamente, lo que se hace. ¿Cómo explicar sino, inquiere Silvia, los estallidos racistas colectivos en Cochabamba y Sucre en 2007 y 2008? (CUSICANQUI,2010, p.6)

Assim, a interpretação da realidade investigada contou com as contribuições das minhas vivências quilombolas, da valorização dos relatos, da oralidade e da observação para apreender os detalhes notados. Embora saibamos não ser possível abranger toda a comunidade e nem capturar narrativas completas, concordando com Butler (2017) “o corpo singular a que se refere uma narrativa não pode ser capturado por uma narrativa completa”. Consideramos que o pertencimento tende a contribuir com as propostas de escrita e desenvolvimento de pesquisa, uma vez que:

A busca do subalterno é tanto a possibilidade de reconhecer voz a sujeitos existentes, atualmente marginalizados e despossessados, como a constituição de novos sujeitos através da tradução intercultural, seja para transformar o lugar e o ser aqueles recusam a abandonar as posições do privilégio, seja para construir novas possibilidades de autoria social entre aqueles que há muito reclamam pela urgência de outros mundos possíveis (MARTINS, 2015, p.302).

Nesse caso, minha relação de pertencimento ao território, o conhecimento das experiências e até mesmo dos problemas, lutas e conquistas da comunidade, contribuíram fortemente para coleta de dados, com o desenvolvimento e delineamento da pesquisa (SILVA, 2012, p.103).

A dissertação está organizada em quatro capítulos. No primeiro, apresentamos parte da trajetória acadêmica que resultou neste trabalho, as perspectivas gerais que trataremos nos capítulos que seguem. Assim como o percurso metodológico, com a apresentação das mulheres quilombolas participantes da pesquisa que forneceram subsídios para acessarmos as memórias que embasaram este estudo. No segundo, introduzimos algumas discussões sobre os quilombos no Brasil, como também a descrição detalhada do campo de pesquisa, o Quilombo de Pinhões, em Santa Luzia, Minas Gerais. Dando sequência, no terceiro capítulo, introduzimos a artesanaria das práticas sociais das mulheres de Pinhões, suas agências e resistência na comunidade viabilizando outras possibilidades de existência no território. No quarto capítulo, trazemos a aproximação da prática das mulheres com as diferentes formas de educação no quilombo, a atuação das professoras e sua importante contribuição para garantir a institucionalização da escolarização no território. Por fim, tecemos algumas



considerações acerca da dinâmica da memória que destacam a agência das mulheres da comunidade viabilizando outras possibilidades de existência em Pinhões.

## CAPÍTULO 2

O MEU LUGAR<sup>8</sup>  
(Arlindo Cruz)

O meu lugar é caminho de Ogum e Iansã  
Lá tem samba até de manhã  
Uma ginga em cada andar  
O meu lugar  
É cercado de luta e suor  
Esperança num mundo melhor  
E cerveja pra comemorar  
O meu lugar  
Tem seus mitos e seres de luz  
É bem perto de Osvaldo Cruz  
Cascadura, Vaz Lobo e Irajá  
O meu lugar  
É sorriso é paz e prazer  
O seu nome é doce dizer  
Madureira, lá laiá  
Madureira, lá laiá  
Ai meu lugar  
A saudade me faz lembrar  
Os amores que eu tive por lá  
É difícil esquecer  
Doce lugar  
Que é eterno no meu coração  
Que aos poetas traz inspiração  
Pra cantar e escrever  
Ai meu lugar  
Quem não viu Tia Eulália dançar  
Vó Maria o terreiro benzer  
E ainda tem jongo à luz do luar  
Ai que lugar  
Tem mil coisas pra gente dizer  
O difícil é saber terminar  
Madureira, lá laiá (...)

---

<sup>8</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=vNK58tL6J70> , com acesso em outubro de 2020.

## 2. O CONTEXTO DAS PRÁTICAS SOCIAIS TRADICIONAIS DAS MULHERES DE PINHÕES



(...) um sonho ingênuo brincava no coração deles. Uma réstia de luz, um sol esperançoso, de que o território em que estava plantada a vida de todos poderia ser para sempre deles. (EVARISTO, 2017, p.141)

## 2.1 Onde está localizado Pinhões com relação aos “de fora”



Imagem 2: Muro da quadra da comunidade, grafitado  
“Pinhões”

Fonte: Paola Barbosa

Pinhões é considerado um bairro da cidade de Santa Luzia, município da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Situado há aproximadamente 10 quilômetros do centro histórico da cidade, a 32 quilômetros da capital do estado, Belo Horizonte.

## Pinhões: a extrema entre o Mosteiro de Macaúbas e a Fazenda das Bicas



Imagem 3: Mapa de Pinhões no Google Maps<sup>9</sup>. Locais de destaque de Pinhões inseridos por Augusto Rodrigues.

Gostou de ouvir a palavra negro pronunciada por um negro, pois o termo negro, ela só ouvia na voz de branco, é só para xingar: negro safado; negro filho da puta, negro baderneiro e tantos defeitos mais! (EVARISTO, 2017, p.95)

As narrativas da comunidade sobre o surgimento de Pinhões dizem de negros escravizados que eram “de confiança” de seus “proprietários” e que foram enviados com a função de cuidarem da divisa entre dois territórios. Nomeada pela comunidade como a “extrema” entre duas sesmarias, isto é, as propriedades que demarcavam os limites de tal designação eram o mosteiro de Nossa Senhora da Conceição, em Macaúbas e a Fazenda das Bicas, localizada atualmente onde se situa o Bairro Fecho, caminho entre Pinhões e Santa Luzia.

Pinhões se constituiu a partir dos trabalhadores e escravos de duas grandes terras vizinhas, situando-se na fronteira, ou melhor nas extremas, para utilizar a categoria local, entre a sesmaria do Mosteiro de Macaúbas e a Fazenda de Bicas. O Mosteiro de Macaúbas tem sua construção datada de 1714, o que revela uma longevidade no tempo de povoação da região. O Mosteiro foi construído por dois irmãos vindos de Alagoas que compraram o terreno onde se localiza o Mosteiro e outros tantos alqueires de terra foram sendo conseguidos com a justificativa da realização de atividades para o sustento do Mosteiro. Os irmãos fundadores do Mosteiro vieram em comitiva com suas filhas e filhos bem como munidos de escravos. Antes mesmo da construção

<sup>9</sup> Com acesso em julho de 2020.

do Mosteiro este obteve autorização para vestir o hábito de Nossa Senhora da Conceição, da qual os irmãos eram devotos. (DIAS, 2014, p.5)





Mapa 1: Localização de Pinhões, com relação ao Mosteiro de Macaúbas e Bairro Fecho, onde localiza-se a Fazenda das Bicas, que pertencia à Sesmarias de Bicas.

Pinhões encontra-se a aproximadamente 12 quilômetros do centro da cidade de Santa Luzia. O município está localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Os registros existentes sinalizam para a fundação da cidade no ano de 1692, durante o chamado “ciclo do ouro”, quando garimpeiros desceram o Rio das Velhas e começaram a povoar algumas regiões da cidade. Segundo registros, após uma enchente o povoado foi realocado no ‘alto da colina’, atual rua Direita. Cidade colonial, com grandes registros de escravização da população negra trazida de África, diversos sites e outros componentes do aparato midiático apontam para uma influência e ascendência portuguesa e francesa. No âmbito da disseminação do patrimônio cultural como recurso turístico, perspectiva do Instituto Estrada Real, Santa Luzia é considerada uma cidade de “estilo colonial”. Tais apontamentos e afirmações reverberam no apagamento da existência, das vidas e das histórias da população negra escravizada que esteve presente desde a fundação da cidade e que ainda passa despercebida nos registros locais. O processo colonial das cidades mineiras trouxe o colonialismo não apenas como estilo, mas sim, como repercussão do processo de exploração e de violência sobre as populações negras escravizadas, tanto quanto a descendência africana.

Diante de tais narrativas sobre a constituição da história de Santa Luzia é possível compreender a ideia de autoridade desistoricizada apontada por Homi Bhabha (2013) quando afirma que:

“o poder invisível que é investido nesta figura desistoricizada do Homem é obtido à custa daqueles ‘outros’ – mulheres, nativos, colonizados, os servos e os escravizados – que, ao mesmo tempo, mas em outros espaços, estavam se tornando povos sem história.” (BHABHA, 2013, p.313)

O nome Pinhões se deu em função da grande quantidade de pés de pinhão que eram encontrados na comunidade. De acordo com as pessoas mais velhas e as histórias por mim aprendidas quando frequentei a escola da comunidade como aluna. O fruto do pinhão era utilizado pelas lavadeiras para fazer sabão com o qual iam até o Rio Vermelho e lavavam as roupas de suas famílias e também roupas “pra fora”. Dessa forma que comumente se referiam à lavagem de roupa para pessoas que não pertenciam a Pinhões.

Como já disse, nossa comunidade está situada entre o Mosteiro de Macaúbas e a antiga Fazenda de Bicas, que era de propriedade de uma família luziense, a família



Diniz<sup>10</sup>. A fazenda está localizada no bairro Fecho, onde encontramos o Cemitério dos Escravos, fundado pelos negros que foram escravizados pela fazenda e tombado pelo Patrimônio Histórico do Município em 2008, segundo Decreto Municipal 2132/2008.

O Mosteiro de Macaúbas foi inaugurado em 1714, por Félix da Costa. Inaugurado como Convento de Nossa Senhora da Conceição, o Mosteiro abrigava as moças trazidas para viver em clausura, privadas de liberdade em função da opção religiosa que nem sempre era delas. A construção do prédio do Mosteiro foi realizada pelos negros escravizados de propriedade do Convento, recebiam o sobrenome “da Conceição” em menção à santa que nomeava a igreja, segundo Sr. Antônio da Conceição (2015), morador o qual realizei pesquisa exploratória.

Os proprietários das sesmarias<sup>11</sup> de Bicas e das sesmarias de Macaúbas enviaram alguns escravizados para cuidarem dos limites de seus terrenos de maneira que não fossem ultrapassados por um ou outro proprietário vizinho. Os escravizados relacionaram entre si e, após a abolição, continuaram habitando este espaço. Constituíram suas famílias e a maioria de seus descendentes povoa Pinhões até os dias atuais. Tais afirmações permanecem em registros orais devido à ausência de registros oficiais sobre a história e constituição de Pinhões.

Quase toda a população atual descende dessas famílias, habitando as terras que pertenciam a seus antepassados. As comunidades quilombolas tiveram diferentes maneiras de se constituírem. Em Pinhões, prevaleceu a “doação” de terras uma vez que já ocupavam esse território, se é que se pode chamar de “doação”, uma vez que os moradores não possuem documentos ou registro dessas terras. Atualmente, são poucos os que conseguiram a regularização de seus imóveis através dos processos de usucapião<sup>12</sup>.

O surgimento, as histórias, os valores, as memórias, as práticas culturais e religiosas nos fazem compreender e identificar o local como Comunidade Quilombola.

O reconhecimento jurídico de Pinhões como um quilombo se deu pela Certificação de autoatribuição pela Fundação Cultural Palmares no dia 30 de março de

---

<sup>10</sup> Família citada no documento de tombamento do Cemitério dos Escravos. pelo Patrimônio Histórico do Município de Santa Luzia em 2008, segundo decreto municipal 2132/2008.

<sup>11</sup> Segundo a pesquisa de Dias (2015), foram encontrados no Arquivo Público Mineiro e no Memorial da Arquidiocese de Belo Horizonte, apontamentos de cartas trocadas entre a Comarca do Rio de Janeiro e Padre Lana, em Portugal, solicitando a aquisição de terras no formato de sesmarias para as atividades de um colégio de moças no Mosteiro de Macaúbas.

<sup>12</sup> Usucapião é o pedido de direito de posse que o indivíduo reclama a justiça, com relação à um bem móvel ou imóvel em decorrência da utilização do bem por determinado tempo.

2017. O aparato jurídico impulsiona, menos do que traz uma definição para a comunidade.

Na atualidade, a menção sobre comunidades quilombolas, remanescentes de quilombo e/ou simplesmente quilombos, tem sido recorrente. A palavra quilombo é inserida constitucionalmente no Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988 e determina que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o estado emitir-lhes os títulos perspectivos”. Essa determinação trouxe para o cenário nacional a realidade das comunidades até então submetidas a invisibilidade. Entende-se por quilombos:

- I - os grupos étnico-raciais definidos por auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica;
- II - comunidades rurais e urbanas que:
  - a) lutam historicamente pelo direito à terra e ao território o qual diz respeito não somente à propriedade da terra, mas a todos os elementos que fazem parte de seus usos, costumes e tradições;
  - b) possuem os recursos ambientais necessários à sua manutenção e às reminiscências históricas que permitam perpetuar sua memória.
- III - comunidades rurais e urbanas que compartilham trajetórias comuns, possuem laços de pertencimento, tradição cultural de valorização dos antepassados calcada numa história identitária comum, entre outros (BRASIL, 2012, p.4).

Tal inserção no aparato tensiona para que os sujeitos, até então silenciados, comecem a sair de um apagamento histórico e que se percebam como sujeitos de direitos. Posteriormente, em 2003, foi regulamentado o Decreto 4887 que garante aos quilombolas a posse definitiva das terras por eles ocupadas. A partir do Decreto, diversas comunidades passaram a recorrer à Fundação Cultural Palmares o processo de certificação de autodefinição como comunidades remanescentes de quilombos. Sendo acionada por meio da identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras. Mediante a certificação de autodefinição as comunidades acessam políticas públicas específicas, ainda que o processo para a titulação de terras não tenha sido concluído<sup>13</sup>.

Entretanto, constatamos que a denominação quilombo é pouco utilizada dentro da comunidade. Por vezes não acessar o “ser quilombola” como uma manifestação identitária, pode ser relativo aos diversos significados que quilombo incorpora em uma

---

<sup>13</sup> Assinalamos que a titulação de posse é o ponto mais controverso, tenso e por vezes inalcançável. Entre 2004 e 2020 menos de 10% das 3524 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares possuem título de posse das terras. (Dados acessados em [www.palmares.gov.br](http://www.palmares.gov.br) em 13/10/2020).

sociedade tomada por um racismo estrutural evidente. A palavra ‘quilombo’ carrega uma carga pesada de significados que remetem ao passado escravista, podendo subjetivamente produzir significantes pejorativos e de imputação que remetem a inferioridade das pessoas negras que foram escravizadas no Brasil, como podemos perceber em Shirley Miranda (2012)

Essa descrição conjugou cinco elementos – fuga, número mínimo de pessoas, isolamento geográfico e proximidade de uma natureza selvagem do que da civilização, moradia precária, autoconsumo – que se perpetuaram como definição clássica a influenciar uma geração de estudiosos sobre temática quilombola, prevalecendo até meados dos anos 1970 (MIRANDA, 2012, p. 50).

Se quilombo era utilizado para indicar a fuga e a precariedade da vida é importante elucidar que trabalharemos com a perspectiva antropológica de Kabengele Munanga (2004), que define quilombo como uma experiência coletiva de africanos e seus descendentes, como estratégia de reação à escravidão. Assim podemos afirmar que sua resignificação perpassa as definições de resistência e humanidade. É o que percebemos em Kabenguele Munanga e Nilma Gomes (2004) quando afirmam que

(...) quilombo não significa refúgio de escravos fugidos. Tratava-se de uma reunião fraterna e livre, com laços de solidariedade e convivência resultante do esforço dos negros escravizados de resgatar sua liberdade e dignidade por meio da fuga do cativeiro e da organização de uma sociedade livre (MUNANGA; GOMES, 2004, p.72).

Segundo Shirley Miranda (2016, p.73), “os distintos significados de quilombos, demonstram a complexidade de uma identidade negociada, forjada no decorrer de processos de invisibilidade ativamente produzida e de visibilidade insurgente”. Podemos perceber esse tenso processo de identidade negociada uma vez que a requisição da certificação não obteve unanimidade em Pinhões e causou conflitos, confusões, que podem ser observados não como negativa de pertencimento, mas como resquícios da memória traumática da escravidão. Obviamente, essa é uma parte da produção da violência colonial junto com o apagamento da presença quilombola na construção da cidade.

É necessário, para além de “se reconhecer enquanto quilombola”, levar em consideração todas as ideias e expressões subjetivas que as marcas do racismo deixaram na população negra brasileira. Como assinala Stuart Hall (2013):

[...] nossa sociedade e história que foi maciçamente suprimida, sistematicamente desonrada e incessantemente negada e isso, apesar de tudo que ocorreu, permanece assim. Essa dimensão constitui aquilo que Frantz Fanon denominou “o fato da negritude”. A raça permanece, apesar de tudo, o segredo culposos, o código, o trauma indizível, (...). (HALL, 2013, p.46).

A herança do colonialismo suprime as afirmações positivas de tudo aquilo que remete a diáspora, como afirma Ilka Boaventura Leite (2010). Esse apagamento histórico, observado por Leite (2010), propiciou a invisibilidade dos quilombolas e dos saberes da diáspora africana, afetando diretamente no desenvolvimento da população negra, causando-lhes danos materiais e imateriais consideráveis e permanentes. É necessário considerar que o colonialismo invalida diversas formas de manifestações diaspóricas, uma vez que causam apagamento e silenciamento dos povos negros tradicionais, pois “o colonialismo, para além de todas as dominações por que é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e/ou nações colonizados.” (SANTOS, 2010, p.19).

No entanto, as comunidades quilombolas mantiveram suas práticas culturais, como forma de resistência e sobrevivência. Estas práticas dizem da identidade, do pertencimento e da memória coletiva dos quilombolas. Logo, se afirmar “de Pinhões”, reconhecendo-se e identificando-se com o território, suas manifestações culturais e tradicionais, diz de uma autoafirmação quilombola. Por isso, “a memória coletiva é apontada como um cimento indispensável à sobrevivência das sociedades, o elemento de coesão garantidor da permanência e da elaboração do futuro” (SANTOS, 2010, p.598). Como destaca esse autor, a relação entre passado e futuro ocorre situadas no território.

A memória olha para o passado. A nova consciência olha para o futuro. O espaço é um dado fundamental nessa descoberta. Ele é o teatro dessa novação por ser, ao mesmo tempo, futuro imediato e passado imediato, um presente ao mesmo tempo concluído e inconcluso, num processo sempre renovado. (SANTOS, 2010, p. 599).

A autoafirmação resulta de resistência ativa no presente. As tradições, costumes e práticas culturais são vivências cotidianas que muitas vezes não passam pela percepção de que isso é o que nos torna quilombolas. Experienciar as vivências que transmitem os costumes ancestrais e culturais da diáspora por vezes nos é cotidiano, o que Eric Hobsbawm e Terence Ranger (2018) destacam como costume, através da

repetição sem destaque de significado específico das atitudes e práticas cotidianas que tornam a vida possível.

Conforme indicam Hobsbawm e Ranger (2018), não se trata de definir a tradição, mas perceber como ela é chamada a valorizar aquilo que é importante, aquilo que passa pela memória. A maneira como as tradições compõem na cultura e na memória como dispositivos acionados para a criação, na forma como manifestam os saberes tradicionais no modo de manutenção da vida. Logo, ser remanescente diz da ancestralidade, das peculiaridades que caracterizam a comunidade como uma comunidade quilombola, podemos destacar algumas tradições como os congados, candombes e seus tambores, os ofícios aprendidos como forma de sobrevivência, as crenças e religiões de matriz africana e tudo que nos remete a saberes que não foram consumidos.

É importante salientar que a preservação não diz, no entanto, de uma comunidade que ficou parada no tempo. Como afirma Shirley Miranda (2015) “remanescência não pode ser confundida com restos de um passado. É aquilo que não foi apagado, que não se pôde silenciar devido ao excesso de apego: cantos, costumes, formas de fazer o cotidiano, formas de transmitir e atualizar o que é ser quilombola” (MIRANDA 2015, p.20). O remanescente e sua força na permanência da comunidade é o que diz da tradição.

A rede de relações construídas na comunidade quilombola de Pinhões diz de uma identidade cultural e territorial em que diversos quilombolas se reúnem para o desenvolvimento de práticas sociais também entendidas como tradições. Nesse sentido, argumento que as práticas sociais das mulheres de Pinhões sustentam tradições que dizem de um processo de formação cultural no qual as relações podem reverberar porque ainda segundo Stuart Hall, “Não é uma questão do que as tradições fazem de nós, mas daquilo que nós fazemos das nossas tradições. Paradoxalmente, nossas identidades culturais, em qualquer forma acabada, estão à nossa frente. Estamos sempre em processo de formação cultural. A cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar” (HALL,2013, p.49).

## 2.2 Pinhões narrado por suas mulheres



Imagem 4: Pinhões visto ‘do alto’

Fonte: Paola Barbosa

Desde que os negros haviam ganho aquelas terras, ninguém tinha chegado e eles se casavam entre si. Eram parentes, talvez, desde sempre, desde lá de onde tinham saído. (EVARISTO, 2017, p.51)

Eu sentia como se eu estivesse num casulo aqui em Pinhões, né? Porque nós temos o privilégio de morar numa região cercada de serra por todos os lados. (Janete Dorcil- 2019)

Ao chegar na entrada de Pinhões percebemos estar no que parece um vale, uma região baixa “cercada de serra por todos os lados”. Estas serras delimitaram um território seguro, povoado por pessoas conhecidas e que fazem parte do convívio de todos, “um lugar sossegado, bom mesmo!” conforme afirma Terezinha Azevedo (2019).

A comunidade quilombola de Pinhões tem como peculiaridade um ambiente no qual todos se conhecem e sabem a que família as pessoas pertencem. O diferencial é a forma como as pessoas se relacionam em comunidade. Isso acontece porque segundo Janete:

“[...] todo mundo que mora em Pinhões é parente, mas se a gente for olhar bem no fundo são parente né, mas tem muitas pessoas que chegaram depois e

que não são parentes não. Mas é bom, é gostoso, saber que seu estiver passando na rua e estiver precisando de qualquer auxílio eu posso chamar a pessoa que mora na casa pelo nome, porque eu sei quem mora ali, entendeu? Então é uma das coisas que diferencia.” (Janete Dorcil - 2019)

A convivência em comunidade e o conhecer todos faz com que o quilombo pareça uma grande família. Todos têm, em algum grau, um laço de parentesco com os outros, o que tornam próximas as relações. Embora o quilombo, nos últimos anos, tenha recebido muitos moradores que se mudaram para a região. Facilmente as pessoas que são “de fora”, modo pelo qual comumente moradores quilombolas se referem a quem não é do quilombo. Pode ser alguém que se casou com alguma pessoa da comunidade ou porque passou a residir em Pinhões.

De acordo com Teresa Carvalho (2019): “Pinhões é um lugar onde você grita um ai dentro da sua casa e sua casa enche, todo mundo vem te prestar solidariedade”. Essa solidariedade, segundo ela, se dá porque “é um lugar de pessoas caridosas, carismática, pessoas que têm muita sabedoria. Muitas pessoas humildes, mas muitas pessoas sábias.”. A solidariedade entre os pinhoenhenses é algo que nossas entrevistadas destacaram, como percebemos na fala de dona Cecília Carvalho: “Pinhões é um lugar de gente caridoso, lugar de gente boa!”.

Todas as mulheres entrevistadas narraram como aprenderam a trabalhar para ajudar suas famílias. Esse trabalho, ora estava relacionado ao rio lavando roupas; às biquinhas buscando água para as atividades de casa e para o plantio; ora ajudando na criação de seus irmãos.

Conforme disse Dona Beatriz: “Nasci, me criei aqui. Então, ajudei a minha mãe, muito. Trabalhei na roça plantando milho, plantando batata, e ... então Pinhões para mim é tudo. Minha mãe lavava muitas roupas para os outros, fazia panela, viajou muito tempo com balaio (...)”.

Assim como percebemos no relato de Dona Beatriz a relação família, território e trabalho, também ficou evidenciada na fala de Neide, quando afirmou que:

“Ah... minha vida não foi fácil não, ajudando os meus pais a criar os meus irmãos. Nós somos onze irmãos, eu sou a segunda né. Então toda vida eu ajudei meu pai pra poder ele coisa, que ele trabalhava na roça também né, e minha mãe era lavadeira e sendo mascate, ela lavava roupa, levava verdura para vender, fazia doce e levava para vender, vendia aqui na porta também né. Então a vida nossa foi muito, foi uma vida muito assim, sei lá como é que eu falo, é uma vida né, mas foi boa né?” (Neide Araújo 2019)

Como percebemos, a relação das mulheres de Pinhões com o trabalho é muito forte, elas aprenderam a prática com suas mães e avós. Muitas vezes aprendiam ajudando em casa e depois passavam a externalizar a função através do trabalho. Desse modo, a ajuda familiar era necessária pois,

Uma mãe cheia de filho para poder criar esses nove filhos, de tudo uma mãe tinha que fazer um pouco não é? Costurar, fazer quitanda, lavar roupa. Então ela ia para o rio lavar roupa, aí eu tinha que ir junto né? Eu ia junto para poder ajudar. (Teresa Carvalho - 2019)

Essa relação também fica evidenciada na fala de dona Beatriz,

Lavei muita roupa para os outros, (...) lavadeira, mãe também foi, trabalhou até o fim coitada, trabalhou muito, porque tinha que ajudar para tratar de nós uai, pai sozinho não dava conta, e aí ela que era o homem e a mulher dentro de casa. (Beatriz - 2019)

E no relato de Marília,

Eu fui, na minha mocidade, trabalhar na roça com a minha mãe, ajudar ela, sabe, foi até eu casar, assim, trabalhando na roça, e até depois de casada eu trabalhei também. Ajudei a minha mãe a criar esta segunda família dela. (Marília - 2019)

E ainda, no relato de Teresa

Eu acho Débora, assim, muito bonito a força da mulher, sabe, é a força da mulher. As mulheres de Pinhões são mulheres trabalhadoras, elas não perdem tempo não, é fazendo suas panelas, fazendo o seu crochê, fazendo o seu doce, suas quitandas, né, fazendo suas quitandas, é isso que coloca Pinhões para frente. E eu ouço muito as pessoas falar assim: mulher que é de Pinhões que vem trabalhar, essa trabalha mesmo! Não tem preguiça, e desembola o serviço, porque eu ouço isso onde eu trabalho sabe Débora, eu ouço isso onde eu trabalho porque eles falam que não sabem como eu dou conta, mas é porque ... a vida da gente sempre foi muito difícil né. (Teresa Carvalho - 2019)

Percebemos nos relatos a agência das mulheres de Pinhões que contribuíram e contribuem com o desenvolvimento da comunidade. Elas são descritas como fortes, guerreiras, trabalhadoras, com podemos perceber quando Rosângela Diniz (2019) afirma que elas:

São guerreiras, corajosas porque eu, eu dependendo do que for para fazer, eu falo, 'eu não vou fazer eu não dou conta' e elas não; aquilo ali vivia com



dificuldade e tudo mas elas iam para cima tomavam conta; igual, elas iam a pé daqui para Santa Luzia ia pra Lagoa Santa a pé, com balaio na cabeça e tudo, então assim, elas são guerreiras. (Rosângela Diniz - 2019)

Mesmo as restrições em razão da distância com relação às outras cidades e outras dificuldades que lhes foram historicamente impostas, não são barreiras para as mulheres quilombolas de Pinhões que “elas sempre se esforçando para cumprir qual suas tarefas com as suas obrigações” conforme aponta Maria das Graças (2019).

Perguntadas sobre o que elas acham de Pinhões ser quilombola, as respostas demonstraram o vínculo com o passado marcado pela escravidão:

Eu tenho orgulho, sabe, porque o meu avô, vovô Venar, ele foi um descendente desse povo e minha vó Teresa, sabe. Então eu tenho orgulho de ser de quilombo e eu não me sinto envergonhada não, muito pelo contrário. (Teresa Carvalho - 2019)

(...)teve mesmo, os como é que fala? Os quilombos. Mas eles não ficaram aqui. Ficou um bocado nas fazendas das bicas e o outro bocado em macaúbas. Eles ficaram lá e aí era assim. E eu estou achando que é bom, já está sendo bom. (Neide Araújo - 2019)

Uai, tomara que for e eu gosto, uai, se for, que Deus permita. Eu não tenho desprezo com o negócio dos escravos não. Tomara que fosse. Mas porque, Pinhões, se é que é porque mora, morou escravo, é que pra ser quilombola. (Terezinha Azevedo - 2019)

(...)que é quilombola é, todos nós aqui somos; mas eu falo assim que eu não entendo muito desses negócios não. (Rosângela Diniz - 2019)

... minha comunidade, sim, é quilombola, porque os primeiros habitantes daqui, depois é que eu fiquei sabendo, eram pessoas que tinham, ou eram filhos, ou eram pessoas que tinham sido escravizadas. Aí então, nesse caso a minha comunidade é quilombola. (Janete Dorcil - 2019)

Apresentaremos a seguir, alguns relatos do que significa ser de Pinhões para as mulheres entrevistadas:

Como assim, o quê que significa ser de Pinhões? Interessante né?...

Então eu vou ter que começar, para entender o que é que eu sou hoje, né? Já que eu vivi a minha vida toda aqui em Pinhões, eu teria que começar desde quando eu comecei a me entender por gente. (Janete Dorcil - 2019)

Uai, eu gosto muito daqui de Pinhões ué e tem muita coisa que serve de lembrança pra gente né? Igual isso que você está falando (FALANDO PARA NETA BIANCA) que a gente ia a cavalo pra Santa Luzia buscar fubá, buscar as coisas que era necessária pra venda e eu ia sozinha a cavalo, não tinha ônibus, não tinha nem caminhão não tinha, aí ia a cavalo buscar os negócios lá. Como muita dificuldade, sem poder andar, pequena, não sabia de nada, mas eu ia. (Terezinha Azevedo - 2019)

É... eu ser de Pinhões é uma, como que eu falo, uma... eu nasci que criei aqui em Pinhões então pra mim é uma coisa, é uma vida inteira pra mim. (Neide Araújo - 2019)

Isso para mim é tudo, Pinhões para mim, minha filha, é tudo viu, Pinhões para mim é tudo! Porque casei, vim para aqui (acena mostrando a casa em que mora), e graças a Deus gosto de todo mundo aqui e não tenho desamizade com ninguém, criei os meus filhos todos aqui, e eu adoro Pinhões. Quem falar mal de Pinhões comigo, Ah mas eu brigo. (risos) Mas eu brigo, Pinhões é um lugar de gente caridoso, lugar de gente boa. (Cecília Carvalho - 2019)

Quem faz a vivência é a gente, se você não souber viver, não fazer o ambiente, para você todo lugar que você for é ruim. Você pode até estar dentro de um Palácio, morar lá, que lá vai ter alguma coisa pra te incomodar, então tudo depende é de você.

E eu sou uma pessoa assim, eu gosto de ficar no meu canto, eu gosto das minhas coisas todas certas, direita, para mim não ter que amolar ninguém e ninguém me amolar. Sabe? Então é isso aí, eu gosto muito de morar aqui. (Maria Evangelista- 2019)

Ah, para mim é tudo!

Eu nasci me criei aqui, então ajudei a minha mãe, muito. Trabalhei na roça plantando milho, plantando batata, e trabalhei com Messias panhando quiabo, então Pinhões para mim é tudo. (Beatriz dos Santos- 2019)

Nossa, eu tenho muito orgulho de ser de Pinhões. Pinhões é um lugar de pessoas caridosas, carismática, pessoas que têm muita sabedoria. Muitas pessoas humildes, mas muitas pessoas sábias. Eu sempre falo, sabe Débora, que Pinhões é um lugar onde você grita um ai dentro da sua casa e sua casa enche, todo mundo vem de prestar solidariedade, então eu tenho muito orgulho de ser de Pinhões. (Teresa Carvalho - 2019)

Pra mim é muito grato né, ter nascido, criado aqui ter a amizade que a gente tem, no meio da família né, conviver com as pessoas mais velhas né, então pra mim é um aprendizado e sou fico grata e satisfeita por isso. (Rosângela Diniz - 2019)

Percebemos através das falas das entrevistadas que o nome quilombo/quilombola, são expressões que chegam à comunidade e à escola através de contatos externos, ou seja, não havia o hábito ou necessidade de nomear aquilo que “somos”. O cotidiano e as vivências em comunidade faziam, e fazem, parte do pertencimento, como podemos notar na fala de Janete,

Uai... olha para você ver, eu nunca tive aquela preocupação de porque que eu tô morando aqui, porque eu nasci aqui, porque nesse lugar distante do centro da cidade, e coisa e tal, nunca tive essa preocupação né.? Nasci, fui criada aqui, vivi feliz da vida, sei...vamos dizer assim até com poucos limites né? Então de repente aparecem pessoas de fora perguntando quem foram os primeiros moradores, como surgiu a comunidade... então eu me perguntei, eu falei gente o quê que é isso? Eu não sei disso. Não sei como é que surgiu a com, agora sim, agora eu já sei porque diante da pergunta das pessoas eu fui procurar saber as respostas também né. Mas tem muitas coisas que eu gostaria de saber a respeito da minha própria comunidade, a respeito das pessoas que aqui viveram antes de chegar até os meus avós porque a nossa comunidade já tem mais de cem anos não tinha essa curiosidade, agora é que tá surgindo essa curiosidade porque começou com outras pessoas, outras

pessoas chegaram aqui com as perguntas. E eu não sabia as respostas por isso que agora eu tenho corrido atrás de algumas, já sei algumas respostas, mas tem muita coisa ainda para saber. (Janete Dorcil - 2019)

As perguntas, os pesquisadores e o fato de a escola ser orientada pela SEE/MG (ver no tópico “A escola de Pinhões, nos dias atuais”), a se declarar quilombola, fazem com que os moradores de Pinhões passem a afirmar seu pertencimento. Aguçam a curiosidade das pessoas para compreenderem essa nomeação e suas implicações para toda a comunidade que passou a se entender como quilombola. Como nos mostra Janete,

E depois de algum tempo também eu trabalhando na escola a supervisora veio trazendo uma conhecida dela que estava fazendo a faculdade e que estava fazendo um trabalho a respeito de comunidades quilombolas. Na época, a minha comunidade ainda não tinha sido certificada quilombola não, mas a mocinha chegou perguntando como era a comunidade, como que surgiu, a questão do pessoal que levava balaio dentro dos ônibus e tal, e aí eu fiquei curiosa também porque, ora bem, eu morando aqui a tantos anos e não sabia disso. Então por aí, e depois disso vieram várias outras pessoas perguntando a respeito. Tem pouco tempo que a nossa comunidade foi certificada quilombola, aí a curiosidade dos outros aumentou mais ainda né. (Janete Dorcil- 2019)

As indagações sobre a fundação da comunidade, os primeiros moradores, as primeiras famílias, começaram a aparecer em Pinhões e instigar a curiosidade sobre o passado, pouco contado, às vezes não dito, não narrado. O relato de Terezinha elucida os preconceitos da sociedade com relação às pessoas que foram escravizadas. Ao dizer que “eu não tenho desprezo com o negócio dos escravos não”, fica subentendido que existem pessoas que têm, sua fala evidencia que se diferencia dessas pessoas. Quando afirma “que Deus permita”, demonstra que reconhece seu pertencimento como algo positivo e almejado,

Uai, tomara que for e eu gosto, uai, se for, que Deus permita. Eu não tenho desprezo com o negócio dos escravos não. Tomara que fosse, mas porque, Pinhões se é que é porque mora, morou escravo é que pra ser quilombola. Agora daqui de Pinhões mesmo eu não sei quem era escravo não. Tem até seu avô mesmo que foi negócio de escravidão aqui, como ele chamava? Eu esqueci. (Terezinha Azevedo - 2019)

Assim como Terezinha, durante a entrevista, Esther Azevedo comentou sobre Pinhões ser quilombola. Afirma que Pinhões não abrigava “escravos fugidos”, mas que os primeiros moradores de Pinhões vieram tomar conta da extrema. Logo, viviam neste território na condição de escravizados, antes da abolição de 1888. Segundo ela, “A

abolição da escravatura, o povo antigo não sabia falar 1888, eles falavam que é a lei dos três 8, que tinha dado para eles a liberdade.”

A liberdade que se contrapõe a condição dos escravizados, como também dos quilombos associados a esconderijo de fugitivos, são aspectos que despertam dúvidas na maioria das participantes deste estudo e que se torna mais evidente na narrativa das professoras. A afirmação de que os escravizados viveram aqui, ainda na condição de cativos, faz com que algumas entrevistadas questionem se Pinhões é quilombo, pois não só nos livros de história como em tudo o que aprenderam sobre quilombo, dizem dos quilombos apenas como esconderijo, ou às formas estereotipadas de quilombos. Esta compreensão pode ser notada na fala de Janete, ao afirmar que negava ser quilombola por não compreender tudo que estava implicado na compreensão do termo.

Quando falaram primeiramente a respeito de comunidade quilombola, eu neguei, naturalmente, falando que aqui não era um quilombo, que aqui até onde eu sabia não viviam pessoas que estavam fugindo né. Aí a minha supervisora, eu estava na escola, é que me explicou que havia vários tipos de quilombo né, aí ela foi me explicar e tal, direitinho, porque se eu estudei isso sentada num banco de sala de aula, numa carteira de sala e não lembrava mais, mas aí ela vai e comentou comigo assim, “olha, onde há uma aglomeração de negros, é... no caso aí até ex-escravos ou filho de ex pessoas escravizadas que ali onde começou essa comunidade é considerada quilombo”, aí eu falei assim, bom se for assim então a minha comunidade sim é quilombola, porque os primeiros habitantes daqui, depois é que eu fiquei sabendo, eram pessoas que tinham, ou eram filhos ou eram pessoas que tinham sido escravizadas ne. Aí então, nesse caso a minha comunidade é quilombola. Eu não tenho nada contra não, eu aceitei numa boa, mas eu sei de pessoas que não aceitou bem esse título de comunidade quilombola. Pra mim não, eu tenho orgulho de ser negra. Sofri muito por ser negra, passei por situações que, hoje que eu entendi que foi preconceito por eu ser negra. Então a minha comunidade ter o título de quilombola, para mim, até então não fez nenhuma diferença. Eu, minha família são negros lindos, maravilhosos. Eu tenho orgulho deles, então eu amo a minha comunidade e eu amo tudo que há nela né. Então eu não tive nenhuma resistência não. Eu só não queria que fosse aquela coisa de lugar, de esconderijo de pessoas fugindo, se é que vocês tão me entendendo. (silêncio)Acho que é isso! (silêncio) Acho que é isso né? (Janete Dorcil - 2019)

A associação imediata de quilombo como algo negativo por vezes silencia, faz negar, ter medo de assumir a pertença causando silenciamentos. Por isso, a emergência de novas narrativas que tenham ligação com o território, que trazem as memórias de resistência amplificam a percepção e portanto, possibilitam o encontro de tempos e historicidades, colonialismo e colonialidade, escravidão e pós abolicionismo dentro dos quilombos. Que nos ajudam a perceber as estruturas marcadamente racistas que definem as lógicas de desigualdades e como a mudança no lugar de enunciação pode nos ajudar

a compreender as resistências e superações às restrições impostas historicamente aos povos tradicionais, o que segundo Silvia Cusicanqui (2010),

Hay en el colonialismo una función muy peculiar para las palabras: ellas no designan, sino que encubren.” Por eso la descolonización no puede ser sólo un pensamiento o una retórica, porque las palabras suelen desentenderse de las prácticas. Se puede hablar contra el racismo mientras éste impregna y orienta, subterráneamente, lo que se hace. ¿Cómo explicar sino, inquiere Silvia, los estallidos racistas colectivos en Cochabamba y Sucre en 2007 y 2008? (CUSICANQUI,2010, p.6)

Desta forma a emergência de novas narrativas sobre o quilombo de Pinhões, além de propiciar e enriquecer as discussões sobre a descolonização dos saberes fazem com que o espaço de construção do conhecimento se interrogue sobre outras questões, como percebemos em Miranda e Lozano (2018)

Na tentativa de introduzir um lugar de enunciação contraposto às estruturas hegemônicas do poder, e das narrativas, recorremos a produções discursivas dos movimentos negros e afrodescendentes ou elaboradas por intelectuais que assumem essa perspectiva. Cogitamos que não se trata de uma mudança do foco narrativo, mas de uma alteração do lugar enunciatório, um deslocamento na posição de autoridade. Nosso empenho é por buscar as interrogações e disputas que estão a introduzir a educação emancipatória. (MIRANDA; LOZANO, 2018, p.6)

Deste modo, torna-se relevante observar o quanto essas novas presenças corroboram para a emergência de outras narrativas que abarcam conhecimentos acumulados e nos desafiam ao indicar presenças insurgentes que possibilitam percepções para além das relações coloniais previamente estabelecidas.

Essas novas vozes favorecem uma percepção de amplas possibilidades ocasionadas pela agência das mulheres na comunidade, através de suas práticas, no sentido de rompimento com as estruturas, a partir de diversas formas de superação às opressões.

Sendo Pinhões um quilombo que conta com forte agência das mulheres, acreditamos que tecer as especificidades da comunidade sob o olhar dessas mulheres nos apresenta parte da diversidade do quilombo e conseqüentemente outras possibilidades de (re)existência. Elas são parteiras, benzedeiras, cozinheiras, doceiras, balaieiras, paneleiras, lavadeiras, professoras. Mulheres que descendem de tantas outras, que também tiveram grande relação com o território e contribuíram para as particularidades da vida no quilombo.

### **2.3 As mulheres de Pinhões e o território**

Imaginar como a comunidade permaneceu neste território enquanto não havia acessos à saúde, educação e formas de trabalho e seguridade ou outras maneiras de garantir a sobrevivência é o que me levou a perceber a importância das mulheres na Comunidade de Pinhões.



Mapa 2: As práticas sociais das mulheres, no território de Pinhões.

A saúde se fazia presente através das mãos das benzedadeiras, com suas benzeções, indicações de ervas, chás e banhos. Com elas era e é possível encontrar a cura para a dor de cabeça, dor no corpo, quebranto, mal olhado, entre outros.

As parteiras estavam sempre à disposição para realização de partos, acompanhamento às gestantes, no pós-parto com banhos, curando os umbigos das crianças recém-nascidas e ensinando os primeiros passos às crianças. Este trabalho não era cobrado. As parteiras davam sua palavra de que compareceriam quando chegasse a hora do parto e assim elas faziam. Podemos perceber essa solidariedade entre elas, quando dona Maria do Carmo nos contou do deslocamento de sua mãe, dona Manuela, na realização dos partos da comunidade.

A distância entre Pinhões e as outras cidades “vizinhas” fazia com que as oportunidades de trabalho fossem escassas, mas as atividades desempenhadas no quilombo eram externalizadas através das lavadeiras, balaieiras, paneleiras, professoras, costureiras, cozinheiras. Os homens da comunidade que trabalhavam com agricultura, tinham ao seu lado esposas que também vendiam as produções na cidade de Belo Horizonte.

Apresentaremos no capítulo 3 as práticas sociais que compõem o que se chama tradição em Pinhões. Algumas, articuladas/ agenciadas pela lógica da solidariedade, da troca e do cuidado; outras, para a sustentação da vida no território; outras ainda, combinam as duas dimensões (cozinheiras) e subsidiam as manifestações culturais do quilombo. Embora algumas tradições vão deixando de existir diante dos contextos e relações econômicas que as destituem, o fato de não serem mais praticadas não desfaz sua importância como tradição de Pinhões.

E embora algumas dessas mulheres atuem em grupo, como as balaieiras e as cozinheiras, nem todas o fazem assim. No meu entendimento, o que designo “grupos de mulheres” é o conjunto de saberes que produzem e partilham entre si e não a forma de atuação em conjunto.

## **2.4 O calendário das “tradições” em Pinhões e sua relação com a prática das mulheres**

Quer dizer que, agora, nós tem que ver qual a tradição que é pra nos ver.  
(Geraldo Teles, 2017)



Em Pinhões temos diversas manifestações culturais e festas religiosas. O calendário de festas se inicia em janeiro, com a missa e celebração de São Sebastião, assumida pelo senhor Geraldo Teles. Segundo o Sr Geraldo, ele foi convidado por Dona Calita a organizar uma missa, todos os anos no dia do Santo e o compromisso foi firmado com São Sebastião por toda a vida deles. Após, acontecem as festas da semana santa, com rituais católicos que se limitam às procissões e representações que fazem referência a data.

Em junho várias fogueiras são acesas pela comunidade, normalmente, nas casas dos devotos de Santo Antônio, São João e São Pedro. Nas festividades juninas são oferecidas comidas diversas aos participantes dos festejos; canjica, quentão, caldos variados são servidos acompanhados de cachaças e músicas.

A fogueira de São João, conhecida como forró na brasa, é realizada no dia 23 de junho de todos os anos e comidas típicas de festas juninas são vendidas para arrecadar doações para o Lar dos Velinhos<sup>14</sup>, em Santa Luzia.

As festas foram narradas e lembradas a partir de sua fatura por Terezinha Azevedo, como podemos perceber no trecho a seguir

Na fogueira tinha pipoca, laranja a noite inteira, a noite inteira tinha laranja para chupar, canjica... era muita coisa que dava na fogueira que agora que não tem isso mais não. (...) Mas ficou né, mas em vista das outras nem nunca chega perto, a outra fogueira era boa demais. Era nas casas. Na casa de Geraldo Teles mesmo tinha. E juntavam um trem chamado boi da manta, que a pessoa punha a cara de boi e cobria do corpo para trás com pano e saía fazendo graça no meio do povo. Era bonita demais a festa da fogueira, agora, agora acabou tudo. (silêncio) Então é uma coisa, Pinhões, a tradição toda é essa, é as festas... (Terezinha Azevedo- 2019)

Passadas as festividades das fogueiras juninas, inicia-se na comunidade os preparativos para a festa do Divino Espírito Santo. Os festejos reúnem diversos congados, guardas, e manifestações religiosas de outras igrejas de todo o estado de Minas Gerais. A Festa do Divino Espírito Santo é realizada na comunidade, normalmente, em junho e desde 2014 conta com os cortejos da Guarda de Congo do Divino Espírito Santo.

---

<sup>14</sup> O Lar dos Velinhos é uma entidade filantrópica, com sede à Rua Boa Vista, nº 310, Bairro Camelos – Santa Luzia/MG. O Lar tem por objetivo prestar assistência gratuita aos idosos atendidos reconhecidamente pobres, de acordo com suas possibilidades e o estabelecido na legislação em vigor no âmbito da gestão das Instituições de Longa Permanência de Idosos. (FONTE: <https://pt-br.facebook.com/lar.velinhos.7>)

A Guarda do Divino Espírito Santo de Pinhões é composta em sua maioria por mulheres quilombolas da comunidade que sentiram necessidade de participar do congado, e uma vez que o congado de Nossa Senhora do Rosário aceitava apenas a participação de homens, fundaram sua própria Guarda. Tal festividade assume lugar importante na memória das nossas entrevistadas como percebemos na fala de D. Beatriz dos Santos ao responder quais eram as tradições da comunidade

Nó, a festa do divino era a coisa mais maravilhosa que tinha. Festa do Rosário, então, nem se fala. Tá bonito ainda por conta dos dançantes, mas não, deixa a desejar. Não tem mais não (silêncio). Era festa linda, que era a festa do divino, então, era uma festa maravilhosa, acabou. (Beatriz dos Santos- 2019)

Outra descrição da festa do Divino, é feita por Teresa Carvalho, relacionando as festas a musicalidade e fartura dos alimentos preparados.

As festas do divino, na minha época quando eu era criança, (...)era uma festa tão bonita, mas vinha tanta gente, banda de música, você precisa de ver. Foguete, muito foguete. Muita comida, e as comidas era feita na panela de barro. Aquelas frigideiras, eles mandavam fazer aquelas frigideiras grandes, sabe, de barro. Aqueles panelão de barro para fazer carne, fazer tutu, (mostra com as mãos o tamanho das panelas que eram utilizadas nas festas). Então era assim, minha filha, tudo no fogão a lenha. Então eu me lembro, desde criança, era uma festa muito bonita, nossa senhora, você precisava ver que festa linda que era, toda a vida. Agora hoje, tá tudo moderno, né, (silêncio) muito moderno. (Teresa Carvalho - 2019)

A festa de Nossa Senhora do Rosário encerra o calendário de festas de Pinhão. É a festa mais procurada pelos ‘de fora’ e movimenta grande parte da comunidade. Nossa Senhora do Rosário é conhecida “por olhar os seus pretinhos”<sup>15</sup>.

A Festa de Nossa Senhora do Rosário é comemorada nas primeiras semanas de outubro e conta com o cortejo do congado catopé de Nossa Senhora do Rosário de Pinhões. Segundo as entrevistas realizadas, o congado surgiu na comunidade a partir de uma forte relação com o candombe.

Antigamente era festa boa mesmo, e tinha um tal de candombe que tocava a noite toda inteira, tocando e cantando o candombe dos negros e dos escravos. (Terezinha Azevedo - 2019)

---

<sup>15</sup> Conforme canto do Congado Catopé de Nossa Senhora do Rosário de Pinhões.

O candombe era uma manifestação religiosa realizada no Cruzeiro que existia no alto da igreja, atualmente representado por uma cruz em frente à igreja da comunidade. Segundo relatos, o padre João de Santo Antônio, ao tomar conhecimento das comidas e tambores que atraíam a comunidade ao Cruzeiro, proibiu tais manifestações religiosas e determinou que a partir daquele momento as manifestações teriam que acontecer dentro da igreja, cuja construção seria feita naquele local. A igreja de Nossa Senhora do Rosário foi construída e inaugurada em 1907 em forte relação com o Mosteiro de Macaúbas, Convento de Nossa Senhora da Conceição construído em 1709.

Que as festas que eu vou falar com você, agora a gente não tem nenhuma igual era antes. Era umas festas muito faladas, vinha muito gente de fora, a principal festa daqui é a do rosário né. Mas era festa que a gente via que era festa, agora né, nem pra coisa, pra aparecer com as de antes não parece não. Antigamente era festa boa mesmo, e tinha um tal de candombe que tocava a noite toda inteira, tocando e cantando o candombe dos negros e dos escravos. (silêncio) Outra coisa também é que dizem que Nossa Senhora morava naquela serra ali, dizem que buscava ela, punha ela em outro lugar. Quando voltavam no outro dia, diz que ela estava no mesmo lugar. E então ela saiu de lá quando os candombeiros chegou batendo a caixa pra ela. Ai ela saiu e eles levou e Nossa Senhora do Rosário lá pra igreja e isso tudo eu vejo contar, ouvia falar de vera que era assim. (Terezinha Azevedo - 2019)

No candombe, segundo Geraldo Teles (2017), vários moradores da comunidade se reuniam ao redor de um cruzeiro de madeira para tocar seus tambores, cantavam suas dores e clamavam pelo socorro de suas divindades. Logo, o candombe daria lugar ao congado que reverenciaria Nossa Senhora do Rosário, uma santa branca que seria capaz de ouvir os clamores dos seus pretinhos, como ainda cantam seus fiéis em devoção à santa.

Percebemos as evidências de dominação quando as referências que falam da memória, adotam a perspectiva branca, através dos nomes de pessoas brancas que designam a escola e a algumas ruas de Pinhões; a troca do candombe pelo congado, aderindo os santos católicos, rompendo assim uma linha de continuidade com o passado escravo. Segundo análise de Abdias Nascimento.

Em verdade, o papel exercido pela igreja católica tem sido aquele de principal ideólogo e pedra angular para a instituição da escravidão em toda a sua brutalidade. O papel ativo desempenhado pelos missionários cristãos na colonização da África não se satisfiz com a conversão dos “infiéis”, mas prosseguiu, efetivo e entusiástico, dando apoio até mesmo a crueldade ao terror do desumano tráfico negreiro. (NASCIMENTO, 2016, pág. 62)

É como se esses elementos estivessem constantemente rompendo com as linhas de continuidade e evidenciando a invalidade da vida e da história do nosso povo.



Imagem 5: Congado Catopé de Nossa Senhora do Rosário  
de Pinhões

Fonte: Acervo da pesquisadora

Segundo relatos, o congado de Nossa Senhora do Rosário de Pinhões se originou a partir do candombe, então liderado pelo Senhor Emílio da Conceição. Este mesmo senhor se tornou um dos primeiros mestres do congado da comunidade passando os seus conhecimentos de fé, religião, e cantos para os demais mestres de congados que vieram substituí-lo após o seu falecimento.

O congado é o tal que é da igreja aqui, é o congado. Quer dizer que é da igreja e desde o princípio do mundo é do tal do Seu Emílio, quer dizer que é do tempo de Seu Emílio. Tinha Seu Emílio que era o chefe de tudo, arcão. E naquele tempo meu pai e um punhado, tudo eram os dançantes velhos. (Geraldo Teles - 2017)

O congado catopé de Nossa Senhora do Rosário começou suas atividades tendo em sua composição apenas os homens da comunidade. Atualmente conta com cerca de 130 homens de diferentes faixas etárias. As fardas utilizadas carregam a cor azul como referência ao manto da padroeira e sua confecção é feita pelas costureiras de Pinhões.

Uai aqui tinha muita, toda vida uai, uai, só esta festa do Rosário era uma coisa muito importante, e a gente trabalhava muito. Tem um tanto de roupa, Débora, que eu fazia, o aperto que eu ficava, minha filha, que amontoava muita costura. Mas toda vida eu gostei de ajudar, nunca cobrei um tostão destas fardas todas que eu faço. (Cecília Carvalho - 2019)

O congado acolhe centenas de fiéis que se deslocam para participar da Festa de Nossa Senhora do Rosário que acontece no fim de semana mais próximo ao dia 7 de outubro, no qual é comemorado o dia da santa padroeira do quilombo. Por essa razão, a Escola Estadual Padre João de Santo Antônio, a única escola da comunidade, tem seu calendário escolar adequado ao calendário festivo da comunidade, desde que se tornou escola quilombola.

Os devotos que comparecem aos festejos se alimentam com a fartura das comidas feitas pelas cozinheiras de Pinhões, conforme explicitaremos no próximo capítulo. Normalmente o cardápio das festas é: arroz, tutu de feijão, macarronada, frango, farofa. Todos os presentes se reúnem para o almoço que seguem participando dos festejos acompanhando o congado e procissões que percorrem as ruas da comunidade.

## **2.5 As festas e tradições religiosas**

Todas as festas acabavam sempre na Capelinha que os participantes do congo haviam construído em honra de nossa Senhora do Rosário. (EVARISTO, 2017, p.174)

Através do processo de escravização é forte a relação entre comunidade e igreja visto que uma população que fundou o quilombo descende da população negra que foi escravizada pelo mosteiro de macaúbas, pertencente a igreja católica. Fortes traços do catolicismo marcam e incidem sobre a comunidade quilombola de Pinhões.

O fato de a população negra do quilombo ter relação direta com a igreja católica, fez com que a maioria do território relacionasse diretamente com o catolicismo, com uma tendência ao apagamento de todos os traços das religiões de matrizes africanas. Deste modo o candombe, as músicas que eram relacionadas com o toque do tambor, e as relações e práticas herdadas das religiões de matrizes africanas foram apagadas na história do povo de Pinhões.

Entretanto, a manifestação espiritual africana não se circunscreve ao domínio religioso, mas também abrange a outras formas de celebrar ações de festejos populares. É o caso, por exemplo, dos autos populares dos combos, do bumba meu boi, dos quilombos, e assim por diante, através dos quais os negros reproduzem formas tradicionais africanas adaptadas ao novo ambiente, ou então infundiam as formas culturais estrangeiras um espírito africano, adaptando as ou reduzindo as é o seu parâmetro cultural. (NASCIMENTO, 2016, p. 124)

Logo, percebemos que as simpatias, assumiram o lugar das oferendas às águas e aos rios, através da relação com as benzedeadas<sup>16</sup>. Tal como a referência ao candombe foi substituída pelo congado e suas interações com a igreja católica e cultos aos santos brancos.

As festas que ainda acontecem no território têm relação direta com a comida e alimentação, como apresentaremos no capítulo 3. Tal como as oferendas nas religiões de matriz africana, nossas festas trazem seus altares santos católicos, às vezes negros ou não, rodeados de alimentos, como forma de oferta aos santos e orixás, aquilo que conhecemos como sincretismo religioso.



Imagem 6: Altar montado onde estava sendo preparada a comida da Festa do Divino Espírito Santo, em 2018.

Fonte: Acervo da pesquisadora.

---

<sup>16</sup> Ver no capítulo 3.



## **2.6 As tradições indicadas pelas sujeitas da pesquisa são as festas religiosas**

An? as festas? as festas tudo eram muito boa, mas era. O povo era mais simples, sabe, agora tem coisa muito diferente, né. Mas aqui, toda vida foi uma coisa muito boa, uma reunião boa do povo. Isso é antigo, a tradição daqui, que já teve tanta coisa boa, não é menina, agora está acabando tudo. (Cecília Carvalho - 2019)

Segundo a maioria dos relatos das entrevistadas, o que elas identificam mais fortemente como tradição são as festas religiosas da comunidade. Sendo que as festas mais sinalizadas durante a pesquisa foram a de Nossa Senhora do Rosário e do Divino Espírito Santo. Ambas contam com a participação das cozinheiras, que por sua vez consiste em uma das práticas sociais desempenhadas pelas mulheres da comunidade, como veremos a seguir e no tópico das Cozinheiras no próximo capítulo deste estudo.

## **2.7 As festas em relação com os alimentos e as cozinheiras**

Tanto a Festa do Divino Espírito Santo quanto as participações do congado feminino do Divino Espírito Santo são narrados por nossas entrevistadas durante a coleta de dados como festas fartas, que atraíam muitos visitantes à comunidade. Trazem consigo a manifestação da religiosidade e forte relação com a fartura e preparo dos alimentos. Essa relação com os alimentos acontece em todas as festas realizadas e coincide com outras comunidades quilombolas, conforme aponta Patrícia Santana (2015).

A participação do grupo de cozinheiras tem reconhecimento do congado de Nossa Senhora do Rosário e da Guarda de Congo do Divino Espírito Santo de Pinhões. Após as refeições retornam, assim como as outras Guardas e congados, fazem as suas rezas, cantos, e agradecimentos pelos alimentos que foram preparados para todos os participantes da celebração. Conforme afirma Teresa

Agora, hoje, o que mais me admira, mexe, mexe comigo, não só comigo mas com todas as cozinheiras, quando nós todas que ficamos cozinhando, é quando o congado de nossa senhora do Rosário entra na cozinha para agradecer, nossa senhora, é bonito demais. E o do divino Espírito Santo também, são palavras que eu não consigo guardar na minha cabeça não, sabe, mas são palavras, Débora, que eu vou falar com você, toca tanto que dá vontade de a gente chorar, de tão lindo que é. Então, eu acho muito importante. São festas muito bonitas que nós temos que preservar e perseverar, que isso não caia no esquecimento porque se continuar do jeito



que está, eu acho que muitos vão ficar desanimados, Débora, infelizmente, né, infelizmente. (Teresa Carvalho - 2019)

## 2.8 Pinhões ainda em contato com os resquícios do colonialismo eclesial

Eram muitas as histórias, nascida de uma outra História que trazia vários fatos encadeados, consequentes, apesar de muitas vezes distantes no tempo e no espaço. (EVARISTO, 2017, p.150)

Atualmente, o pároco na comunidade, responsável pela igreja do quilombo, assumiu uma postura de tentar invalidar os costumes e tradições da comunidade. Tratamos neste estudo como colonialismo eclesial, uma vez que se utiliza do poder concedido pela igreja e o exerce sobre os fiéis para manipular a comunidade em seus costumes e tradições.

Em relatos recentes conseguidos durante as entrevistas para essa pesquisa, nos foram apresentadas várias situações que nos permitem interpretar como manifestações racistas, atitudes coloniais e que desconsideram todas as manifestações culturais e religiosas da comunidade.

Esse tal de padre Vicente, padre Vicente está acabando com as tradições daqui, é padre Vicente, não está? Nossa minha filha, tem tanta coisa boa aqui em Pinhões e ele quer acabar com a festa do Rosário, a padroeira do lugar. Mandou fechar a quadra; se você vê, a quadra é que dá dinheiro para a igreja e ele mandou fechar. É, dizem que ele buscou o dinheiro todo. Agora, eu fiquei chateada Débora, você sabe o porquê? Padre minha filha, você mexe, você vai lá confessa, e deixa ele pra lá, não mexe com o padre não, porque padre não é brincadeira não.” (Preservar a entrevistada)

Este relato nos mostra que apesar de diversas atitudes de opressão assumidas pelo padre, a entrevistada mantém o medo da posição ocupada por Vicente. O lugar de poder a ele atribuído, através da sua função na igreja ainda está associado à punição e ao medo, como expressado na afirmação: “não mexe com o padre não, porque padre não é brincadeira não”.

Nos relatos também comparecem a indicação de falta de respeito e de cortes na realização de eventos em razão de uma possível retaliação do padre com o quilombo de Pinhões,

...agora o padre Vicente cortou tudo, era para ele ter respeito com a Festa de Nossa Senhora do Rosário. (Preservar a entrevistada)

Assim como notamos ao acompanhar as cozinheiras na Festa do Divino Espírito Santo, realizada em 2018.

De vez em quando as cozinheiras falavam das restrições, dos tanques sem encanamento adequado, e da falta de investimento para que elas continuem trabalhando e cozinhando para as festas. Da falta de condições adequadas para a realização de suas funções, e daquilo que faltava, uma vez que o atual padre levou o material delas embora para a paróquia e não permite mais doações dos festeiros para contribuir com o funcionamento da cozinha. (Registro Diário de Campo - 2018)

A postura adotada pelo pároco elucidada que ele assume uma posição de superioridade diante das mulheres quilombolas da comunidade, desconsiderando a importância suas atuações para a manutenção das festas. Do mesmo modo, impõe a manutenção da subalternidade ao negar as reformas da cozinha onde atuam, assim como ao negar seus materiais de trabalho e ao mesmo tempo colocá-los sob sua tutela. Como se as cozinheiras não tivessem autonomia para gerir a própria prática. Prática social tradicionalmente realizada pelas mesmas desde o surgimento da comunidade, como é possível perceber através deste estudo.

Outro fato que nos despertou atenção é que no ano que antecedeu a realização das entrevistas deste estudo, o padre supracitado se deslocou até a casa de uma das cozinheiras da comunidade e recolheu diversos pertences do grupo alegando que os mesmos seriam de posse da igreja. Desta forma, tachos, panelas e colheres foram levados da comunidade para a paróquia não sendo mais permitido o uso pelos moradores do quilombo. A utilização de tais utensílios pelas cozinheiras da comunidade quilombola de Pinhões, passou a necessitar do seu consentimento.

Após ser questionado por tal atitude o pároco proibiu a utilização do único espaço cultural da comunidade, isto é, a quadra de Pinhões. De acordo com os relatos dos moradores, a quadra foi construída em um terreno da igreja, com verbas municipais para que fosse de acesso da comunidade. Atualmente este espaço está abandonado e sem condições de uso, e segundo uma das entrevistadas “[...]o padre está fazendo o que quer. Ele quer mandar em Pinhões.”

Na festa realizada, no ano de 2019, uma forte atuação das cozinheiras aconteceu na Festa da Padroeira de Pinhões. O padre Vicente de Menezes desconsiderou a possibilidade de sorteio para definição de quais seriam os festeiros do próximo ano de reinado, ele queria coroar os seus escolhidos para que conduzissem a festa do ano de 2020, porém as cozinheiras

questionaram o padre durante a celebração festiva e exigiram a realização do sorteio para escolha dos festeiros de 2020, tendo assim o apoio de todos os presentes que manifestaram seu descontentamento através de vaias e gritos. (Registro diário de campo - 2019)

Ao ser interpelado pelas cozinheiras, durante a missa festiva, o padre passou a ser interrogado por toda a comunidade que interveio de forma incisiva cobrando determinado posicionamento que atendesse às demandas e necessidades do quilombo, como também tivesse mais respeito pelas tradições da comunidade. Após tal fato, o dirigente da igreja católica recuou de sua decisão de coroar o senhor Moreira<sup>17</sup> e sua esposa e realizou o sorteio, conforme costume da comunidade, para decidir quais seriam os festeiros do ano de 2020. O casal sorteado será conduzido pelo congado e no reinado no próximo ano 2020.

Acrescenta-se a isso que todas as pessoas que tentam estabelecer diálogo com Vicente, ao apresentarem algum tipo de questionamento às suas atitudes, recebem como respostas ameaças de castigos subsidiados pelas pregações do evangelho durante a realização das missas dominicais, também são excluídas de movimentos ligados à igreja e/ou de suas redes sociais.

Tal acontecimento, além de expor um posicionamento autoritário assumido pela igreja católica no quilombo através do comportamento deste representante eclesial, nos permite analisar a agência das mulheres cozinheiras para toda a comunidade, as festas, em manifestações religiosas lidas como tradição. A agência das mulheres, move a comunidade, fazendo com que as pessoas do quilombo se posicionem, interrogando aqueles que desconsideram ou desrespeitam as tradições de Pinhões e incentivam um posicionamento de todo quilombo.

A importância da artesanaria das práticas sociais das mulheres do Quilombo de Pinhões será apresentada nas páginas que seguem.

---

<sup>17</sup> Senhor Moreira é José Moreira de Souza, membro da Comissão Mineira de Folclore. Ele possui um sítio na comunidade e retrata as tradições de Pinhões como manifestações folclóricas.

## CAPÍTULO 3

MARIA, MARIA<sup>18</sup>

Milton Nascimento

Maria, Maria  
 É um dom, uma certa magia  
 Uma força que nos alerta  
 Uma mulher que merece  
 Viver e amar  
 Como outra qualquer  
 Do planeta  
 Maria, Maria  
 É o som, é a cor, é o suor  
 É a dose mais forte e lenta  
 De uma gente que ri  
 Quando deve chorar  
 E não vive, apenas aguenta  
 Mas é preciso ter força  
 É preciso ter raça  
 É preciso ter gana sempre  
 Quem traz no corpo a marca  
 Maria, Maria  
 Mistura a dor e a alegria  
 Mas é preciso ter manha  
 É preciso ter graça  
 É preciso ter sonho sempre  
 Quem traz na pele essa marca  
 Possui a estranha mania  
 De ter fé na vida  
 Mas é preciso ter força  
 É preciso ter raça  
 É preciso ter gana sempre  
 Quem traz no corpo a marca  
 Maria, Maria  
 Mistura a dor e a alegria  
 Mas é preciso ter manha  
 É preciso ter graça  
 É preciso ter sonho sempre  
 Quem traz na pele essa marca  
 Possui a estranha mania  
 De ter fé na vida

---

<sup>18</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=r1bBD4f3MTc> , com acesso em outubro de 2020.

### 3.1 A artesanania das práticas sociais da tradição



Uma história viva que nascia das pessoas, do hoje, do agora. Era diferente de ler aquele texto. Assentou-se e, pela primeira vez, veio-lhe um pensamento quem sabe escreveria essa história um dia? Quem sabe passaria para o papel o que estava escrito, cravado e gravado no seu corpo na sua alma, na sua mente. (EVARISTO, 2017, p.151)

Duas pesquisas realizadas no Quilombo de Pinhões já sinalizavam para a agência das mulheres e sua atuação em comunidade. A dissertação desenvolvida por Lúnia Costa Dias (2015), no Programa de Pós Graduação em Antropologia da UFMG, nos apresenta a partir da sua aproximação com a Associação Cultural das Mulheres de Pinhões, a força das mulheres e seu “protagonismo” na construção de uma cultura e sua articulação diante de diversos âmbitos conforme percebemos a seguir

Espero que tenhamos conseguido mostrar um pouco da força das mulheres na *comunidade*, algo que não se esgota nos relatos anteriores e que inevitavelmente vai percorrer todo o desenvolvimento da dissertação. Isso porque as condições que conformam esse ‘protagonismo’ das mulheres produtoras de uma ‘cultura com aspas’ é o lócus fundamental de uma condição de liminaridade no “ser quilombola” e “ser de Pinhões”. São as mulheres as principais produtoras de um *Pinhões Quilombola*. O lugar social das mulheres constituído ao longo de experiências situadas sócio-historicamente na produção da *comunidade* permite a elas uma condição de produtoras de tradições, articulando a ‘produção da localidade’ em múltiplas escalas, de modo a articular dimensões públicas/políticas/privadas/domésticas na produção da *comunidade*, e, conseqüentemente, na produção de *Pinhões Quilombola*. (DIAS, 2015, p. 45, *grifos da autora*)

Tais colocações são confluentes com as percepções apresentadas na tese de Carmen Regina Teixeira Gonçalves (2019), pelo Programa de Pós Graduação em Educação da UFMG que nos apresenta em sua etnografia desenvolvida a partir de sua aproximação com o Coletivo Empondere Se das mulheres quilombolas de Pinhões, a agência das mulheres, sua relação com o trabalho e a manutenção da vida imbricadas com as relações tradicionais e familiares. De acordo com Gonçalves (2019),

Recorrentemente, sobressaem as histórias e a imagem do potencial, da força e da dedicação ao trabalho que as mulheres de Pinhões sempre mantiveram junto às suas famílias e nos cuidados na preservação da cultura e da tradição do território. Destinam seus esforços na continuidade das festas, as quais organizam, cozinham, limpam e enfeitam. Devotam seu vigor incessante em função do trabalho que garante a manutenção concreta da própria existência e da família, nesse contexto vivido como algo unívoco, ou seja, assegurar o seu sustento está em ressonância e imbricação em prover o bem estar de sua família. (GONÇALVES- 2019, p. 22)

Ambas as pesquisas contribuíram para a nossa percepção de que se fazia necessário buscar um aprofundamento sobre as questões anteriormente apresentadas com o enfoque direcionado às mulheres de Pinhões e suas práticas sociais. De saída, nos deparamos com a dificuldade em tratar cada prática social como vinculada a um grupo

de mulheres que pudesse ser seccionado. As mulheres desenvolvem variadas práticas e os saberes são dinamizados nas trocas que ocorrem entre elas e atravessam gerações, como demonstraremos a seguir. Nessa análise consideramos que as práticas sociais compõem um conjunto de saberes que circulam com as mulheres no quilombo. Nesse sentido, adotamos o conceito de artesanania das práticas sociais formulado por Santos (2008) para referir-se a um conjunto de saberes que ocorre na atuação de grupos sociais em contextos específicos endereçados a problemas e exigências de transformação social. Consideramos que a formulação de Santos (2008), ainda que não direcionada a saberes denominados como tradicionais - caso dos quilombos - é útil, pois se refere à produção de saberes em dinâmicas de interesses convergentes inseridos no terreno da vida prática. A artesanania aplica-se ao entendimento de uma articulação que toma por base a solidariedade interna a cada grupo e que atravessa ações coletivas para alcançar resultados práticos.

Nessa análise, a artesanania das práticas sociais das mulheres quilombolas de Pinhões considera sua inventividade por uma sobrevivência possível no território e é aqui evidenciada a partir de três prismas: práticas de sustentação da vida; práticas de sustentação da cultura/tradição; práticas de cuidado. Estas subdivisões nos permitiram compreender melhor a circulação das mulheres por diversas práticas e como as mesmas dizem da própria vida em comunidade e sobre as possibilidades de sobrevivência no Quilombo. Chamamos aqui de inventividade por uma vida possível a artesanania de fazer e viver, que é o conteúdo do saber nas práticas sociais, de trabalho e da tradição em Pinhões.

### **3.2 As práticas e a tradição**

Seu surgimento, histórias, valores, memórias, práticas culturais e religiosas nos fazem compreender e identificar Pinhões como Comunidade Quilombola. Compreendemos o conceito de cultura e tradição segundo perspectiva de Hall, que afirma:

(...)exemplos sugerem é que a cultura não é apenas uma viagem de redescoberta, uma viagem de retorno. Não é uma “arqueologia”. A cultura é uma produção. Tem sua matéria prima, seus recursos, seu “trabalho produtivo”. Depende de um conhecimento da tradição enquanto “o mesmo em mutação” e de um conjunto efetivo de genealogias. Mas o que esse “desvio através de seus

passados” faz é nos capacitar, através da cultura, a nos produzir a nós mesmos de novo, como novos tipos de sujeitos. (HALL, 2009, p.49)

Muitas práticas que sinalizamos nesta pesquisa como tradição surgiram para responder às demandas advindas do trabalho, que estão ligadas a adequação às condições sociais que foram historicamente impostas, como forma de sobrevivência e permanência no território. Essas diversas experiências culturais emergem de ‘uma experiência afetiva da marginalidade social’ (BHABHA, 2013), logo, as práticas, podem ser consideradas práticas de trabalho e são lidas como tradições. Surgem e são desempenhadas paulatinamente diante da percepção de que era necessário a realização dessas práticas para que fosse possível suprir as dificuldades da época, para responder a uma demanda por trabalho e para conseguir viver dignamente e com honestidade, como encontramos nos relatos de Dona Maria das Graças Evangelista (2019), Teresa Carvalho (2019), dona Cecília Carvalho (2019) e Neide Santos(2019). O que Bhabha (2013) nos apresenta como uma articulação social. Segundo o autor:

Os termos do embate cultural, seja através de antagonismo ou afiliação, são produzidos performativamente. A representação da diferença não deve ser lida apressadamente como o reflexo de traços culturais ou étnicos preestabelecidos, inscritos na lapide fixa da tradição. A articulação social da diferença, da perspectiva da minoria, e uma negociação complexa, em andamento, que procura conferir autoridade aos hibridismos culturais que emergem em momentos de transformação histórica. O "direito" de se expressar a partir da periferia do poder e do privilégio autorizados não depende da persistência da tradição; ele é alimentado pelo poder da tradição de se reinscrever através das condições de contingência e contraditoriedade que presidem sobre as vidas dos que estão "na minoria". O reconhecimento que a tradição outorga é uma forma parcial de identificação. Ao reencenar o passado, este introduz outras temporalidades culturais incomensuráveis na invenção da tradição. Esse processo afasta qualquer acesso imediato a uma identidade original ou a uma tradição "recebida". Os embates de fronteira acerca da diferença cultural têm tanta possibilidade de serem consensuais quanta conflituosos; podem confundir nossas definições de tradição e modernidade, realinhar as fronteiras habituais entre o público e o privado, o alto e o baixo, assim como desafiar as expectativas normativas de desenvolvimento e progresso (BHABHA, 2013, p.21).

As indagações são sobre em que medida as práticas surgem e passam a existir como tradição pela repetição ou para responder a uma necessidade coletiva com o objetivo de sobrevivência diante da ausência do Estado na comunidade. Sendo assim, podemos pensar na necessidade histórica que legitima a importância das tradições.



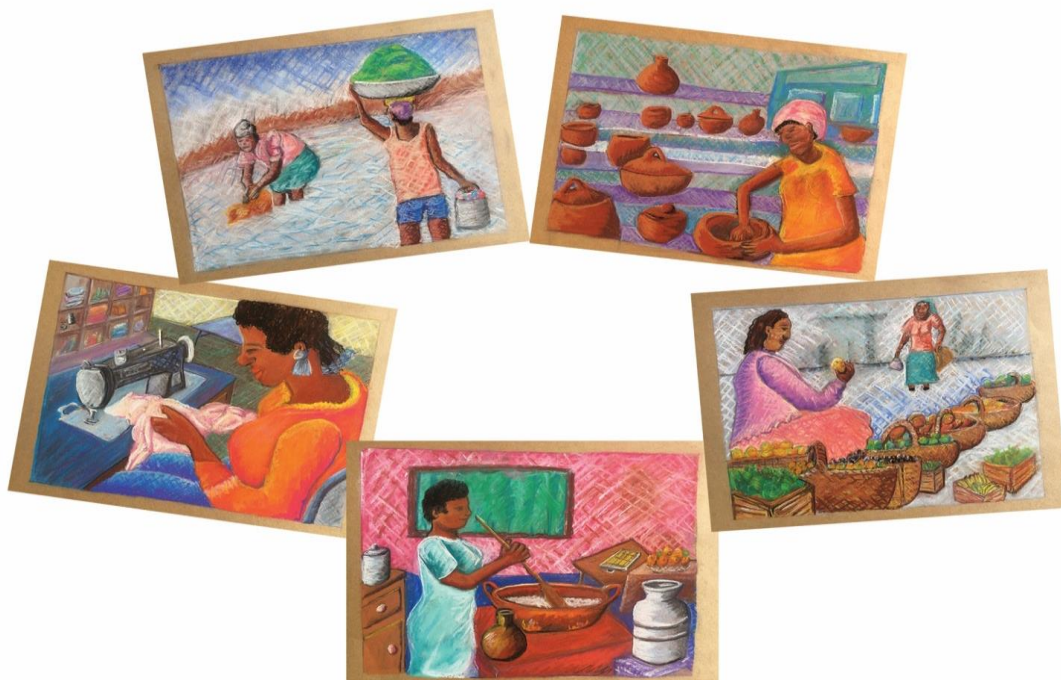
Essas contingências são frequentemente os fundamentos da necessidade histórica de elaborar estratégias legitimadoras de emancipação, de encenar outros antagonismos sociais. (BHABHA, 2013, p. 276)

Assim, podemos problematizar se o que é indicado como tradição pode ser repensado ou questionado quando nos deparamos com a possibilidade da ‘construção da cultura’ ou da ‘invenção das tradições’. Esta consideração feita por Bhabha, converge com o que encontramos em Eric Hobsbawm ao nos elucidar que:

Por tradição inventada entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; ponto, tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. (HOBBSAWM, 2018, p.8)

Confluindo com o autor supracitado, muitas das narrativas associam a tradição com aquilo que está ligado ao passado, isto é, a ideia de ser antigo; de haver repetição; de ser uma prática transmitida através de gerações e acontecer por longos períodos, são os elementos que caracterizam para as mulheres de Pinhões, como tradição. Logo, compreendemos que a tradição pode estar ligada ou não a religiosidade, pois para algumas a tradição são as festas religiosas, para outras a prática das paneleiras e outras ainda, a benzeção ou as cozinheiras. No entanto, todas as narrativas sinalizam para aquilo que foi apreendido com as pessoas mais antigas, o que deve ser preservado e que deve continuar acontecendo ou existindo na comunidade.

### 3.3 Práticas de sustentação da vida



Uma mãe cheia de filhos, para poder criar esses nove filhos, de tudo uma mãe tinha que fazer um pouco não é, costurar, fazer quitanda, lavar roupa. (Teresa Carvalho - 2019)

O relato de Teresa Carvalho (2019) é emblemático para explicar a circulação das mulheres nas práticas sociais e como mantiveram o quilombo. Essas práticas, nomeadas aqui como ‘Práticas de sustentação da vida’, são aquelas que têm relação direta com a sobrevivência. Práticas de trabalho, em alguns casos desenvolvidas artesanalmente, que permitiram e algumas ainda permitem, as formas de sobreviver e manter suas famílias.

Nos atentaremos, neste tópico, às narrativas das Lavadeiras, Paneleiras, Balaieiras, Doceiras e Costureiras.

### 3.3.1 As Lavadeiras



Fui toda metida com a bacia na cabeça, me sentindo adulta, para lavar roupa. Aí depois, fui com a minha avó que era lavadeira, lavava roupa para fora, e eu comecei a ir buscar as roupas no rio, é uma distância bem considerável, da minha casa até no rio, e a gente andava por todos esses lugares sem nenhum medo, sem nenhum receio, né. (Janete Dorcil - 2019)

Lavar roupas sempre foi uma prática comum entre as mulheres de Pinhões. Antigamente a lavagem das roupas acontecia no Rio Vermelho, rio que corta o território na altura do Pau D'óleo, uma das muitas regiões que tem nome nativo em Pinhões. O referido rio, encontra-se a aproximadamente dois quilômetros da entrada de Pinhões, pela MG-020.

Esta prática nos diz das formas de sustentação da vida no quilombo, pois esta era a única forma possível de acessar a água para manter suas casas e seus familiares. Segundo Teresa Carvalho ir ao rio lavar roupas fazia parte da “vida de luta, de dificuldade que a gente tinha aqui em Pinhões” (2019).

A comunidade não dispunha de água encanada e o acesso aos rios e “biquinhas”, como elas se referem a poços de água dispersos por Pinhões, era a única forma de fazê-

lo. Mulheres de diferentes idades levavam não somente suas roupas, mas de toda a família para serem lavadas. Segundo Janete, as mais jovens aprendiam com suas mães e avós como lavar as roupas da família.

[...] é, eu adolescente comecei a ir pro rio, a gente ia no rio lavar roupa, comecei muito cedo. Eu lembro que eu fui, a primeira vez, por minha conta e risco. Eu fui lavar as roupinhas do meu irmão recém-nascido, de Mário Lucio. Fui toda metida com a bacia na cabeça, me sentindo adulta, para lavar roupa, né? Aí depois veio a minha avó que era lavadeira, lavava roupa para fora, eu comecei a ir buscar as roupas no rio, é uma distância bem considerável né? Da minha casa até no rio. E a gente andava por todos esses lugares sem nenhum medo, sem nenhum receio. (Janete Dorcil - 2019)

Percebemos no relato de Janete Dorcil (2019) que ir lavar roupa no rio representava a atividade de adulta, como também contribuir com os afazeres de casa e ter a responsabilidade de ajudar com os irmãos mais novos.

Algumas das mulheres de Pinhões que comercializavam produtos da comunidade em outras cidades, a maioria balaieiras, começaram a trazer roupas de Belo Horizonte para serem lavadas e passadas em Pinhões, como forma de trabalho e mais uma maneira de garantir e/ou contribuir com o sustento de sua família, como nos narra Beatriz Santos (2019).

Lavadeira, mãe também foi. Trabalhou até o fim, coitada, trabalhou muito porque tinha que ajudar para tratar de nós. Uai, pai sozinho não dava conta, e aí, ela que era o homem e a mulher dentro de casa. (Beatriz Santos - 2019)

A mãe de Dona Beatriz, Dona Rosalina da Conceição, conhecida como Dona Rosa, era lavadeira, paneleira, balaieira e rainha perpétua do Congado de Nossa Senhora do Rosário. Segundo sua filha, dona Rosa tinha parentes em Jaboticatubas, possivelmente no Quilombo do Matição, mas por morar em Pinhões perdeu contato com esses familiares. Provavelmente devido a distância e por não existir transporte público na época em que seus antepassados vieram morar em Pinhões.

A necessidade de possuir um trabalho para ajudar em casa, era muito comum. As mulheres que saíam para trabalhar assumiam vários trabalhos simultâneos. Dona Rute era uma das lavadeiras e também atuava como balaieira. Segundo sua filha Neide Santos (2019), ela trabalhava como lavadeira, balaieira e doceira. Dona Rute também é citada por Teresa Carvalho (2019).

[...] dona Maria de Euclides, esse pessoal eles iam para Belo Horizonte, dona Rute, dona Rute, minha filha, a quantidade de roupas que dona Rute lavava. Ela ia para Belo Horizonte e vinha no ônibus com aquele monte de saco. Lavava, passava para depois entregar. (Teresa Carvalho - 2019)

Dessa forma, percebemos que existiam duas formas de atuação das lavadeiras na comunidade: uma era as lavadeiras que lavavam roupa “para fora” como forma de trabalho e de renda para as suas famílias e a outra era ser lavadeira, como uma demarcação da passagem para a vida adulta. Um ritual da artesanaria das práticas.

A forma de organização do ofício ainda chama a atenção entre as mulheres que tinham o costume de utilizar o rio. Janete afirma que eram muitas as mulheres e nos descreve um pouco da organização das lavadeiras.

Nossa! Tinha muitas e era engraçado... Lá na beira do rio cada uma já tinha o seu lugar, algumas até furavam no barranco assim ó [gesto], moldavam o barranco pra poder colocar as bacias perto ou longe da beira da água. Cada uma tinha o seu lugar e era respeitado. Não podia chegar lá e pegar o lugar do outro não, senão que a outra chegava e ficava de cara feia. Xingava e coisa e tal, então era respeitado, já tinha cada uma seu espaço na beira do rio. Até a cerca também para poder pôr a roupa pra escorrer, cada uma já tinha o seu pedacinho, era muito interessante isso. (silencio) É...(silencio) na hora que a gente pensa assim que a gente vê! Na época era difícil, era doloroso, ficar carregando a bacia pesada na cabeça. (Janete Dorcil - 2019)





Imagem 7: Rio Vermelho, utilizado para a lavagem das roupas.

Fonte: Acervo da pesquisadora.

A organização era necessária para a atividade que também utilizava os saberes das propriedades das ervas. Neste caso, encontramos no relato de Beatriz Santos (2019) que nos explica como o ofício era realizado com São Caetano, uma erva utilizada para chás e também para a limpeza das roupas.

Você punha sua bacia para você esfregar em pé, mas tinha uma grama boa para você pôr as roupas para quicar, daí você enxágua a roupa uma vez só, a roupa fica limpinha e cheirosa.

Agora minha filha, naquele tempo você lavava a roupa e você esfregava ela com São Caetano. São Caetano é um que a gente punha para lavar roupa, aquilo que a gente faz chá, faz chá, é. (Beatriz Santos - 2019)

O conhecimento sobre a natureza e seus frutos também facilitava a produção de sabão. O fruto que dá nome a Pinhões, o Pinhão, também era utilizado para essa finalidade. Segundo Neide Santos (2019) era comum que as lavadeiras fizessem seu próprio sabão para lavagem das roupas,

A gente buscava côco pra mamãe fazer sabão também. Mamãe punha os côcos para apodrecer né, para tirar o azedinho, tirar a, como é que chama, a polpa né? E fazer o sabão. (Neide Santos - 2019)

As dificuldades de sobreviver e de criar seus filhos, sem acessos a água encanada e sem saneamento básico são relatadas por muitas lavadeiras. Ainda assim, elas mantinham suas famílias e as práticas no quilombo através da forma como circulavam entre os ofícios e transmitiam a seus familiares seus conhecimentos como uma alternativa de vida possível. Como percebemos na fala de Teresa.

Então ela ia para o rio lavar roupa, aí eu tinha que ir junto né, eu ia junto para poder ajudar. Eu era menina e a gente tinha que ir para ajudar lavar roupa, minha filha, lavar roupa para fora, lavar roupa para fora.

Ir para o córrego, o córrego dona Maria de Euclides, que na época era um córrego fundo, com muito gramado, não é o que é hoje não. O rio, o rio, era aquele rio largo, tinha aquela praia de areia. (Teresa Carvalho -- 2019)

Relembrar a atividade também nos aponta para as dificuldades enfrentadas por essas mulheres, a nostalgia daquilo que não existe mais, não apaga as memórias de sofrimentos das práticas desempenhadas. Logo, embora os relatos sejam permeados pelas lembranças dos locais, como das formas de organização para o trabalho, não apagam o esforço para garantir a vida e o sustento das famílias.

Quando estava chovendo assim, você lavava a roupa em casa. Buscava água na cabeça, lavava a roupa na bacia, voltava e pegava água na chuva para enxaguar a roupa, para tirar o sabão todo. E ia buscar água lá na biquinha para enxaguar a roupa e colocar, não tinha uma varanda para estender e aquele tanto de roupa dos outros, (...)

mãe lavava, não sei como, lavava esse roupeiro todos dos outros. Chovia a semana inteira, a gente ainda dava, e eu menina ainda, dava conta da roupa seca e a gente ajudava a lavar. Mãe passava, Nem passava, e levava embora e no sábado trazia outra. Eu com dez anos, eu já lavava dois ou três sacos de roupa para mãe, e não era com interesse de ganhar dinheiro, de receber, não era nada não, sabe, dava mesmo. Só que tem que toda a vida mãe não foi assim exploradora da gente, então ela vinha, e gostava de comprar as coisas para a gente, e tudo.

E aí eu falava com ela “mãe quando eu tiver um dinheiro a senhora abre uma caderneta de poupança para mim”, ela foi e me deu uma roupa de uma velha para me lavar, juntei o dinheiro, e meu padrinho me dava um dinheiro até eu fazer isso, com dificuldade e tudo. (Rosângela Diniz - 2019)

Entre os relatos das dificuldades enfrentadas, surgem as lembranças das lavadeiras que já faleceram. A nostalgia se intercala com o peso das trouxas de roupa, a miséria e exploração. O trabalho que era bem feito, mas mal pago. Como percebemos na fala de Dona Carmen (2019),

Punha a bacia, agora não usa bacia mais não é Aparecida? (fala perguntando para Aparecida, que acompanha a conversa). Agora não usa, mas Aparecida sabe. Punha a trouxa na cabeça e ia para o Rio que ficava o dia todo, ganhava uma mixaria da nada. Tinha umas que pagavam em dia. Agora, eu vou te falar que agora eu vou falar bonito tá? Mais boa que tinha neste mundo era Rosa e Bastiana, hum e Maura também não era ruim não, não era ruim mas as melhores eram Rosa e Bastiana, só isso que eu tenho a dizer. (Dona Carmen- 2019)

A prática ainda existente em Pinhões, tomou outro formato após canalização da água. Atualmente, o rio deixou de ser utilizado pelas lavadeiras, uma vez que o encanamento da água facilitou o acesso à água em casa e assim essa tradição tomou outro formato. Dias (2014) aponta que ainda

são as balaieiras também que ainda hoje transportam as roupas para lavar. Muitas delas eram lavadeiras ou passavam o serviço para suas irmãs, primas e tias. Um fato que, apesar de não mais acontecer na beira do Ribeirão Vermelho com muita cantoria ainda mantém uma rede de encomendas para lavar, passar e/ou engomar. O ônibus das balaieiras, o XXXX<sup>19</sup>, vai e vem de Pinhões diariamente repleto de balaios e trouxas de roupas e regado de boas conversas e risadas, um espaço de interação e socialização. (DIAS, 2014, p.15)

A forma de organização da prática social das lavadeiras nos diz da coletividade que ainda se manifesta nas formas de viver do território. Percebemos isso quando todas as mulheres entrevistadas relatam as experiências de lavar roupa no rio. Muitas são as lembranças das brincadeiras enquanto iam para o rio, do lazer após a lavagem das roupas, ou a forma de distribuição do espaço para guardar e estender as roupas próximo ao rio. Estes momentos de lavar roupas eram intercalados com as idas às biquinhas “de baixo” e “de cima” para buscar água, que servia para lavar roupa em casa, lavar vasilhas, tomar banho e beber. A nostalgia ao dizer de atividades tão pesadas nos levam a perceber a importância da socialização na realização da atividade, mas para além disso, a cultura de resistência que se inscreve na prática das lavadeiras.

---

<sup>19</sup> Optamos por preservar o local de trabalho das balaieiras.



### 3.3.2 As paneleiras



Desde pequena trabalhava tão bem o barro, tinha as artes de modelar a terra bruta nas mãos. (...) Eram trabalhos que contavam partes de uma história. A história dos negros talvez. (EVARISTO, 2017, p.109)

A fabricação de panelas era uma prática comum exercida por muitas mulheres em Pinhões, que ficaram conhecidas como “as paneleiras”. Elas retiravam a argila do Rio Vermelho e faziam panelas de barro que depois seriam queimadas e vendidas em diversas regiões vizinhas.

Segundo o Senhor Geraldo Teles (2017), sua avó fazia panelas e mantinha um forno no quintal para queimá-las para a utilização em casa e para serem vendidas do outro lado do rio. O rio citado por ele é o Rio das Velhas, na travessia do Rio das Velhas é por onde Pinhões faz fronteira com a cidade de Lagoa Santa. No relato do senhor Geraldo, ele nos conta que panelas fabricadas em Pinhões eram levadas para serem comercializadas em Lagoa Santa e Belo Horizonte e que essa era uma das formas que as “mulheres deste festival” (daquele tempo) tinham para ganhar dinheiro. A avó do Senhor Geraldo viveu ainda na condição de escravizada, em Pinhões. Informação que corrobora a afirmação de Terezinha Azevedo (2019) durante a entrevista, ao dizer que a prática das paneleiras é uma das atividades mais antigas

As paneleiras... é antigo, já, muitos anos depois, quando eu já tava trabalhando já tinha elas há muito tempo atrás. É de antes né, aqui o povo vivia mais é de paneleira, de fazer panela, é de ir na roça plantar milho, quiabo e tudo, e mais fazer panela. A tradição de Pinhões é essa, é mais é panela. A tradição aqui é as paneleiras, e o congado que tem, essas coisas assim. (Terezinha Azevedo - 2019)

As panelas além de comercializadas eram confeccionadas para o uso nas residências, já que as famílias não tinham acesso a outros tipos. Segundo Janete Dorcil (2019), pela experiência vivida com sua avó Rosa, as famílias confeccionavam e à medida em que as panelas quebravam tinham que fazer outra para a substituição.

Constatamos através das entrevistas uma forte relação das paneleiras com as demais práticas realizadas na comunidade. Rosângela também nos relatou que as primeiras balaieiras iniciaram suas atividades vendendo panelas em Lagoa Santa e Belo Horizonte.

Ô minha filha, pois essas donas começaram a vender, pelo que eu entendo, sair para vender fora era panelas, a minha avó e as outras donas o, a mãe de Jadir, sabe, esse pessoal assim. (Rosângela Diniz - 2019)

Conforme afirma Dona Maria Evangelista (2019?), ao se referir as paneleiras, a confecção de panelas é uma prática em que a maioria das pessoas da comunidade que trabalhavam foram falecendo. Assim, comparece no relato da maioria das mulheres que participaram da nossa pesquisa como uma prática que faz parte da tradição de Pinhões.

Eu acho bonito o serviço delas, igual Lia das panelas, fez panelas até, até não aguentar mais, até que ficou doente, e aí não aguentou mais, foi indo, foi indo, ela foi morrendo. Dona, vejo Vagna também, faz muitas panelas né, pessoal tem gente de fora para comprar as panelas dela, compra panela na mão dela, dona Lia, a mãe de Maria da comida, também fazia, vendia. Depois vai acabando tudo né, as pessoas vão acabando. Maria, da comida mesmo, eu acho que ela fazia panelas também e depois é que ela parou, e acho que foi mexer com comida, né, mas eu acho que ela fazia assim junto com a mãe dela, eu acho muito bonito o serviço delas também. (Dona Maria Evangelista - 2019)

As panelas de barro também se situavam num lugar de destaque nas festas que aconteciam em Pinhões. Conforme podemos perceber, ao logo da descrição de cada uma das práticas que compõem este capítulo, algumas paneleiras também foram cozinheiras da comunidade, assim como balaieiras e/ou lavadeiras. Teresa Carvalho

(2019) nos descreve que as panelas também eram encomendadas e produzidas para cozinhar as comidas<sup>20</sup> feitas nas festas que aconteciam em Pinhões.

[...] muita comida, e as comidas era feita na panela de barro, aquelas frigideiras. Eles mandavam fazer aquelas frigideiras grandes, sabe, de barro, aqueles panelão de barro para fazer carne, fazer tutu ... (Teresa Carvalho - 2019)

Atualmente, apenas uma paneleira atua na comunidade. Dona Vagna aprendeu a função logo após se casar e vir morar em Pinhões. Ela comercializa seus trabalhos e ensinou a prática ao seu filho, Cristiano. Suas panelas são muito procuradas por pessoas que vêm de diferentes lugares para comprá-las e seu trabalho tem ganhado destaque no estado quando o assunto é trabalhos com argila.

### 3.3.3 As Balaieiras



Isso, eu falo assim que são guerreiras, corajosas porque eu, eu dependendo do que for para fazer, eu falo, eu não vou fazer eu não dou conta, você está entendendo. E elas não, aquilo ali vivia com dificuldade, e tudo, mas elas iam para cima tomavam conta igual, elas iam a pé daqui para Santa Luzia ia

<sup>20</sup> A relação da prática das paneleiras com a comida no quilombo, será analisada no item 3.2.1, deste capítulo. Onde abordaremos a comensalidade nesse território quilombola.



pra Lagoa Santa a pé, com balaio na cabeça e tudo então assim, elas são guerreiras. (Rosângela Diniz - 2019)

As balaieiras são mulheres que cultivam hortaliças, verduras, frutas. Plantam em conjunto com suas famílias e colhem. Fazem seus doces e depois colocam os produtos em balaiois feitos com bambu e levam para que sejam vendidos em Belo Horizonte.

Há alguns anos todas as casas tinham uma horta no quintal. Além de alimento para suas famílias, a horta e as plantações eram fonte certa de sustento. Algumas famílias comercializavam, por aqui mesmo ou vendiam suas produções para as balaieiras, que levavam para vender em Belo Horizonte.

As famílias plantam verduras como alface, almeirão, couve, salsa, cebolinha, ora-pro-nóbis e cansanção. Fonte de muitas vitaminas e com indicação de serem benéficos para a saúde. É comum o consumo de cansanção, normalmente servido com costelinha ou suã; ora-pro-nóbis tem como acompanhamento o frango e o mamão verde cozido com carne de porco. São gêneros típicos da nossa culinária e comercializados pelas balaieiras.



Imagem 8: As balaieiras: Dona Elza, Dona Facinha, Dona Das Dores e Dona Cecília.

Fonte: Minas de Quilombos, 2008, p.70

As frutas como jabuticaba, manga, acerola, banana, entre outras, são comumente encontradas pelas casas do quilombo e levadas para comercialização pelas balaieiras. Assim como figo, laranja da terra e o mamão, utilizados na produção dos doces locais, também fazem parte dos produtos vendidos.

Segundo Rosângela Diniz (2019), as balaieiras iniciaram suas atividades comercializando panelas de barro que eram produzidas no quilombo e vendidas nas cidades vizinhas. Ainda segundo Rosangela, quando as balaieiras começaram essa prática não existia transporte público.

Então pegava os balaios e iam a pé daqui até Santa Luzia , pegava não sei, se é jardineira ou caminhão ou o que que era e iam, mas só que tem que elas não voltavam no mesmo dia não, não tinha como, voltavam no outro dia arrumavam no outro dia, ele ia de novo , e assim criou todo mundo desse jeito e aí veio mãe assim também , criou todos nós assim , sabe. (Rosângela Diniz - 2019)

É possível perceber as relações econômicas e familiares que acompanham a resistência dessas mulheres que mantêm suas famílias, contribuem com os estudos de seus filhos, que se graduam em diferentes áreas do conhecimento científico. Filhos de nossas balaieiras e fruto de um trabalho de resistência e transmissão de saberes cotidianos. Conforme lembra Ângela Davis (2016)

[...] as mulheres negras trabalharam até não poder mais. Assim como seus companheiros, elas assumiram a responsabilidade de provedoras da família. As qualidades femininas não ortodoxas da assertividade e da independência – pelas quais as mulheres negras têm sido elogiadas, mas mais comumente censuradas – são reflexos de seu trabalho e de suas batalhas fora de casa. (DAVIS, 2016, p. 233)

A análise de Davis (2016) corrobora o que encontramos na narrativa das balaieiras, que afirmam ter que assumir a responsabilidade de provedoras de suas famílias e de auxiliar na criação dos filhos, conforme encontramos no relato de Dona Neide Araújo (2019)

Minha mãe era lavadeira e sendo mascate, ela lavava roupa, levava verdura para vender, fazia doce e levava para vender, vendia aqui na porta também né. Então a vida nossa foi muito, foi uma vida muito assim, sei lá como é que eu falo, é uma vida né, mas foi boa né? É mamãe era mascate e lavadeira criou o nosso tudo assim criou o nosso tudo. (Neide Araújo - 2019)

Através dos relatos de Maria Evangelista (2019), percebemos a importância do encontro, da partilha, das proximidades e cumplicidade estabelecidas entre elas. O primeiro contato delas, no dia, acontece ao entrarem no ônibus. As balaieiras acessam um ônibus que sai de Pinhões de manhã e retorna à tarde e que as levam pra Belo Horizonte para a comercialização de seus produtos. Durante o trajeto muitos passageiros de Pinhões ajudam com o manuseio dos balaios conforme aponta Teresa Carvalho (2019),

Uai Débora, você sabe né? Todo mundo que está ali, dentro do ônibus, quer ajudar, colocar balaio para cima, colocar balaio para baixo, ajudar as balaieiras levar para o ponto na hora de vir embora. E é como eu estou te falando, como eu tenho percebido porque quando o ônibus para em certos pontos as pessoas em Belo Horizonte, sabe, eles viram a cabeça assim: olha o ônibus carrega balaio (risos) então eles ficam admirados, sabe. Eu penso, como está admirado ou se está criticando, mas o que eu percebo, percebo, né. Então, mesmo quando a gente está no ponto, está aquele monte de balaio para poder vir embora, as pessoas que passam ali na XXXX<sup>21</sup>, fica todo mundo olhando. Aí a gente percebe que um olha assim, que fala, mas a gente não sabe o que eles estão falando, né. Mas eu não me sinto envergonhada por isso não, muito pelo contrário, porque eu penso que todo o trabalho, não importa qual ele seja, desde que você faz ele com honestidade, esse trabalho é o que te engrandece, e esse é o meu modo de pensar. (Teresa Carvalho - 2019)

O contato das balaieiras com os outros passageiros é de cumplicidade quando se trata das pessoas que são de Pinhões, como observamos na fala de Teresa Carvalho (2019). Os passageiros que não são de Pinhões, no entanto, e que utilizam o mesmo meio de transporte às vezes se sentem incomodados com os balaios, observam com estranhamento, alguns chegam a reclamar da presença dos balaios e suas donas, causando vergonha e constrangimento a elas.

Muita gente não gosta né, muitas pessoas acham isso feio, acha isso humilhante, mas eu, desde que eu esteja ganhando meu dinheiro honesto, pra mim não tem nada a ver não. O importante é eu estar trabalhando, e ganhando meu dinheiro para eu cuidar da minha obrigação, isso é do honesto eu não me importo com isso não.

E tem gente que tem vergonha de falar que está saindo balaieira, vendendo as coisas, indo nas casas fazendo faxina, e passando roupa, lavando roupa. Tem gente que morre de vergonha. fala que trabalha em escritório, ou que trabalha não sei aonde, não sei aonde ... e eu não falo por que eu não trabalhei não foi nisso não estou nem aí, eu falo é o que eu fiz, o que eu fiz eu falo, agora o que eu não fiz eu não falo não. Não invento não né, e aí se der para você...(Maria Evangelista - 2019)

---

<sup>21</sup> Optamos por preservar o local de trabalho das balaieiras por entendermos a possibilidade de exposição devido à proibição dos órgãos municipais sobre a comercialização fora dos estabelecimentos regularizados.

As experiências sociais são transmitidas e narradas através do contato familiar, em comunidade. Percebemos no relato de Rosângela Diniz (2019) como se deu a sua forma de percepção do trabalho e da vida através das funções exercidas por sua avó e sua mãe. Com elas Rosângela aprendeu valores/práticas que ainda são incorporados por ela na profissão que exerce até hoje como balaieira.

Eu falo assim que o que os meus pais plantaram eu costumo cultivar, inclusive as amizades desse pessoal mais velho. Assim, tem vocês mais novos e tem o pessoal mais velho, que como se dizia minha mãe: que os novos podem, mas que quem sabe são os mais velhos e aí a gente chega à conclusão que é isso mesmo. Então pra mim é muito grato ter amizade com eles e ser amigo de todo mundo e conviver com todo mundo sabe, então muito feliz com isso tudo.

(...) Mas então assim, igual eu falo, sei poucas coisas mas o que eu sei, é eu sou grata porque ela ensinou, sabe? Ela ensinou, e ensinou a gente a cultivar as amizades, respeitar as pessoas, ensinou a trabalhar, que ela não sabia muito, não tinha profissão e nem nada mas o que ela sabia fazer ela ensinou, inclusive ela falava muito: Quem aprendeu, aprendeu, quem teve dom de seguir o que eu ensinei beleza, porque eu sabia e eu fico feliz por isso, quem quis seguir outro caminho também e está no caminho certo eu fico feliz também. (Rosângela Diniz - 2019)

A relação das balaieiras com casas e famílias de Belo Horizonte, através do contato durante a venda se seus produtos foi o que possibilitou a indicação de mulheres que eram de confiança para trabalharem nas casas de família, com serviços domésticos. Conforme nos relata Rosângela (2019), as pessoas procuravam indicações de pessoas que soubessem cuidar bem de suas casas e que fossem mulheres confiáveis para exercerem o trabalho, deste modo, as balaieiras conversavam com as pessoas que iam indicar, passando as informações sobre a futura patroa, os serviços e se eram pessoas que valeria a pena exercer o trabalho. Deste modo, muitas das mulheres de Pinhões que foram exercer o trabalho doméstico em residências da capital mineira tiveram seus empregos ‘arrumados’ pelas balaieiras, que faziam esse papel de intermédio entre o Centro/BH e Pinhões. Sendo assim,

As *balaieiras* promovem uma importante experiência na história de vida das mulheres e de suas famílias, e são uma interessante dimensão do lugar ocupado pelas mulheres em Pinhões analisados anteriormente. O lugar de protagonismo político assumido pelas mulheres em Pinhões pode ser, de certo modo, articulado às experiências sócio-históricas das *balaieiras*. (DIAS, 2015, pág. 68, grifos da autora)

Muitas balaieiras já não são encontradas em exercício. Algumas estão idosas e se afastaram, outras aprenderam com suas mães essa atividade e levaram em frente o costume e a forma de trabalho. Há também as que acompanham as mulheres mais velhas da família, aprendendo a atividade. Apresentaremos a seguir, relatos de como se deu o início das atividades de algumas das balaieiras e como as linhas de continuidade foram sendo traçadas para manutenção da prática.

Aí depois que, depois que eu comecei a levar, que ela ficou internada né, ela ficou internada lá na Santa casa. Aí que eu comecei a levar os trem no lugar dela , e aí depois ela saiu, saiu do interno e ficou aqui , e eu continuei levando e depois ela voltou, aí de novo e eu continuei indo mais ela, eu levava um bocado de coisa pra mim, ela levava para ela e assim foi até que ela morreu. (...)

E depois, depois quando mãe ficou doente lá internada, eu fui largando né os serviços das casas. E em que fiquei só indo levando os trem para vender, de lá eu deixava lá com Pequena, a minha sobrinha, e corria lá no hospital ver ela, né. Assim depois ela saiu e veio para casa, ficou aí mais um ano, depois disso ela começou. Mas tinha que continuar na lida dela, e eu fazendo os doces, elevando os trem para vender, e está até hoje. (Maria Evangelista - 2019)

Eu na verdade, eu não comecei a ir com ela, porque na medida em que nascia, a gente que era os mais novos, os mais velhos é que iam. Aí quando Marcinho nasceu, ela já com problema de coração e tal, doente. Aí eu fui. Aliás, eu fui quando Roseli nasceu, eu mais Aldinho, e depois quando Marcinho nasceu eu tinha que ficar para fazer as coisas, e tal, aí Aldinho que ia, aí quando, de vez em quando, quando ela ia viajar, ou qualquer coisa assim, aí eu ia. A gente levava a roupa que lavava dos outros Que lavava aqui, então eu levava e tudo, e ela dava os endereços e eu ia e quando ela foi, ela adoeceu, não dava conta... (Rosângela Diniz - 2019)

O adoecimento no trabalho comparece muito nas narrativas das balaieiras, as dores nas pernas, o inchaço, a incapacidade de continuar no desempenho das funções.

aí eu assumi ou serviço, sabe, assumi e fiquei nessa da herança dela. Pois é, se tivesse deixado dinheiro tinha que dividir com todo mundo mas o serviço ficou para mim. Mas eu gosto porque aprendi com ela, aprendi a conviver lá fora com o povo , sabe, igual agora que eu estou nesse período meu que eu estou parada, doente, fazendo tratamento, o tempo todo um chega para me visitar, o pessoal liga constantemente, ainda hoje Maria (Evangelista, que é balaieiras e elas trabalham juntas), naquela hora que você chegou aí, ela falou comigo ‘Rosângela a gente não aguenta mais do pessoal que te quer de volta’ e eu falei, Maria eu não posso voltar agora eu estou em tratamento ainda, eu não posso, eu não posso tá subindo e descendo escada, um monte de coisas que eu não posso fazer. Mostrei para ela o meu pé está inchado agora cedo, está inchado. Aí é assim o que ela, pra mim é gratificante tudo, sabe, o que ela foi e eu continuo levando as coisas do jeito dela, você entendeu? Porque você pode olhar para você vê que as meninas filhas das baleeiras não assumiram o serviço, se Maria faltar as meninas dela também não vão assumir, sabe, então assim, eu acho, igual o pessoal fala lá, né ?, E, às vezes gente que já mudou até para outro bairro que a gente não conhece, nem nada, aparece lá neto, bisneto, e tudo e fala ‘Ah meu avô compra as coisas na mão de uma dona assim, assim, era sua mãe né?’ Então assim, pra mim é



gratificante. E tem outra coisa eu gosto do que eu faço Débora, sabe, eu agora falei assim, que graças a Deus, eu já estou sentindo falta do meu serviço e então é isso aí.

E eu falei, mas não depende de mim, eu quero e não depende, eu preciso de trabalhar e tudo, mas no momento agora eu tenho que esperar mais então para mim é demais. (Rosângela Diniz - 2019)

O relato de dona Maria Evangelista (2019) nos aponta a nostalgia, a saudade deixada pelas colegas que exerciam a mesma prática e que já faleceram

[...] agora hoje é Rosângela, eu, Das Dores, Pequena... que Elza já foi também né, dona Dora já foi, Elza foi, agora Dona Cecília foi, Facinha foi, já foram muitas. Agora é Rosângela, das Dores, Pequena, e aquela do Barreiro e só. Mesmo assim dona Maria não está aguentando ir muito mais também, está doente também, passou mal, e vai acabando tudo e vai deixando só a saudade, né, só a saudade. (silêncio) Mas é assim mesmo, não tem nada é eterno não tudo acaba. Só não acaba o amar a Deus. (silêncio)

Ah a gente sente, né, falta delas, uai, era Facinha, dona Cecília, né, dona Dora. E a gente ficava conversando lá e tudo, não rendia ciúme. Então senti falta delas, Duporto, Duporto, era a falecida esposa de seu Valdir, né. E a gente sente muito a falta dela sim!

Agora irmã Cecília também, tudo acaba né? Tudo acaba, só fica o legado da pessoa, né?" (Maria Evangelista - 2019)

A saudade expressa na fala de Dona Maria é compartilhada no quilombo e foi expressa na mensagem escrita por Gilmar, neto de dona Cecília. Dona Cecília faleceu em 2018, ano que iniciamos esta pesquisa.

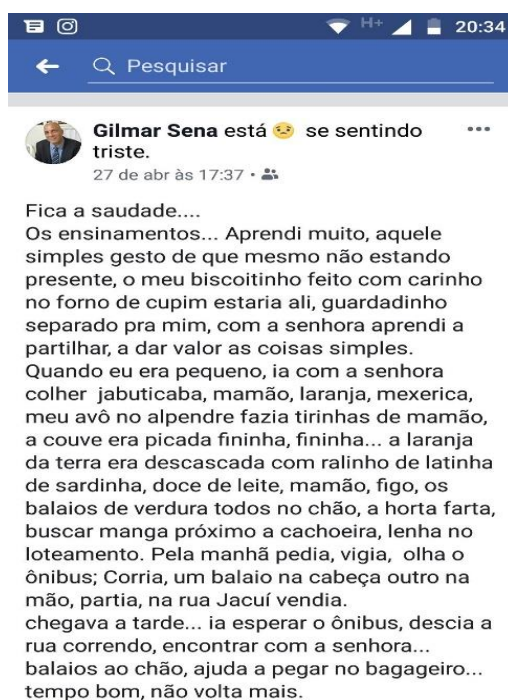
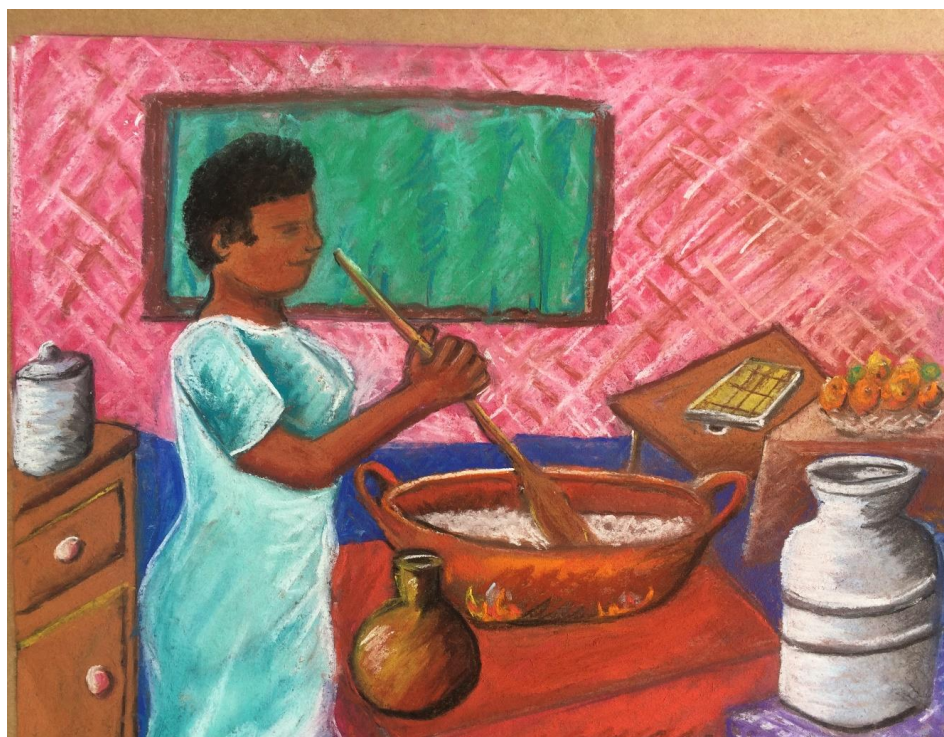


Imagem 9: Postagem do neto de Dona Cecília, relatando sua relação com a prática da avó, como balaieira. Fonte: Facebook

Na postagem de Gilmar Sena, percebemos que na saudade pela perda de sua avó Dona Cecília, que era balaieira, se faz presente as lembranças de como se relacionava com as práticas de sua avó. Desde cedo aprendendo a valorizar suas práticas, seu trabalho e que através das práticas cotidianas se aprende a ser quilombola.

### 3.3.4 As Doceiras



Os grandes vasilhames de barro ou ferro e os tachos, em que as mulheres faziam doces, permitiam imaginar farturas. As crianças gostavam de raspar os tachos se lambuzando com os doces de mamão, banana, goiaba, abóbora e o melado da rapadura. (EVARISTO, 2017, p.51)

As doceiras são mulheres de Pinhões que produzem para colocarem à venda. Algumas vendem em suas casas e outras fora da comunidade. São doces de pote ou cortados em pedaços. A maioria das doceiras fazem doce de leite, de mamão, doce de arroz, doce de leite com amendoim e com côco.

Muitas doceiras são/eram também balaieiras. Percebemos através dos relatos que o adoecimento ou envelhecimento das doceiras eram o que levava suas filhas seguirem a profissão. Dona Maria nos narra como ela começou a fazer o doce:

Fazer doce? depois que eu parei de ir trabalhar nas casas lá em Belo Horizonte né. Que eu comecei a ir vender com mãe, porque ela estava doente então eu comecei ir para ajudar ela, né, aquela estava assim doente do pé, aí eu comecei. (Maria Evangelista- 2019)

Assim como dona Maria, a mãe de Dona Neide também era doceira. A procura pelos doces de dona Ruth levou Neide a começar a comercializar doces. O aprendizado se deu em contato com sua mãe e foi sendo aperfeiçoado com sua cunhada e sobrinha, como percebemos em sua fala a seguir.

Ah tem, depois de mamãe morreu, né, que eu comecei a fazer assim pra vender, acho que tem 21 anos que ela morreu.

O doce é depois que mamãe não fez mais, e eu percebi que as pessoas ficaram procurando. Ela adoeceu e não fez mais, morreu. E eu comecei a fazer o doce aqui, com o tacho que ela fazia, agora que eu comprei o meu e o dela ficou para a Rutinha. E aí eu comprei o meu pra mim fazer o doce.

Eva me ensinou também a fazer o doce de mamão, eu aprendi com Eva e faço, o doce de mamão também. O doce de arroz também eu aprendi com Eva, ela me ensinou o doce de arroz. E o doce seco eu aprendi com Tati, Tati me ensinou um dia. (Neide Santos - 2019)

Rosângela Diniz (2019) faz importante relação entre sua prática e a tradição. Seu relato nos apresenta a forma como sua avó, Dona Conceição Cândido fazia o doce, função aprendida por sua mãe, Doralice Diniz, e depois por ela. Dona Conceição era balaieira, paneleira, doceira e lavadeira; Dona Doralice era balaieira, lavadeira, doceira, cozinheira e parteira; e Rosângela já foi lavadeira, é balaieira, doceira e cozinhou em algumas festas de casamento na comunidade.

A prática de trabalho aqui ocorre em consonância com a tradição, por isso optamos por não utilizar os conceitos de trabalho ou atividade com base na teoria marxista. Entendemos que nessa teorização, a relação entre trabalho e cultura está vinculada à transformação ou apropriação da natureza, da qual decorreria o ato humano criativo. Em nossa elaboração, a cultura não estabelece, necessariamente, relações de apropriação ou transformação da natureza e nem sempre ocorre em dinâmicas de oposição (como analisaremos nas práticas de cuidado). Além disso, a vinculação entre trabalho e modos de produção embarça a compreensão das práticas de trabalho quando o enfoque não está na lógica dos produtos. Entendemos que o que fazem as mulheres do quilombo de Pinhões nas práticas sociais que poderiam ser nomeadas trabalho, consiste em tradição porque sustenta e articula relações que mantém a coesão no quilombo.

Aprendi a fazer doce, eu não tinha nove anos ainda, sabe, o meu tio morreu e ela[mãe] foi para Taquaraçu para o velório dele, era o irmão dela, e foi com os meninos todos. O leite ficou aí e ela falou que quando ela chegasse ela ia fazer o doce. Eu medi o açúcar que fiz doce o dia inteirinho, sabe, eu fui lá e fiz o doce e quando ela chegou o doce estava pronto. (...)

Sua vó também levava doce?

Levava, ela também fazia, eu não lembro não porque quando eu nasci ela adoeceu, sabe, onde que mãe teve que ir para o hospital ficar comigo, eu bebezinha, o médico arrumou, ela ficou muito ruim, do jeito que mãe falava parece que vó ficou tipo em coma. Aí um tal de doutor Osvaldo, levou, falou com mãe, “você vai ter que ficar aqui”, e aí arrumou um quarto. E aí arrumou uma cama para mãe e um berço para mim, mãe falava que ela ficou lá por mais de 60 dias. É minha avó passou mal em Belo Horizonte, igual mãe caiu em Belo Horizonte, eu passei mal em Belo Horizonte, trabalhando, e ela passou mal lá. É engraçado né, você vem pensando assim, é na terceira geração e as mesmas coisas vêm acontecendo, é engraçado mesmo. (Rosângela Diniz - 2019)

As linhas de continuidade que garantem a transmissão social das funções, através das relações de parentesco, marcam a relação de Rosângela Diniz (2019) com aquilo que ela nomeia como tradição.

Tudo acaba né? Tudo acaba, só fica o legado da pessoa, né?  
É (silêncio) a gente vê falando assim, fulano de tal era assim, fulano de tal vendia isso, vendia aquilo, nó que doce gostoso quem fazia, né, então fica o legado da pessoa e é muito bom! (Maria Evangelista - 2019)

Dona Maria Evangelista (2019) nos demonstra através de seu relato a importante associação da prática de trabalho com a socialização entre as pessoas, ao mencionar a convivência entre as mulheres e as relações estabelecidas como fator que permite acessar as boas memórias que remetem à sua atuação.

### 3.3.5 As Costureiras



Costurar? toda a vida eu gostei de costurar. Eu tinha a minha máquina de mão, essas coisas de tocar na mão, sabe, fazia roupinha para os meus meninos. Meus meninos iam para a escola, e eu é quem fazia os uniformes deles, tudo pobrezinho. Você lembra dos uniformes daqui? Eu fazia minha filha, fazia as calças de saco e tingia, tingia de azul, e as camisinhas brancas, mas ficava tudo clarinho. Eu comprava saco fazia a blusa branca e a calça branca e depois tingia (risos), porque nós não tínhamos era isso aqui ó (sinal com a mão indicando dinheiro) para comprar. A vida, hoje em dia, eu fico pensando assim, gente, que engraçado como é que as coisas mudam, mudou tudo, tinha tanta coisa e agora os trem está tudo diferente. (Cecília Carvalho - 2019)

A prática das costureiras surgiu durante a realização da pesquisa. Embora eu pertença ao quilombo, não tinha me atentado para a importância desta prática de trabalho e sua relação com as mulheres do quilombo. Na medida em que as entrevistas começaram a acontecer, mulheres costureiras complementavam suas narrativas dizendo sobre sua relação com a costura e sinalizavam a importância de ouvirmos outras costureiras.



Dona Cecília, é benzedeira, foi cozinheira e costureira. Na imagem, a seguir, podemos observar os uniformes que eram confeccionados por Dona Cecília, para que seus filhos pudessem usá-los e frequentar as aulas.



Imagem 10: Crianças uniformizadas, em frente o Grupo Escolar Antônio de Castro Silva

Fonte: Acervo pessoal de Edson Anastácio Gonçalves

Dona Neide Santos (2019), é doceira e costureira. Assim como Dona Cecília Carvalho (2019), muitas mulheres de Pinhões tinham ou têm o hábito de costurar. A prática de costurar era uma atividade muito comum na comunidade, seja a costura para a família ou costurar para “fora”.

Como encontramos no relato de dona Neide Santos (2019), doceira e costureira, seu pai a presenteou com uma máquina de costura para que aprendesse a profissão e tivesse alguma fonte de renda. Segundo ela:

Ele pegou, comprou uma máquina de pedal para mim e falou agora você vai aprender a costurar. É então nesse meio tempo eu pensei, como é que eu vou aprender a costurar? (Neide Santos - 2019)

Aprender a costurar era uma das possibilidades de se obter uma fonte de renda em Pinhões. Dona Neide Santos (2019) nos relata como Dona Cleud, professora da comunidade que se mudou ainda jovem para Pinhões, as ensinou o ‘corte e costura’. Neste relato é possível perceber as relações de aprendizado que ultrapassaram os muros do que se compreende como espaço formal de ensino, a escola.

Aí Cleud tinha mudado para cá de pouco, e falou assim “se você arrumar seis companheiras eu dou o corte e costura para vocês”, aí eu fervei procurando as meninas para entrar na aula né , eu achei as seis meninas e nós entramos no corte e costura. (...)

E ela me ensinou, e eu hoje eu vivo com o que o meu pai me ensinou, porque na escola eu não aprendi não, é assim. E com isso eu arrumei meu enxoval e paguei ela pra poder me ensinar, e eu tinha dificuldade porque era conta de dividir para o corte e costura aí a Maria, de dona Alzira, falou assim, oh Sinhá você tem muita boa vontade, você aprendeu a costurar mas a gente precisa saber tirar a medida e eu vou te ensinar do meu jeito o que eu aprendi com minha madrinha e me ensinou. Em um dia só, que ela me ensinou tirar a medida na pessoa e dobrar a fita, igual os alfaiates fazem lá. Dobrar a fita nos números, que a gente aprendeu e fazer o molde e ela me ensinou traçar um molde. Eu sei traçar um molde, com a medida que a Maria Estela me ensinou. Aí eu faço as costuras. (Neide Santos - 2019)

Embora se enquadre como uma forma de sustentação da vida e do trabalho, as costureiras de Pinhões também têm forte relação com as práticas de manutenção da cultura, uma vez que fazem as fardas utilizadas pelos congadeiros nas Festas de Nossa Senhora do Rosário. Por suas mãos, as fardas são feitas, bordadas e/ou decoradas. Dona Cecília Carvalho (2019) evidencia em sua fala a costura para as festas.

Nó ... esse congado aqui tem é muita roupa que eu já fiz, muita mesmo, agora eu não estou aguentando mais sabe, mas eu tenho muito enfeite aqui das coisas do congado, eu já costurei muito para, eu acho que a roupa do seu pai fui eu quem fiz, dos seus irmãos, dos irmãos também. (Cecília Carvalho - 2019)

A filha de dona Cecília, Rejane Carvalho, começou fazer as fardas para a ajudar com a demanda, e atualmente segue atendendo todas as procuras por costura e acabamento nas roupas do Congado. Orgulhosamente Dona Cecília afirma: “Rejane me puxa”. Dessa forma, inicia as narrativas sobre as várias fardas já costuradas e o hábito de não cobrar as costuras que ela diz ser “para Nossa Senhora do Rosário”.

Assim como Dona Neide e Dona Cecília, outras costureiras ainda atuam na comunidade e circulam entre as várias práticas que sustentam a vida destas mulheres em Pinhões. Embora tenhamos percebido que o número de mulheres que atuam como



costureiras seja, atualmente, menor do que era antigamente, a importância da prática se manifestou nos relatos recebidos.

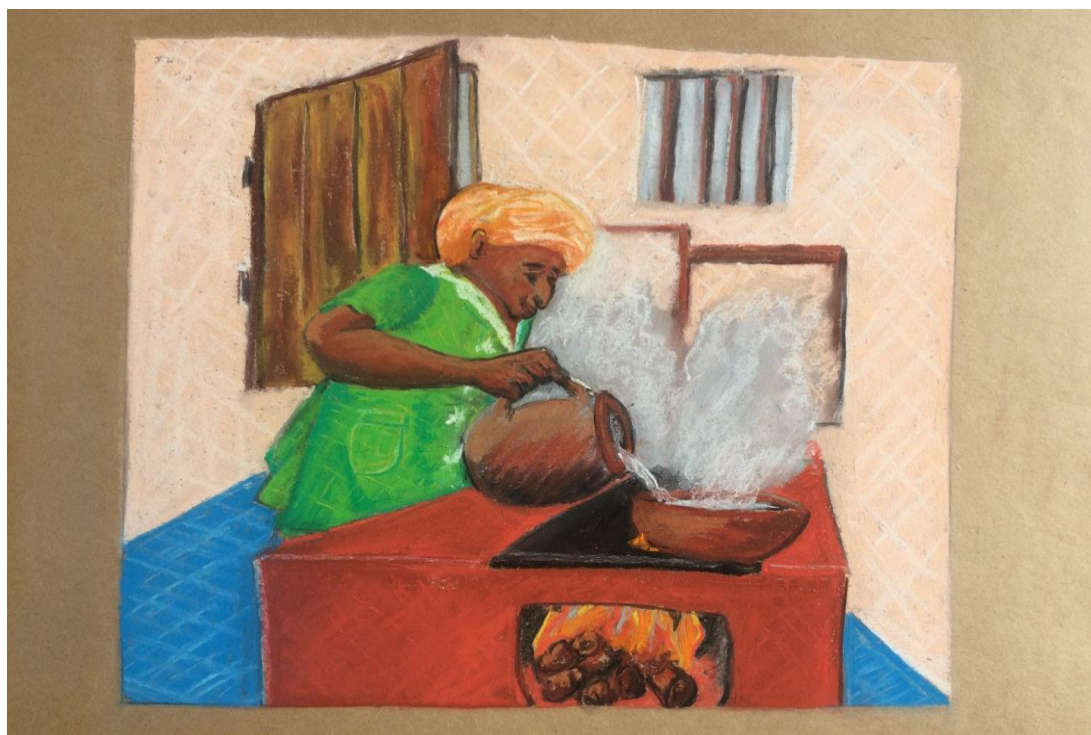
### **3.4 Práticas de sustentação da cultura**

Uai, nos casamentos, todos os casamentos, todas as festas que tinham na igreja chamavam nós. (Marília Pereira - 2019)

O relato de Dona Marília Pereira (2019), conhecida como Zica, nos aponta um pouco da atuação das mulheres na manutenção e sustentação da cultura em Pinhões. Essas práticas nomeadas aqui como ‘Práticas de sustentação da cultura’, são as práticas que têm relação direta com as festas. Manifestações culturais e/ou consideradas tradicionais pela comunidade e por vezes, religiosas. Práticas que permitiam e davam suporte ao acontecimento de eventos e celebrações no quilombo de Pinhões.

Nos atentaremos, neste tópico, às narrativas das cozinheiras e apontaremos a prática das costureiras, abordada no tópico anterior, como uma prática que também está relacionada a sustentação da cultura.

### 3.4.1 As Cozinheiras



A comensalidade perpassa distintos momentos que informam o sentido da partilha, tanto no âmbito privado quanto público. Situações que agregam amigos, parentes, visitantes são comumente proporcionadas. Em todas as casas em que chegamos o alimento é oferecido por seus moradores. Alimentação farta e saborosa é encontrada nos almoços de domingo junto às famílias, nas celebrações e festas da comunidade, costumam dizer: *surgiram mais pessoas do que tinham previsto, mas mesmo assim, todo mundo comeu e ficou satisfeito. Na hora a comida deu pra todos que chegaram.* E sempre dá! (GONÇALVES, 2019. p. 58)

As cozinheiras são mulheres de várias famílias que se reúnem para cozinhar juntas. Essa reunião acontece nas festas familiares, como casamentos e batizados; nas festas religiosas como do Rosário e do Divino. Desta forma, todas as famílias quando queriam/querem realizar alguma festividade recorrem as cozinheiras para prepararem os alimentos.

A relação das cozinheiras e da maioria das mulheres da comunidade com a comida, se estendem em todo tipo de relação que acontece no quilombo. Através da troca de comida entre parentes, na oferta de comida às visitas e nas relações familiares. Todo esse capítulo é atravessado pela comida: panelas, balaieiras, doces e a variedade riqueza alimentar. Por isso, sustentação da vida, a sobrevivência.

Nota-se que a tradição é relacionada com o sagrado e a fartura. A relação do quilombo com a comida foi também percebida por Patrícia Santana (2015), em sua pesquisa no Quilombo do Mato do Tição, em Jaboticatubas, quilombo localizado a aproximadamente 32 km de Pinhões. Segundo Patrícia Santana:

O conceito de comensalidade talvez seja o mais apropriado para auxiliar na compreensão do que acontece em Mato do Tição com relação partilha da comida. A comensalidade é comum em várias culturas e nos mostra como através da comida um grupo expressa os seus valores sociais. Existem modos diferentes de comensalidade com componentes que vêm de diferentes tradições. (SANTANA, 2015, p.137)

A comensalidade, que é um conceito externo, nos ajuda a compreender a relação das cozinheiras com alimento e a forma como toda a comunidade de Pinhões se relaciona com a comida. As trocas de comidas entre vizinhos e conhecidos, a troca de receitas de chás e ervas que são utilizadas para a cura de diversas enfermidades, a socialização e estreitamento de relações através do preparo dos alimentos. Enquanto preparam a comida, conversam lembrando do passado, das cozinheiras que já faleceram, trocam notícias sobre a saúde dos mais idosos e suas famílias, como também saberes e conhecimentos relacionados aos alimentos e as ervas, tudo isso num clima de familiaridade e de vida em comunidade.

Encontramos na relação das mulheres com o alimento o sentido de sustentação e manutenção da vida. O alimento que dá suporte para a cura; o preparo dos alimentos; as comidas no pós-parto; as ervas para banhos e cicatrizações das puérperas; as ervas e chás indicadas após a benzeção, a fé que conduz o preparo dos alimentos... Tudo isso são elementos que nos levam à percepção da agência das mulheres de Pinhões na manutenção da vida no Quilombo.

Assim como a indicação das senhoras que iniciaram a prática das cozinheiras na comunidade, enquanto cozinham passam aquilo que aprenderam com as cozinheiras que já faleceram,

Elas lembram durante todo o tempo das cozinheiras que iniciaram a tradição, de como elas se começaram como cozinheiras e de como as coisas mudaram com o tempo. Falaram de Dóra, Maria 'Du Porto', Facinha, Maura, Elza... (Registro do diário de campo - 2019)

Fazem questão de narrar que ensinam às suas filhas esta relação com o preparo dos alimentos e com a comida,

Dinha cozinha, Dinha ajuda, e quando a gente chama, ela gosta de ir. Agora Neinha também cozinha igual a eu mesma. Neinha cozinha para fora sempre que os outros chamam ela. (Catarina - 2019)

Essa reunião das cozinheiras para as festas é um acontecimento muito antigo na comunidade que viabilizou em diversas famílias a realização de festividades. Segundo relatos de várias pessoas de Pinhões, antigamente as famílias isoladamente não tinham condições financeiras de realizar uma festa, então as famílias do quilombo se mobilizavam doando algum mantimento para comida. Os frangos e galinhas eram criados no terreiro e levados para serem limpos no Rio Vermelho. Depois dos frangos limpos, elas cozinhavam em grandes panelas de barro colocadas sobre fogareiros que eram montados para essa finalidade.

De como era antigamente, de que se comprava frangos inteiros para limpeza, e que a limpeza dos frangos era realizada de maneira diferente. Como eram frangos caipiras, elas precisavam passar laranjinha creme em todo o frango após a limpeza, e só depois elas os lavavam no córrego já que não havia água encanada e a água do rio era limpa. Somente depois quando iam para casa carregando os feitos, elas passavam água fervendo nos frangos para começar o cozimento. Comentaram também que as senhoras mais antigas na cozinha orientavam a todo o tempo as cozinheiras novatas, já que o contato com a cozinha era novo e muitas delas não tinham aprendido a cozinhar em casa. (Registro do diário de campo - 2018- Festa do Divino)

A relação das mulheres de Pinhões com o preparo dos alimentos acontece desde muito cedo, diante da necessidade dos pais saírem para o trabalho. As adolescentes aprendiam a preparar a comida para os irmãos e para que os pais pudessem se alimentar quando chegassem do trabalho.

Eu comecei a cozinhar com os meus treze anos, com treze anos a gente já tinha que fazer comida, porque papai e mamãe iam para a roça, aquele monte de menino pequeno, né, então eu punha um tamborete, um banquinho na beirada do fogão de lenha e fazia a comida porque papai tinha que chegar quatro horas da tarde, quatro ou cinco da tarde ele já tinha que jantar, cedo né? Então desde menina, minha filha, que eu comecei. (Teresa Carvalho - 2019)

Desta forma, quando eram convidadas as moças iam ajudar as cozinheiras mais velhas no preparo da comida para as festas, assim como ainda acontece. Essa atividade das mulheres não é por elas considerada como trabalho, e sim uma contribuição para a realização das festas religiosas e dos casamentos dos conterrâneos. Elas se reúnem e dividem entre si as funções para melhor preparo dos alimentos que são servidos para os integrantes dos congados e para toda a comunidade durante as festas religiosas. As cozinheiras cuidam desde a elaboração da lista de compras para a festa, à limpeza e organização da cozinha pós-festa.

Normalmente, o cardápio é arroz, tutu de feijão, macarronada, frango cozido e/ou pernil e às vezes farofa, tudo cuidadosamente preparado para degustação de toda a comunidade e também das pessoas “de fora”, como comumente nos referimos às pessoas que não moram na comunidade, que vem para acompanhar os festejos de Nossa Senhora do Rosário, Festa do Divino Espírito Santo e os casamentos das pessoas da comunidade. Essa forma de alimentação compartilhada é referida por Patrícia Santana (2015) como “comensalidade festiva”, segundo ela:

Os finais das festas de congado são representativos de um tipo especial de comensalidade: são festividades abertas, todos que estiverem presentes comem, pois a fartura é outra marca dessa comensalidade festiva, a comida é suficiente para todos os presentes (SANTANA, 2015 p. 138).

Em Pinhões, a relação das cozinheiras com o alimento se dá numa combinação de vida em comunidade e a religiosidade conforme nos aponta Dias (2015).

O ato de servir comida durante os dias de festa é uma tradição na comunidade, assim como em outras festas de Nossa Senhora do Rosário, em Reinados e Congados. Ao oferecer comida gratuitamente para os moradores e visitantes o ritual toma uma dimensão de comensalidade instaurada dentro da forte dimensão do sagrado produzida durante a festa, como afirmam as cozinheiras: *A gente faz comida é pra Nossa Senhora, é uma benção fazer essa comida. Comer junto instaura uma noção de comunidade e a une a uma dimensão do sagrado, é a comida de Nossa Senhora.* (DIAS, 2015, pág.118)



Imagem 11: As cozinheiras durante a Festa do Divino Espírito Santo de 2018, em Pinhões.

Fonte: Acervo da pesquisadora

Percebemos isso quando Teresa Carvalho (2019) nos aponta a interação das cozinheiras, a colaboração mútua, a valorização do alimento e sua relação com a alegria de seu preparo e o prazer em agradar.

Eu gosto muito de cozinhar, então nós vamos ajudando um aqui, o outro ali. É um prazer que a gente tem, né, de estar na cozinha, fazer comida para ficar bem gostosa. Antes, fazer nossas orações para divino Espírito Santo, nossa senhora do Rosário, são Benedito, para abençoar as nossas mãos (mostra as mãos, às 2 mãos, depois simula uma Cruz com a mão direita), para comida ficar boa, ficar gostosa, para todo mundo que chegar ali ó, comer, ficar satisfeito, e ainda sobrar comida na panela (simula uma Cruz com a mão, 3 vezes), e são Benedito abençoa tanto o que você vai tirando a comida da panela e a comida não abaixa não, minha filha. E sobra, você vê que sobra para todo mundo levar embora, graças a Deus, né, é essa tradição aí nossa, e assim nós vamos, né. (Teresa Carvalho - 2019)

Nas festas religiosas, após o almoço, o congado e todas as guardas que vêm para a festa, se dispõem em frente a cozinha e fazem seus agradecimentos às cozinheiras.





Imagem 12: Guardas e congados reverenciando as cozinheiras durante a festa.

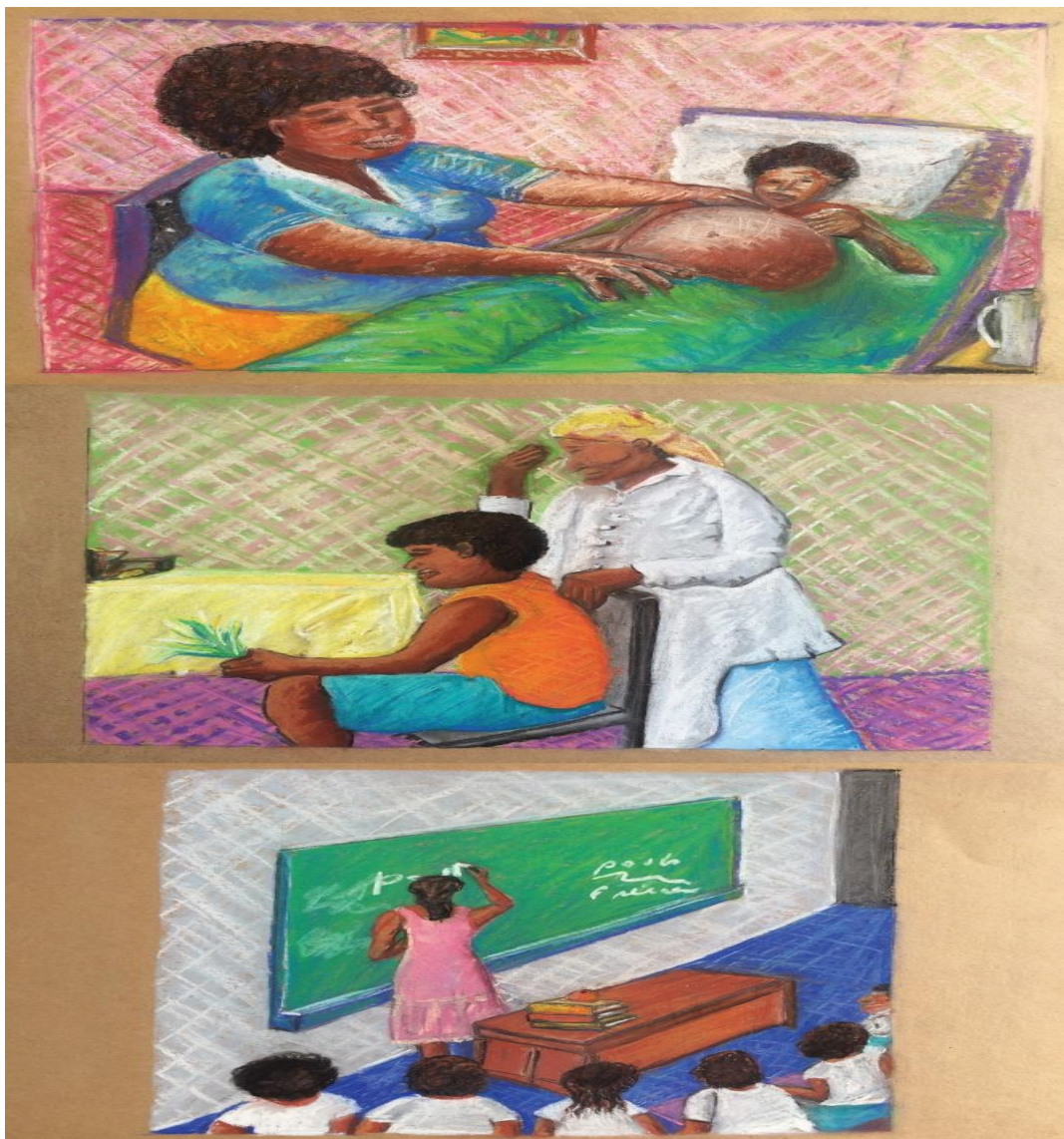
Fonte: Acervo da pesquisadora

Este ritual de agradecimento pelo alimento é comentado por Teresa Carvalho (2019) quando nos aponta que,

Hoje, o que mais me admira, mexe, mexe comigo, não só comigo mas com todas as cozinheiras, quando nós todas que ficamos cozinhando, é quando o congado de nossa senhora do Rosário entra na cozinha para agradecer, nossa senhora, é bonito demais. E o do Divino Espírito Santo também, são palavras que eu não consigo guardar na minha cabeça não, mas são palavras, que eu vou falar com você, toca tanto que dá vontade de a gente chorar, de tão lindo que é. Então eu acho muito importante, são festas muito bonitas que nós temos que preservar e perseverar, que isso não caia no esquecimento por que se continuar do jeito que está, eu acho que muitos vão ficar desanimados, Débora, infelizmente, né, infelizmente, mas são festas grandiosas, são grandiosas festas. (Teresa Carvalho - 2019)

Uns cantam, outros fazem orações, alguns tocam, mas todas agradecem e passam a bandeira de seus santos de devoção pedindo que as cozinheiras sejam abençoadas e que a comida seja farta. Há Guardas que reverenciam as cozinheiras e as comidas, outras as cumprimentam, estendem as mãos e fazem o sinal da cruz na direção da face das cozinheiras e depois as beijam nas mãos.

### 3.5 Práticas de cuidado



Para ele, a leitura havia concorrido para a compreensão do mundo. Ele acreditava que, quando um sujeito sabia ler o que estava escrito e o que não estava, dava um passo muito importante para a sua libertação. (EVARISTO, 2017, p.146)

As práticas que entendemos como ‘práticas de cuidado’, são aquelas que trazem o cuidado, o zelo e o afeto como práticas fundamentais para a vida humana. Aqui, essas práticas têm dimensão direta com os cuidados à saúde do corpo, da mente e do espírito. Práticas que poderiam ser consideradas práticas de trabalho, mas que não têm nenhuma



ligação com remuneração, mas com a solidariedade e cuidado com o outro, a saúde ou até mesmo com a fé.

Nos atentaremos, neste tópico, às narrativas das Parteiras, Benzedeiras e das Professoras.

### 3.5.1 As Parteiras

#### **Dona Manuela, Dona Anunciata, Dona Maria Euzébia e Senhora Olímpia\_**



E foram tantos, tanto os que saíram de suas mãos. Ela testemunhara o nascer de tanta vida. Era duro viver, mas valia a pena. Viu tanta mulher parir em dores. Assistiu a tanta dor, mas testemunhou alegria e esperanças também. (EVARISTO, 2017, p.154)

As parteiras de Pinhões, acompanhavam e aconselhavam as mulheres durante a gravidez. Faziam os partos na residência das gestantes, auxiliando durante todo o trabalho de parto e também no acompanhamento durante o pós parto, o resguardo. Além de todo o acompanhamento e cuidado, as parteiras também indicavam ervas para serem

utilizadas na cicatrização e como anti-inflamatório para ‘banhar’ e ajudar na recuperação.

As parteiras mais citadas da comunidade pelas nossas entrevistadas foram Dona Manuela e Doralice Diniz, a “dindinha Dora”, assim conhecida e chamada por todas as crianças. Doralice foi a última parteira a atuar no quilombo, seu último parto foi de Letícia Diniz feito em 2005.<sup>22</sup>

As parteiras atuavam em razão da ausência de hospitais, pois Pinhões, Santa Luzia e Jaboticatubas não tinham, sendo o mais próximo localizado em Belo Horizonte, a 32 quilômetros de Pinhões. Diante da condição precária de acesso aos serviços de saúde, faziam todos os partos da comunidade. Terezinha nos afirma que nasceu de parteira, pois não existiam hospitais.

Não existia uai. Não existia hospital, não tinha hospital ainda. Aí nasci assim. Meus meninos, só dois que nasceu em hospital, mas tudo foi em casa também, todos eles. (Terezinha Azevedo - 2019)

Deste modo, a atuação das parteiras na comunidade era o único ‘serviço de saúde’ encontrado pelas mulheres. Como não havia transporte público, as parteiras se deslocavam da maneira que podiam. Segundo Carmen, sua mãe, a parteira Dona Manuela, “ela montava a cavalo iria pra ir lá fora tudo fazer parto”.

Os partos eram realizados em situações diversas e adversas e por vezes não eram concluídos com sucesso conforme percebemos na fala de dona Cecília.

Mamãe morreu de parto. (silêncio) no dia em que minha mãe trepou para cima da cama para ganhar o neném, ela ganhou dois nenéns, naquela época não existia médico, era muito difícil, e os meninos estavam mortos na barriga dela. O doutor pegou ela, com a dor toda e sem anestesia, tirou um e o outro ficou. (Cecília Carvalho - 2019)

Embora existissem as parteiras como única alternativa possível, em razão da falta de acesso a serviços básicos de saúde, traziam perdas e sofrimento.

Tive, a Soninha eu tive de parteira. Eu passei mal a noite inteira e não sabia como fazer (...). Agora às outras eu ganhei no hospital, eu fiquei com medo de ganhar mais menino, aí depois com muito custo, eu fiquei esperando Shirley e aí eu tive que ir pro hospital. Passei muito mal, fui pra mesa, era uma e meia da madrugada e saí quatro e meia da manhã, que eu saí da mesa. Ela não nascia de jeito nenhum, foi um custo para Shirley nascer. Parece que

---

<sup>22</sup> Minas de Quilombos, 2008.

ela não quis nascer não, ficou agarrada, nó foi muito custo. Doutor Luís Eduardo que fez o parto e aí ela nasceu.

Era sofrida a vida, até hoje. Era mais difícil. E se eu tivesse ficado em casa como é que ia fazer?

Nó, mas era, Deus ajudava que dava certo porque ela era uma parteira muito boa, a mãe<sup>23</sup> dele. Tinha ela e tinha a dona que olhava mamãe também. Mamãe quase morreu de ganhar Aldair em casa, ele era muito grande. Olha para você ver, o caçula hein? quando mamãe foi ganhar ele quase que mamãe morreu. A parteira era Anunciata, ela pôs mamãe sentada à noite inteira, a noite inteira mãe sentada, e aí quando papai chegou, eu falei “pai, pai mamãe tá passando mal, porque você não chama outra pessoa?” Aí ele foi lá e chamou dona Manuela e ela que deu conta de tirar o Aldair. É. Porque, nossa Senhora! Ela era uma parteira muito boa. Abaixo de Deus era ela mesmo. (Neide Santos - 2019)

Narrativas acessam memórias que revelam o sofrimento das mulheres. Apenas com a inauguração do hospital na cidade de Santa Luzia e melhorias no serviço de transporte é que as mulheres passaram a ter seus partos no hospital.

Agora os meus não, nasceram todos lá no hospital mesmo, mas tinha dona Manoela que era parteira né, tinha a dona Dora e na hora do aperto ela corria lá também, eu acho que eram só essas só, dona Helena quando veio morar aqui também né? (Maria Evangelista - 2019)

A possibilidade de acesso aos serviços de saúde, fizeram com que Dona Doralice Diniz (Dora), indicasse as dificuldades e riscos dos partos caseiros.

- Sua mãe fez muitos partos né Rosângela?

- Fez, (silêncio) fez muito parto depois ela falou assim: eu não vou fazer mais não, não vou fazer mais não, tem que ir pro hospital, depois o menino pega uma infecção e tal e fica mais fácil no hospital. Mas ela ficou curando os umbigos, né, aí quando Leticia de Denise nasceu, ela nasceu no carro e ela estava junto, então ela acabou fazendo o parto e aí foi o último parto que ela fez, sabe. Só que tem que ela não ensinou pra gente e nem a gente teve o interesse de aprender. (Rosângela Diniz- 2019)

Os relatos não indicam como eram feitos os partos. Indicam o sofrimento, as dificuldades enfrentadas pelas mulheres durante o parto e a desconfiança sobre essa forma de conduzir os partos (as crianças que não nasceram, as mulheres que sofreram...). Trazem as dificuldades que são as mais marcantes como observamos quando Dona Cecília registra primeiro a morte da mãe no parto e depois dos que nasceram com parteira, indica que houve o desejo de ter sua filha caçula no hospital, em melhores condições.

---

<sup>23</sup> A mãe dele aqui referida é dona Manuela, mãe de seu esposo Milton. Dona Manuela era parteira, e também mãe de Dona Carmen e Dona Marília que nos concederam entrevista para este estudo.

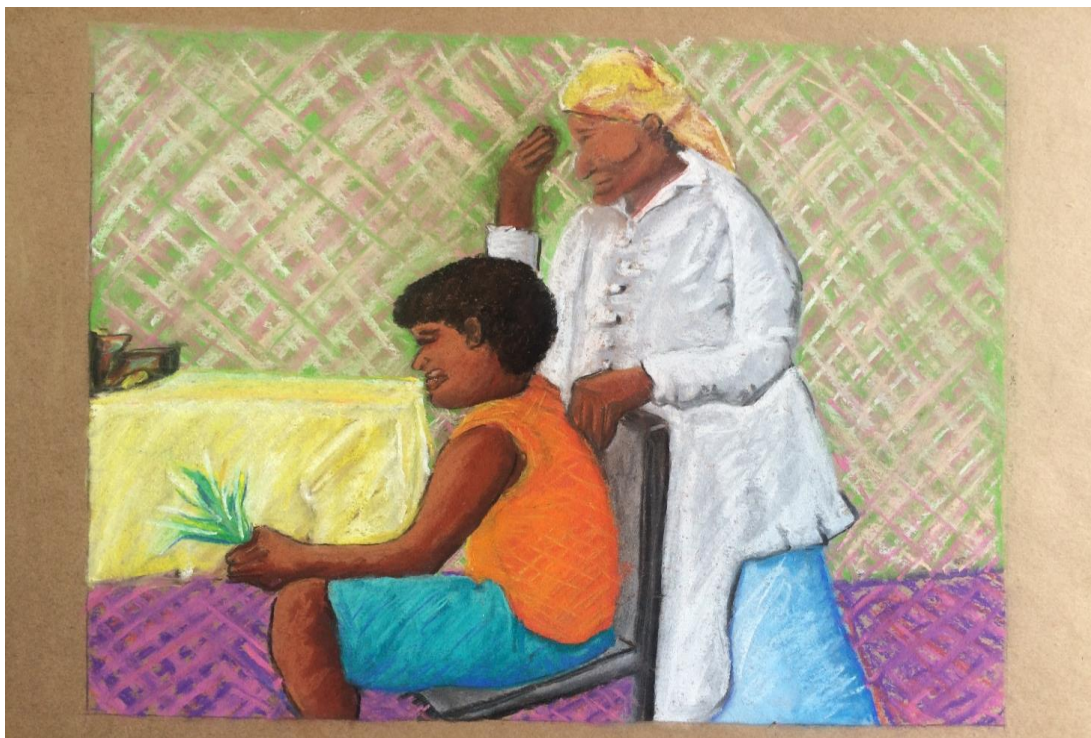
Com a inauguração de hospitais nas regiões vizinhas, os partos do quilombo deixaram de ser feitos por parteiras que indicavam o hospital como melhor opção ou/e também em razão do falecimento das parteiras que não ensinaram suas práticas aos seus filhos e filhas como pudemos notar no relato de Rosângela.

Embora seja importante salientar que algumas tradições vão deixando de aparecer diante dos contextos e relações econômicas que as destituem, através do relato de Dona Carmen, percebemos que outras relações de autoridade eram atribuídas no quilombo de Pinhões.

Oh menina, mamãe não sabia ler, não assinava nem o nome dela, mas se ela tratasse um parto com você, podia mandar chamar ela que ela ia. Nunca deixou uma mulher na mão, montava no cavalo e ia fazer os partos, e não sabia ler, nem escrever, mas tinha palavra e você podia confiar. (Carmen falando da sua mãe Manoela – Relato do diário de campo - 2019)

Através do compromisso assumido entre as mulheres, outras lógicas de funcionamento operavam. De certo modo, continuam operando no quilombo através das relações de confiança firmada e de solidariedade estabelecidas entre as pessoas.

### 3.5.2 As Benzedeadas



Na roça não! Outro saber se fazia necessário. O importante na roça era conhecer as fases da Lua, o tempo do plantio e de colheita, o tempo das águas e das secas. A garrafada para o mal da pele, do estômago, do intestino e para as excelências das mulheres. Saber a benzedura para o cobreiro, para o osso quebrado ou rendido, para o vento virado das crianças. O saber que se precisa na roça difere em tudo do da cidade. (EVARISTO, 2017, p. 25)

#### **“Essa é a nossa fé”: Tradição, prática social ou manifestação religiosa?**

As benzedeadas sempre atuaram na comunidade com suas rezas e benzeções. Normalmente recebem em suas casas as pessoas que buscam suas orações como fonte de cura e proteção. Constantemente, as benzedeadas são procuradas por mães que levam as crianças para curar mau-olhado, quebranto, sentimento, dor no corpo, inveja, aguentamento adoecimentos que tem como sintomas dores de cabeça, insônia, mal-estar, entre outros. Adultos também recorrem às rezas que jamais lhe são negadas. Muitas

peças da comunidade ainda se benzem. A maioria das benzeções são realizadas por mulheres, sendo exceções os homens que mantêm tais práticas. Além de benzer, elas indicam ervas para banhos, chás e ensinam simpatias para auxiliar na cura pretendida.

Essas mulheres aprenderam suas orações conforme aponta Teresa Carvalho (2019): “então eu aprendi, minha filha, e com isso eu venho benzendo as pessoas de espinhela caída, vento virado, sentimento, tem várias coisas né, sentimento, quebranto, mau olhado, inveja, cobreiro.”

Existe uma linha de transmissão de conhecimentos que se dá pela continuidade, através das gerações. Percebemos esta relação quando Dona Cecília nos relata sua relação com a benzeção aprendida com seus avós, com seu pai e foram transmitidas a ela e a sua irmã e hereditariamente à sua sobrinha Teresa.

[...] papai, e a mãe de papai ela benzia muito, (silêncio) aí eu, você sabe, a família puxa né, puxa uma perninha dos frutos daquela pessoa. Mas agora que eu não benzo mais porque eu estou muito doente. (...) mas eu já benzi muita gente viu, já benzi muita gente e tem gente que vem aqui, e eu falo assim, oh minha filha eu não vou mexer com isso mais não por que pessoas doentes estão fracas, não tem força para benzer, sabe, e aí eu não mexo com isso mais não mas toda a vida a minha invocação foi esta porque é geração da minha família. (Cecília Carvalho - 2019)

A fé e a busca pelas mãos das benzedoras é uma prática antiga em Pinhões. Dona Cecília é neta e filha de benzedores, sua irmã Dona Bárbara benze e Teresa também benzedora é sobrinha de Dona Cecília. Teresa em seu relato nos conta um pouco sobre a relação de sua família com a benzeção e aponta a transmissão deste saber intergeracional como importante para estabelecer a continuidade da prática. Este aprendizado, muitas vezes, se inicia na infância como percebemos em Teresa e sua mãe Bárbara.

Então eu vou te contar, eu acho que eu tinha uns dez anos , é isso mesmo , eu tinha uns dez anos, papai já tinha falecido, sabe, e até hoje eu vejo a cena: mamãe deitada na cama dois meninos com a porta fechada, ne, aí eu entrei e falei assim: o que é que a senhora tem mãe?

Ela falou assim: ô Teresa, eu estou com uma dor de cabeça, você podia benzer a minha cabeça para mim minha filha. E eu falei assim: Uai, mas eu não sei benzer não mãe.

- Eu vou te ensinar.

- Então tá!

(...) Aí, assim eu comecei a benzer, sabe, e com o passar do tempo eu fui aprendendo outras orações. (Teresa Carvalho - 2019)

Ela completa dizendo sobre as linhas de continuidade,

Mamãe<sup>24</sup> sempre benzeu, olha Débora, a mãe da minha mãe benzia, que era vovó Ceição<sup>25</sup>, a irmã da minha mãe benzia, quem era, tia Maria e ela já faleceu, Dindinha Chica<sup>26</sup> benze, mamãe benze, agora, lá em casa eu tenho esse dom para oração, para fazer oração para as pessoas, sabe, então isso já vem, o quê, o dom, a herança agora eu tenho que passar isso meu, essa oração, as coisas que eu faço tenho que passar para um dos meus filhos, um dos meus filhos porque hoje em dia você não acha mais pessoas para poder fazer oração não. (Teresa Carvalho - 2019)

O relato de Teresa nos ajuda a compreender e afirmar a preocupação das mulheres do quilombo em transmitir seus conhecimentos e validar as suas práticas através da continuidade de suas atuações na comunidade de Pinhões. Em seu relato percebemos a preocupação em ensinar a prática de benzer aos seus filhos como forma de preservação dos conhecimentos dos seus antepassados praticados e transmitidos em sua família. Seria uma forma de traçar a linha de continuidade, estabelecendo a relação de transmissão dos saberes detidos pelos antepassados através da oralidade e contribuindo para que os conhecimentos, por ela aprendidos, não se percam. A transmissão dos saberes adquiridos e praticados no quilombo nos permitem pensar na necessidade do reconhecimento da “diversidade epistemológica do mundo”(SANTOS, 2010, p. 54). Isto é, o “reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico” (SANTOS, 2010, p. 54)

Captamos assim através dos relatos que, para além de um espaço educativo formal, a educação no quilombo não está circunscrita às lógicas hegemônicas de transmissão do conhecimento, como a escrita e a escola; e que a interação com a comunidade e a vida no quilombo dizem de uma preocupação com as diversas formas de existência, formas de (re)existir no mundo, de aprender e de experienciar os conhecimentos e costumes adquiridos cotidianamente através das vivências e da relação com os outros e com a vida em comunidade.

As simpatias também fazem parte das “ditas” tradições. Rezas, orações e oferendas são entregues às águas pelas benzedadeiras para a busca da cura das crianças, assim como as orientações para a utilização de ervas para chás ou banhos.

Elas também sustentam a transmissão de saberes através da troca de receitas com as amigas para utilizar as ervas para fazer chás que curam a gripe e bronquite. Estas formas

---

<sup>24</sup> A mãe de Teresa é dona Bárbara Carvalho, benzedeira, que era também lavadeira.

<sup>25</sup> Dona Conceição era a avó de Teresa, mãe de Dona Bárbara Carvalho e Dona Cecília Carvalho, a quem ela chama de Dindinha Chica.

<sup>26</sup> A Dindinha Chica a quem Teresa se refere é Dona Cecília Carvalho que compõe o nosso grupo de mulheres entrevistadas na pesquisa.



de transmissão do conhecimento é que são consideradas saberes tradicionais ou ancestrais, que são preservados pelas comunidades descendentes da população negra.

[...] benzer, quem ensinou Soninha<sup>27</sup> eu não sei se foi dona Maria<sup>28</sup> da porteira, foi uma pessoa que ensinou ela. E eu quem ensinou foi Juraci, assim, quando os outros estão com muita dor de cabeça, ela me ensinou rezar as palavras e a gente reza e benze as pessoas. A gente não fala assim pros outros porque a gente tem medo, aí a gente reza aquelas palavras que ela ensinou a gente e a pessoa melhora mesmo, e é assim.

Agora os chás, quem me ensinou fazer foi Lia<sup>29</sup>, né, o chá de urucum, e os outros, esse de guaco com hortelã, com limão foi Cleuza<sup>30</sup>, de Marquinhos. Porque Soninha estava passando mal de todo o tamanho, já tinha comprado tudo enquanto foi o xarope, Soninha tinha tomado, e nada melhorou Soninha, aí Cleuza me ensinou esse xarope lá, mas ela não fez assim, ela não fez o xarope igual eu faço não, de cozinhar ele e deixar ele virar xarope, não. Ela escaldou, ela ferveu ele, ela ferveu assim como se fosse, escaldou o chá, né. Escaldou o chá, então eu fiz assim da minha cabeça, eu vou cozinhar ele e vou fazer um xarope, com tudo o que ela me deu e eu fiz é o xarope. Dá certo e todo mundo toma. Ritinha falou que ela não compra mais xarope, dona Maria, do queijo, outro dia mandou o menino dela que mora na cidade, falou que já tinha dado menino de tudo e o menino não melhorou. Aí, ela pediu, e eu ainda tinha um tanto assim no vidro oh (indica com a mão a quantidade que tinha no vidro de xarope) e eu dei pra ela. (Neide Santos - 2019)

Assim como a prática da benzeção é aprendida nas famílias, a aproximação com as ervas e com a medicina alternativa são transmitidas em toda a comunidade. Várias famílias cultivam muitos tipos de plantas consideradas medicinais e utilizam para o tratamento de enfermidades que curam adultos e crianças.

Algumas plantas encontradas são: Arruda, Guiné, Levante, Quebra-pedra, Folha de Algodão, Hortelã, Urucum, Guaco, entre outras. Sendo as benzedeadas muito procuradas na comunidade, como sinalizado durante a pesquisa.

“\_Quem é dona Maria?

Dona Maria de tio Zé Rosa, era a mãe de Ana Lúcia. É, ela benzia menina, bem minha filha, puxava assim ó, os dedos. Dona Laurentina também benzia, pois é, aí ela benzia, com as palavras dela pedindo a Deus, não é negócio de fofoca, de centro, não, é na casa dela mesmo que ela benzia todo mundo, de dor de cabeça, olhado... era assim. (Neide Santos - 2019)

<sup>27</sup> Soninha é sua filha, Sônia Aparecida Araújo.

<sup>28</sup> Dona Maria era de Pinhões, benzedeadora e catequista da igreja católica. Residia na MG-020, era considerada na comunidade uma senhora muito religiosa.

<sup>29</sup> Maria Vicentina Moreira Gonçalves, era uma mulher negra de Pinhões, durante sua vida, se dedicou a dar banho em crianças recém-nascidas da comunidade, ‘curando’ seus umbigos e à manipulação de ervas para chás e simpatias para cura de bronquite, gripes e outras doenças.

<sup>30</sup> Cleuza, é moradora de Pinhões, sua família é do Fecho, bairro onde situa a Fazenda de Bicas. No Fecho muitos idosos detêm conhecimentos de benzeção, simpatias e chás. Nossos antepassados têm parentesco com as famílias de lá em razão da relação com a fazenda. A comunidade do Fecho, até a conclusão desta pesquisa não havia solicitado o reconhecimento da Fundação Cultural Palmares como Quilombo.



As trocas de receitas, de conhecimentos e de saberes relacionados com os chás e ervas também ficaram muito evidenciados nas falas das entrevistadas. Nos indica as formas como alguns dos saberes tradicionais vão sendo transmitidos, seja na criação de um tipo de xarope, seja nos conhecimentos que acompanham as trocas de folhas, receitas, banhos e chás.

### **3.6 Na ausência do Estado se deu a inventividade: a artesanania por uma vida possível**

O que adiantara? A vida escrava continuava até os dias de hoje. Sim, ela era escrava também. Escrava de uma condição de vida que se repetia. Escrava do desespero, da falta de Esperança, da impossibilidade de travar novas batalhas, de organizar novos quilombos, de inventar outra e nova vida. (EVARISTO, 2017, p.72)

O acesso as narrativas das mulheres quilombolas de Pinhões, nos demonstraram como a comunidade produziu uma existência inventiva nas variadas formas de superação às dificuldades sendo, para tal, necessária uma forma de recriação da vida.

As narrativas revisitaram espaços da memória que perpassaram as dificuldades em buscar lenha, buscar água nas bicas, caminhar longas distâncias seja para buscar água no rio, seja para conseguir acesso aos serviços de saúde que não estavam disponíveis na região. A fala de Dona Terezinha (Terezinha Azevedo- 2019), sobre a dificuldade de andar de Pinhões à Santa Luzia com o filho doente em busca de um transporte que possibilitasse sua chegada ao hospital em Belo Horizonte, elucida essas dificuldades.

Você se lembra de Tina, Tina minha irmã? Você não conheceu não né?

Ela teve uma doença na perna, que também, coitada, chamava osteomielite, passou um tempo e Chiquinho nasceu e teve desse mesmo que negócio. Mas Chiquinho, graças a Deus, ele ficou internado na Baleia. Mais de mês, internado lá, no coisa, na Baleia. E eu ia com ele a pé minha filha, levando ele pra pegar a condução em Santa Luzia, que não tinha, daqui pra lá, não tinha. Ia a pé com ele carregando, punha no chão descansando e tornava a pegar outra vez, carregava, até chegar. Voltava já de noite, às vezes, de lá. Ele era pequeno para caminhar e era grande para mim carregar. Foi naquela época assim, de coisa, mas ai Deus ajudou. Joaquim Germano arrumou esse lugar lá na Baleia e ele ficou internado lá, mas sempre indo pra visitar ele, toda semana. Era tão difícil as coisas que, sabe o que eu levava para ele, que eu sabia que ele gostava muito? Milho cozido e goiaba, era o que eu levava, mas também não tinha outra coisa para levar não, era isso mesmo que eu

tinha que levar, uns trem bobo, e a gente não tinha. Pelejando com dificuldade e ele tinha também que comer só coisa assim forte, então quem me dava as coisas para dar ele é Joaquim Germano. Você conheceu ele? Não? Ele era de Lia<sup>31</sup>, o quê que ele era de Lia? Acho que é tio. Lia de, Lia, Lia nossa. Eu falo é Lia nossa porque aquela criatura é a mesma coisa de minha irmã, nó o eu que gostava dela. (silêncio) Então ele me dava, mandava as coisas para mim dar Chiquinho, é maçã, essas coisas que precisava de comer de forte, carne de boi, é, essas coisas tudo ele mandava pra mim dar ele.

Ia até Santa Luzia, em Santa Luzia, de Santa Luzia pra lá tinha ônibus. Pegava ônibus e ia, mas daqui para Santa Luzia era a pé. Quando, nessa época já estava começando vim, aparecer caminhão né, que tinha. Tinha um homem daqui de baixo, de Macaúbas, que tinha um caminhão. Às vezes, dava por sorte que, as vezes ia com ele, que no caminho ele parava pra gente e dava para descansar. Mas a gente não podia confiar nisso a gente tinha que ir né caminhando mesmo (silêncio) (Terezinha Azevedo - 2019)

Tais relatos nos ajudam a perceber a comunidade como produto de uma história de violência produzida nas precariedades impostas a população negra desde o período pós-abolicionista, causados também pela ausência do Estado, como podemos identificar na busca pelo acesso a saúde indicado por dona Terezinha.

Essas violências, por vezes experimentadas de uma forma mais subjetiva, reverberam descontinuidades, assimetrias e desigualdades que muitas vezes estão associadas aos processos coloniais, ainda atravessam as nossas vidas e as formas como experimentam esta violência.

A precariedade designa a situação politicamente induzida na qual determinadas populações sofrem as consequências da deterioração de redes de apoios sociais e econômicas mais do que outras, e ficam diferencialmente Respostas ao dano, a violência é a morte. Como mencionei antes, a precariedade é, portanto, a distribuição diferencial da condição precária. Culto ações diferencialmente respostas sofrem um risco mais alto de doenças, pobreza, fome, remoção e vulnerabilidade à violência sem proteção ou reparação adequados.

A precariedade também caracteriza a condição politicamente induzida de vulnerabilidade e exposição maximizadas de populações expostas a violência arbitrária do estado, a violência urbana ou doméstica, ou há tantas formas de violência não representadas pelo estado, mas contra as quais os instrumentos judiciais do estado não proporcionam proteção e reparação suficiente. (BUTLER- 2019, pág. 41)

Desta forma é possível dimensionar o quanto a escravidão é uma história longa e constitutiva deste espaço, ou seja, como a violência e a resistência constituem em Pinhões um território racializado e marcadamente precário.

---

<sup>31</sup> Lia é Maria Vicentina Moreira Gonçalves, era uma mulher negra de Pinhões, durante sua vida, se dedicou a dar banho em crianças recém-nascidas da comunidade, ‘curando’ seus umbigos e a manipulação de ervas para chás e simpatias para cura de bronquite, gripes e outras doenças. Lia é minha mãe de criação, e também é citada na entrevista de Neide Santos.

O biopoder não precisa da raça enquanto categoria socialmente institucionalizada para matar. Basta-lhe uma hostilidade e/ou desprezo socialmente consolidados em relação a um grupo social. Como uma espécie de automatismo associativo, esses sentimentos e representações tornam-se suficientes para orientar a distribuição das benesses sociais. (CARNEIRO, 2005, p. 76)

O território se constitui a partir de um processo colonial de exploração opressão e é inevitável analisar quais as restrições foram historicamente impostas e que reverberam ainda hoje na vida das pessoas.

### **3.7 A permanência no Quilombo se dá pela tessitura social das mulheres de Pinhões**

Diante de tantas restrições historicamente impostas a nossa comunidade, vale considerar as formas de sobrevivência e as inventividades na artesanaria das práticas sociais tradicionais desenvolvidas pelas mulheres e que possibilitaram a permanência no território quilombola apresentado neste estudo. Pinhões se tornou a partir das práticas sociais descritas, um espaço de resistência às estruturas opressivas e das restrições que poderiam significar a saída deste povo do território. Conforme nos aponta bell hooks,

Eu me situo na margem. Perto de uma distinção definida entre a marginalidade que é imposta pelas estruturas opressivas e a marginalidade pela qual se opta como espaço de resistência \_ como lugar de abertura e de possibilidade radicais. Esse local de resistência é formado constantemente naquela cultura segregada de oposição que representa nossa resposta crítica à dominação. Chegamos a esse espaço passando por sofrimento e dor, passando por luta. Sabemos que a luta alegra, encanta e satisfaz o desejo. Somos transformados, individualmente, coletivamente, à medida que criamos um espaço criativo radical que afirma e sustenta nossa subjetividade, que nos dá um novo lugar a partir do qual podemos articular nosso sentido de mundo. (hooks- 2019, p. 295)

Embora nos situemos na margem, como percebemos com bell hooks, as dores e os sofrimento não paralisaram a comunidade. As práticas dessas mulheres assumiram um posicionamento emancipatório, resistindo as desumanizações e opressões, a partir destas novas formas de existir.

Mesmo que a invenção de novas formas de existir possa não ser totalmente consciente, com base na compreensão sobre as estruturas de dominação e de poder,

ainda assim, há o conhecimento das opressões por meio da vida cotidiana. É uma possibilidade de romper com as estruturas de dominação ocorre quando da própria existência, isto é, o ato de existir por si só representa uma forma de interrogação à estrutura. Como no entendimento de hooks.

Esse processo se inicia quando o indivíduo busca compreender como as estruturas de dominação atuam em sua própria vida, à medida que desenvolve consciência e pensamento críticos, inventando novas formas de existir e de resistir distintas do espaço marginal da diferença internamente definida. (hooks- 2019, p. 56)

São essas mulheres do quilombo, através de sua agência, que assumem o compromisso com a sustentação da vida, o que estamos nomeando como inventividade por uma vida possível. Essa inventividade supera a ausência do Estado, possibilitando a cura, a alimentação, o acesso a saúde, educação e trabalho. A artesanania destas práticas sociais que assumiram assim um potencial emancipatório, conforme nos aponta Nilma Lino Gomes,

A emancipação entendida como transformação social e cultural, como libertação do ser humano, esteve presente nas ações da comunidade negra organizada, com todas as atenções de contradições próprias deste processo, tanto no período da escravidão quanto no processo pós abolição é a partir do advento da República. O fato de essas ações serem projetos e propostas construídos por um povo que tem o seu passado, a sua história e a sua cultura desenvolvidos nos contextos de opressão e dominação - faz como a colonização, à escravidão, o racismo é a desigualdade social e racial – E que, mesmo assim, segue persistindo e colocando questões para a sociedade para educação e para o estado brasileiro, pode ser visto como o potencial emancipatório das lutas e da organização política dos negros no Brasil e na diáspora. Esse potencial também é visto na capacidade de mudança social educacional cultural e política que a comunidade negra em movimento com suas contradições, atenções, desafios de lutas, consegue imprimir nos vários países da diáspora africana. (GOMES, 2017, p.49)

Esta emancipação é identificada na representação da dignidade em que foram produzindo e inventando através da artesanania de suas práticas quer seja lavando, fazendo panelas, saindo com seus balaios para vender a produção local, preparando os doces, costurando as roupas da comunidade e dos dançantes, cozinhando para as festas e casamentos, trazendo as crianças ao mundo, realizando a cura através da benzeção, e ensinando ler e escrever. Essas mulheres criaram uma forma de organização no quilombo que o conectou com outros espaços.

Estamos profunda e apaixonadamente conectadas com mulheres negras cujo senso de estética, cujo compromisso com o trabalho criativo contínuo, inspira e sustenta. Reivindicamos a história e dizemos os nomes delas, falamos das particularidades de cada uma, de modo a congregar e lembrar, de modo a compartilhar a nossa herança. (hooks, 2019, p. 243)

Lógicas de uma luta que tem por dimensão o cuidado e o afeto emancipatórios. Vale salientar que a emergência de narrativas desses povos antes subalternizados e silenciados pela história “oficial”, é imprescindível para a horizontalidade dos conhecimentos no campo do conhecimento científico e acadêmico. Com tais apontamentos, sustentamos o protagonismo dessas mulheres quilombolas pertencentes à Pinhões.

## CAPÍTULO 4

## RAÇA

Milton Nascimento<sup>32</sup>

Lá vem a força, lá vem a magia  
Que me incendeia o corpo de alegria  
Lá vem a santa maldita euforia  
Que me alucina, me joga e me rodopia

Lá vem o canto, o berro de fera  
Lá vem a voz de qualquer primavera  
Lá vem a unha rasgando a garganta  
A fome, a fúria, o sangue que já se levanta

De onde vem essa coisa tão minha  
Que me aquece e me faz carinho?  
De onde vem essa coisa tão crua  
Que me acorda e me põe no meio da rua?

É um lamento, um canto mais puro  
Que me ilumina a casa escura  
É minha força, é nossa energia  
Que vem de longe prá nos fazer companhia

É Clementina cantando bonito  
As aventuras do seu povo aflito  
É Seu Francisco, boné e cachimbo  
Me ensinando que a luta é mesmo comigo

Todas Marias, Maria Dominga  
Atraca Vilma e Tia Hercília  
É Monsueto e é Grande Otelo  
Atraca, atraca que o Naná vem chegando

---

<sup>32</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=hik-KOAF5ng>, com acesso em outubro de 2020.

#### 4. Mulheres e educação no quilombo



A necessidade de escrever este capítulo surgiu no decorrer da pesquisa, quando as mulheres que entrevistamos narraram diversas passagens em que as práticas sociais desenvolvidas por elas eram atravessadas pela educação, pela escola ou pelas professoras da comunidade. Dona Cecília, em seu relato, nos contou como fazia o uniforme dos filhos para que eles frequentassem a escola, conforme percebemos no trecho a seguir:

Eu tinha a minha máquina de mão, essas de tocar, não sabe? Eu fazia roupinha para os meus meninos, meus meninos iam para a escola, e eu é quem fazia os uniformes deles. Tudo pobrezinho, sabe, você lembra dos uniformes daqui? Eu fazia minha filha, fazia as calças de saco e tingia, tingia de azul, e as camisinhas brancas, mas ficava tudo clarinho, eu comprava saco, fazia a blusa branca e a calça branca e depois tingia (risos pensativos e orgulhosa de saber fazer) Porque nós não tinha era isso aqui ó (sinal com a mão indicando dinheiro) para comprar. (Cecília Carvalho - 2019)

Embora não se tivesse dinheiro para comprar uniformes prontos, existia uma preocupação em possibilitar que as crianças frequentassem a escola. Notadamente, os limites do acesso à educação se materializa através da exigência de uniforme, que aqui era como um sinal de segregação, já quem nem todos poderiam adquirir e poderiam ficar fora desse bem público. Com também é possível constatar a preocupação com a escolarização de seus filhos na fala de dona Cecília. Rosângela nos contou do empenho de sua mãe, Doralice Diniz (parteira, doceira, balaieira e cozinheira), para que ela se tornasse professora.

Ela sempre queria que eu fosse professora, eu nunca quis ser, sabe, “não, que você vai estudar e tal”, fiz o colégio até lá<sup>33</sup> e tudo, na época eles falavam “normal”<sup>34</sup>. E eu falei assim, não, eu não quero estudar mais não. Eu falei assim, eu não quero não, e eu vou fazer é o que eu gosto, eu gosto é de, de... Eu acho que é o dom da gente de conviver com outras pessoas, eu adoro menino, mas você conviver com criança, com jovem, igual no serviço da gente é diferente do que todos os dias você ver o mesmo serviço, são as mesmas caras, aquele negócio todo. E vai indo você se cansa daquilo, que o problema não são nem os meninos, o problema são os pais dos meninos, né. (Rosângela Diniz - 2019)

Rosângela se tornou balaieira e doceira, carrega o conhecimento incorporado que foi aprendido com sua avó e sua mãe. Apresentaremos a seguir a fala de Sinhá,

<sup>33</sup> Na Escola Domingos Ornelas, em Santa Luzia.

<sup>34</sup> Curso de formação de professoras, em nível médio, para atuação nas séries iniciais do ensino fundamental. O curso “Normal”, daí o substantivo “normalistas”, foi regulamentado a partir de 1920. Em 1971, com a LDB 5692, passou a compor uma das alternativas de formação profissional em nível médio: magistério de 1º grau. Em 1996, com a LDBEN 9394, instituiu-se a exigência de licenciatura plena para a atuação docente também nos anos iniciais do ensino fundamental.



Dona Neide, na qual nos conta que na escola não aprendeu muito não, pela impossibilidade de continuar estudando, mas que aprendeu sua profissão de doceira com sua mãe e através de aulas de costura se tornou uma costureira muito procurada na comunidade.

Eu ficava ajudando eles (seus pais), é tanto que eu queria estudar mais e ele falou: “Como que você vai estudar? Você não pode estudar mais porque você tem que ajudar a sua mãe, você é a mais velha, você não pode ir mais”. Aí, fiz só o 4º ano de grupo<sup>35</sup>, antigamente era o 3º. O terceiro ano a gente estudou tudo, tudo o que a professora ensinou a gente sabia, aí não pude estudar mais. Quando veio os professores pra cá que era Zé Maria e Antônio Carlos, que seu Geraldo e seu Zé Noberto arrumou, eu não pude entrar mais na escola, tive que ficar assim, mas eu sou feliz.

(...) E ele me ensinou e eu hoje eu vivo com o que o meu pai me ensinou porque na escola eu não aprendi não, é assim. E com isso eu arrumei meu enxoval e paguei ela<sup>36</sup> [Cleud Valesca de Souza] pra poder me ensinar a costurar. (Neide Araújo - 2019)

Os saberes das mulheres da comunidade atravessam todo este trabalho de pesquisa. Conhecimentos transmitidos através da convivência, da observação e que trazem traços de aprendizados que só são possíveis através da observação, do estar presente e do fazer junto, o que Taylor (2013) chama de conhecimento incorporado. No trecho acima, Neide nos relata que foi dona Cleud, que foi professora na comunidade, quem a ensinou a costurar. Esses conhecimentos fazem parte dos processos educativos da Comunidade Quilombola de Pinhões, assim como de outras comunidades quilombolas, portanto assentimos com Givânia Silva (2012) quando afirma que:

Para falar de educação e dos processos educativos na comunidade de Conceição das Crioulas, é preciso pensar que, desde sua fundação até os dias de hoje, a vida das pessoas daquela comunidade tem se constituído em processos pedagógicos e educativos, visto que suas construções e aprendizagens se materializaram por meio de um tecido social e de uma história de luta e saber popular, resistência e cultura. Também não há como pensar a educação em Conceição das Crioulas descolada de uma estratégia de vivência e pertença da coletividade do território e as práticas como sinônimo de libertação e de emancipação. (SILVA, 2012, p. 61)

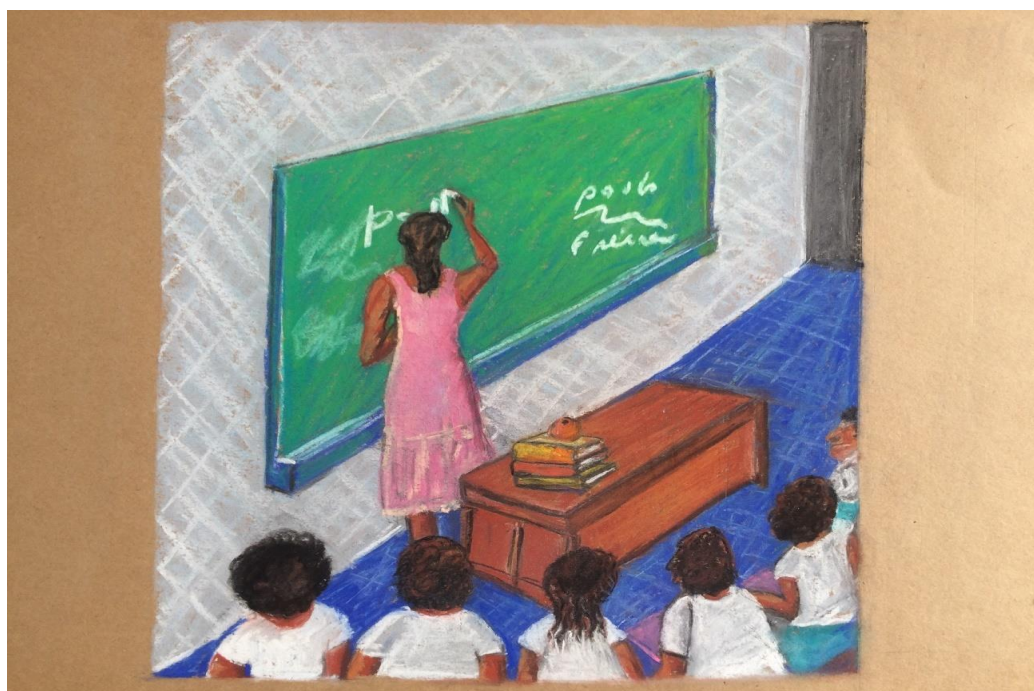
---

<sup>35</sup> Os Grupos Escolares foram criados a partir de 1890 com o intuito de reunir as escolas que funcionavam isoladamente e constituir uma política para a universalização da educação. Destinavam-se à formação inicial – os quatro primeiros anos de escolarização –, seguidos pelo ginásio, que consistia em mais 4 anos de escolarização. Para ingresso no ginásio era necessária a aprovação em um exame de admissão. A sequência formativa grupo escolar- admissão - ginásio precedia o curso normal e descreve a corrida de obstáculos a superar para a formação de professoras. Essa organização prevaleceu até 1971, quando a LDB 5692 instituiu o ensino de primeiro grau, de 1ª a 8ª série. Sobre a instrução pública primária em Minas Gerais até a segunda metade do século XX, (FARIA FILHO, 2000).

<sup>36</sup> Dona Cleud é professora e trabalhava na comunidade. Tornou-se moradora do quilombo e se casou com o professor José Maria (veremos a seguir). Vivem em Pinhões, onde constituíram sua família.

As mulheres não exerciam uma única profissão e sim uma prática social articulada à vida no quilombo. Percebendo que as atividades das professoras não estavam separadas das outras práticas sociais das mulheres quilombolas de Pinhões, dos saberes e da cultura, conforme pode ser percebido no capítulo 3, e que as professoras, embora tivessem/tenham uma profissão reconhecida como tal também são atravessadas e envolvidas com tantas outras práticas, decidimos desenvolver este capítulo trazendo algumas professoras do quilombo. Desse modo, destacamos suas percepções sobre a comunidade e os processos educativos que atravessaram a vida dessas mulheres como processos constitutivos de uma educação permanente no território.

#### 4.1 As professoras



A partir dos relatos percebemos que o acesso à escolarização foi um problema enfrentado pelas mulheres no quilombo. Algumas, como Rosângela, explicitaram o desejo de sua mãe, de que ela desse continuidade aos estudos e relataram que a educação era importante para as famílias no quilombo. Com essas evidências, buscamos entender a história da escolarização no quilombo a partir dos relatos das professoras que

foram identificadas. Com a emergência dos relatos das docentes iniciamos uma tentativa de formular uma genealogia da escolarização em Pinhões.

Terezinha Azevedo (2019) foi a primeira professora de Pinhões a lecionar na comunidade. Terezinha cursou até a quarta série na Escola Estadual Modestino Gonçalves, em Santa Luzia, começou a lecionar na comunidade no fim da década de 40 e atuou na escola de Pinhões até se aposentar. Hoje está com 85 anos de idade.



Imagem 13: Terezinha Azevedo, no Grupo Escolar Antônio de Castro Silva

Fonte: Acervo pessoal do Professor José Maria de Sousa (primeiro professor ‘formado’ de Pinhões, diretor no ano de 1966).

Esther Azevedo (2020), irmã de Terezinha, ingressou como docente na escola no ano de 1962, depois se tornou a primeira pessoa da comunidade a atuar como diretora na escola do quilombo. Esther iniciou como professora tendo cursado até a quarta série, depois fez supletivo, em 1975, em seguida concluiu o magistério, no ano de 1978 na Escola Domingos Ornelas. Atualmente Esther está com 75 anos de idade e também se aposentou dando aulas na escola da comunidade.



Imagem 14: Cleud Valesca de Sousa, Esther Azevedo, Maria Aparecida Rodrigues Azevedo e as crianças na entrada da Escola Estadual Padre João de Santo Antônio, em 1979.

Fonte: Acervo pessoal de Aparecida Rodrigues Azevedo

Maria Aparecida Rodrigues Azevedo, cunhada de Terezinha e de Esther, iniciou a docência enquanto cursava o magistério, no ano de 1978. Aparecida lecionou na escola de Pinhões, na sequência assumiu uma turma multisseriada na escola que funcionava no Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição, no Convento de Macaúbas, depois retornou à escola da comunidade onde atuou até se aposentar.





Imagem 15: Professora Janete Dorcil

Fonte: Acervo pessoal de Janete

Janete Dorcil Pereira, iniciou o trabalho como docente na comunidade tendo cursado magistério. No ano de 1996, foi convidada a ingressar no Veredas, para realização do curso Normal Superior que passou a ser exigência para a continuidade de sua atuação docente. Este ingresso foi consoante com a determinação de formação em curso superior de licenciatura plena para atuação no magistério do ensino fundamental, as Disposições Transitórias da LDBEN 9394/96 instituíram a realização de programas de capacitação para professoras em exercício de modo a complementar a formação exigida. O Veredas foi um curso desenvolvido pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais para esse fim.

#### **4.2 O trânsito da escola no território: a primeira fase da escola do quilombo.**

“Começou com aquela escolinha boba, foi indo, foi indo arrumou o Grupo. Foi até a prefeitura, foi a prefeitura que fez. E aí começou a gente trabalhando e começou assim, vir professora de fora e aí tá igual é hoje.”  
(Terezinha Azevedo - 2019)

Embora não seja possível precisar a data de inauguração da primeira escola da comunidade e nem por quais meios ela surgiu, encontramos registros que indicam a escola de Pinhões como a primeira escola pública a existir na região. Segundo Álvaro Diniz, descendente dos Diniz, os proprietários das Sesmarias de Bicas:

A primeira escola pública do município foi criada em Pinhões pelo então presidente da Câmara Municipal coronel Modestino Gonçalves, onde (sic) a famosa professora Ceçota Diniz transferiu seus conhecimentos de mestre a diversas pessoas, isso no início do século passado.

Mais precisamente através do decreto número 2247 de 08 de julho de 1908 era criado o primeiro Grupo Público Estadual em Santa Luzia do Rio das Velhas, isso no governo do presidente do estado Dr João Pinheiro da Silva, cuja escola teve o início de suas atividades em 15 de novembro de 1908, com a denominação de Grupo Escolar Modestino Gonçalves, sendo seu primeiro diretor o Coronel Modestino Gonçalves. (DINIZ, 2008, pág.18)

Em conversa com Dona Mercês, moradora com 86 anos de idade, relatou que a primeira escola funcionava em uma casa cedida pela família de “Naná Bahia”. Essa casa ficava num terreno próximo a MG-020, ao lado da margem do Rio das Velhas, onde hoje funciona um depósito de material de construção. A única praça existente no quilombo, e que recebeu o nome de Naná Bahia, foi construída no terreno que já foi de propriedade da família. Nesse terreno ficava parte da casa onde funcionava a escola.



Imagem 16: A primeira escola de Pinhões, que funcionava em um dos cômodos da casa de Naná Bahia, por volta do ano de 1906.

Fonte: Acervo da Escola Estadual Padre João de Santo Antônio, registro doado pela família dos Naná Bahia.

Segundo Esther Azevedo (2020), a ‘escola antiga’ era do tempo de seu pai, Arcênio Azevedo. Depois a escola passou a funcionar na casa de ‘Zé Lorinda’, localizada na Rua Manoel Félix Homem. Segundo relatos de muitos moradores da comunidade, dona Dolores, a esposa de Zé Lorinda, reutilizava os sacos de arroz para confeccionar uma ‘mochilinha’ para que as crianças pudessem carregar seus cadernos e lápis.



Imagem 17: Casa de Zé Lorinda, onde funcionou a segunda escola de Pinhões.

Fonte: Acervo pessoal de Aparecida Rodrigues Azevedo

Segundo Esther, embora as escolas funcionassem nas casas, as professoras eram remuneradas e vinham de fora do quilombo, como Ravena e Santa Luzia.

Cada prefeito que entrava vinha uma professora diferente, mas a escola não ia muito adiante não, então nesta casa de, na casa de Naná Bahia, lá já tinha sido escola do tempo de papai; aqui na casa de Zé de Laurinda, aqui já foi escola no tempo que eu era menina com 5 anos, 6, entendeu? (Esther Azevedo - 2020)

Naquela época, em meados da década de 1940, as professoras que trabalharam na ‘casa de Zé Lorinda’ foram as professoras Rafaela Lima de Carvalho, de Santa Luzia e Dona Filó, professora que vinha para trabalhar de Ravena, aproximadamente 11 quilômetros de distância. Ainda segundo Esther Azevedo (2020), Dona Filó acompanhou a transição da escola que acontecia nas casas para o grupo escolar.

Esse tempo que ela foi a primeira professora era o tempo que ela (Terezinha Azevedo) trabalhava para a prefeitura e essa dona Síría era como se fosse a diretora dela, Síría. É, quando Zinha voltou a dar aula. Neste intervalo que



ela parou de dar aula, aqui teve uma professora chamada dona Zazá, teve uma professora chamada dona Filó, comigo menina ainda.

Aí quando chegou nesse tempo de dona Filó, que deve ter sido mais ou menos em 60, 62, 60, 61 ou 62, por aí... É que essa dona Filó, ela era daquelas professoras que usava ensinar os meninos tabuada cantando. (Ela canta) Duas vezes um, dois. Duas vezes dois, quatro... Você entendeu? Quando era somar era: (começa a cantar novamente). Um e um, dois. Dois e dois, quatro... E era aquele trem. Essa tal de dona Filó, a de Ravena, aí ela parou de dar aula, ficou um tempo sem ter aula nenhuma, aí é que abriu uma escola chamada escolas combinadas. Em 1962, é que é a escola que está até hoje, ela começou em 62, comigo mais Alvina recebendo pela cooperativa dos produtores de leite, que na época o presidente da cooperativa se chamava José Simões Filho. Então, os primeiros pagamentos que nós fomos remuneradas foi pela cooperativa em 62. Em setembro, começamos em setembro de 62. Ai, esse Zé Simões candidatou a prefeito ele ganhou a prefeitura. E ganhou. Ai, quando ele ganhou, que ele era prefeito, ele carregou a remuneração de professores da cooperativa para a prefeitura, aí começou com a escola municipal. (Esther Azevedo - 2020)



Imagem 18: Grupo Escolar Antônio de Castro Silva, inaugurado em 1950. Autor e ano desconhecidos. Fonte: Facebook Memória de Santa Luzia.<sup>37</sup>

O Grupo Escolar Antônio de Castro Silva foi inaugurado no ano de 1950 e ficava localizado na mesma rua da escola anterior. Ele funcionou sendo mantido pela Cooperativa de Leite, até 1952, quando a escola foi institucionalizada como escola pública. Segundo Esther Azevedo (2020), o grupo escolar mantinha a remuneração das professoras através da Cooperativa dos Produtores de Leite, da cidade de Santa Luzia, tendo o município assumido sua gestão em 1952.

O Grupo mantido pelo município passou a ser de responsabilidade do estado no ano de 1962. Segundo a legislação de 1962, no artigo 22º:

“Escolas Combinadas são o conjunto de escolas singulares de uma mesma localidade, funcionando no mesmo prédio ou distantes, no máximo três (3) quilômetros umas das outras, e pelas quais se distribuem os alunos, discriminadamente, por séries do curso”.

---

<sup>37</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/Mem%C3%B3ria-Santa-Luzia-MG-470140436353613/>, acesso em 13/09/2020.

Logo, houve uma escola criada antes de 1908, mas não há indicações de vínculo estatal. Tal situação é pertinente à época em que se inicia a escolarização pública de massa no Brasil, ainda nos primeiros anos da República. Em 1950, a escola foi assumida pela Cooperativa dos Produtores de Leite. Esse cenário reflete o ciclo de escolarização nacional, daquele período, pois não havia ocorrido ainda a institucionalização da escolarização obrigatória. Há uma similaridade entre Grupo Escolar, aqueles criados em São Paulo, no início da República, e Escolas Combinadas, isto é, o Estado iniciou a instauração de uma política de educação em oposição às escolas isoladas. Ao que parece, a escola de Pinhões foi criada e funcionou como escola isolada, ou seja, fora do regramento institucional da política de educação até 1952, quando foi assumida pelo poder público municipal. Sendo que em 1962 foi estadualizada.

Nesta fase, o professor José Maria de Sousa veio atuar na comunidade, “por ser professor formado”, como explica Esther Azevedo (2020), quando lhe perguntei sobre o que era ser professor formado.

Professor formado é porque tinha magistério?

[...] é, ele formou quando ele era interno na escola Caio Martins, então ele tinha formação de professor, aí ele veio, como ele era interno, abriu essa escola para interno aqui no Laranjame, trouxeram ele para dar aula aqui no Laranjame. Laranjame é pro lado de, para baixo de Água Limpa, para aí afora. E um dia ele de bicicleta, saiu de lá no sábado pedalando a bicicleta para ir em Santa Luzia. Ele parou na venda de mamãe, e Zé Noberto Diniz estava lá. Você sabe quem que é Zé Noberto? Zé Roberto é filho de Totonho. E Noberto tava lá e indagando, conversando, descobriu que ele era professor formado que estava no Laranjame e deu de cima de dona Inês para ela entrar em contato com Zé Maria. È nessa época o secretário de educação era José Bonifácio de Andrade, aí no ele ser secretário de educação, juntou com a coisa de dona Inês, mas Zé Noberto que tinha influência em Belo Horizonte com esses órgãos públicos, é que chamou Zé Maria para cá porque aqui tinha que ter um professor formado para dar aula para a quarta série. Até então, nunca tinha tido. Tinha, mas não dava diploma. Aí Zé Maria veio, sabe, Zé Maria veio que essa escola que começou dia 7/09/63, comigo e Alvina, aqui na casa de Naná Bahia. As carteiras na época foram emprestadas pela escola Modestino Gonçalves, a casa, foi as meninas de Naná Bahia quem emprestou, e que é a escola que tem até hoje. Que de escolas combinadas ela passou por um decreto, no regimento da escola é que tem, uma hora você vai lá e pede Valquíria pra dar você o livro de regimento para você ver o histórico da escola todinha, de 63 para cá, entendeu? (Esther Azevedo - 2020)

Desse modo, na gestão do professor José Maria, o Grupo Escolar Antônio de Castro Silva, através do Decreto 9.421 de 24 de janeiro de 1966, passou a se chamar Escola Estadual Padre João de Santo Antônio. A escola de Pinhões passou a emitir o

diploma de conclusão de curso até a quarta série e posteriormente passou a atender todo o ensino fundamental, tendo de ampliar o seu espaço físico.

Percebemos um longo trâmite para a instauração de uma escola pública: passando por iniciativas dos moradores, através de conversas, negociações – que devem ter acontecido inclusive com a Cooperativa de Leite – e chega até a instituição da escola pública estadual. Os dados nos revelaram que a comunidade se manteve mobilizada e utilizou os recursos que tinha disponíveis para garantir que a formação na escola do quilombo fosse certificada. A comunidade teve uma incessante agência nesse reconhecimento.

A Escola Estadual Padre João de Santo Antônio recebeu este nome em 1963, homenagem ao padre que atuou na igreja católica da comunidade. Situada na Rua José João Nunes Moreira, S/N, manifesta a maneira como a implementação do espaço escolar institucionaliza as relações dentro do quilombo de Pinhões. A começar pela escolha do nome da escola que, segundo Terezinha Azevedo (2019):

Depois diz que o padre que veio aqui, daqui de baixo, esqueci de onde que ele era, o padre Joao de Santo Antônio, que até a escola chama nome dele, os escravos ficavam muito aí na casa paroquial, onde é a casa paroquial foi ele que fez. E aí também ele veio trazendo um povo que era escravo de lá. E aí eles ficaram aí, daí eu cheguei a conhecer só um, um homem que trabalhou com ele, o resto eu não conheci. (Terezinha Azevedo - 2019)

O terreno ocupado pela “escola nova”, em funcionamento na comunidade, foi cedido pela família de Naná Bahia. A mesma família que cedeu a casa para funcionamento da primeira escola pública da região, no início dos anos de 1900. Se a relação da escola com o quilombo era de trânsito pela comunidade e proximidade nas relações, passou a ser institucionalizada e a relação das professoras passou a ter proximidade com o papel do Estado, como a exigência de adequação na formação para que as professoras pudessem lecionar.

#### **4.3 Gerações e temporalidades da formação das professoras**

Antes da inauguração da escola alguns moradores de Pinhões que buscavam estudar e queriam ter o diploma, iam andando ou à cavalo até a Escola Municipal Modestino Gonçalves, em Santa Luzia, aproximadamente onze quilômetros de distância do quilombo. A escola do município oferecia até a quarta série do ensino fundamental,

escolaridade alcançada em maioria pelas mulheres, que por sua vez passavam a dar aulas para alfabetizar as pessoas na comunidade. Outra opção para quem tinha condições era estudar em Belo Horizonte. Segundo Terezinha Azevedo (2019), a primeira série era possível cursar em Pinhões, com professoras que tinham parentes na comunidade, mas que já haviam saído para estudar.

Você conheceu Totonho do Ambrósio? Ah não, você não conheceu não. O pai de Acácio, marido de Beatriz, sabe? Eram as irmãs dele que davam aula, mas elas não estudaram aqui em Santa Luzia não, elas estuaram em Belo Horizonte, e elas que davam aula aqui. Aí primeiro ano eu fiz foi aqui, e do segundo ano pra lá eu fui pra Santa Luzia porque aqui não tinha, não tinha negócio de diploma aqui, de dá a gente o diploma, então eu fui pra lá. Eu fui a primeira daqui de Pinhões a estudar lá, fui eu. Com toda a dificuldade, mas eu gostava.

(...)

Estudei, mas eu tenho só até a quarta série só. Estudei lá no grupo Modestino Gonçalves. Uai, era com essa dificuldade toda, igual eu tô te falando também, que a gente ia a cavalo. Ia a cavalo, deixava o cavalo lá na casa da minha avó, e ia pro grupo, quando chegava do grupo montava no cavalo e vinha pra Pinhões. E assim foi até terminar o ano pra mim poder tirar o diploma. (silêncio). Até a quarta série só que eu tive. Foi aí que eu fiquei aqui, trabalhando aqui até efetivar, e é o lugar que eu comecei e acabei, os 26 anos aqui em Pinhões, nunca trabalhei fora não.

Era no Modestino Gonçalves, lá em Santa Luzia, é lá que eu estudei, só lá. Eu não estudei em outro lugar não, só nesse mesmo então foi lá até formar. Mas formar assim de, o diploma que até poucos dias eu tinha esse diploma aí, tava amarelinho, mas amarelinho mesmo de tão velho que ele é. Quando eu saí do grupo eu estava acho que com 12 anos, não sei se é 12 ou 13 anos foi até que eu fiz a quarta série.

Lá em Santa Luzia não tinha colégio para terminar os estudos né, ficava é no grupo mesmo, desde o início até terminar é no grupo. (Terezinha Azevedo - 2019)

É possível perceber com o relato de Terezinha que ela teve que ir à cavalo para Santa Luzia porque não havia chance de obter o diploma em Pinhões. A escola que existia na comunidade oferecia até a terceira série, não emitia diploma de conclusão. Logo, as pessoas que almejavam o diploma até a 4<sup>a</sup> série, precisavam se deslocar até o centro de Santa Luzia para obter o comprovante de escolarização. O mesmo aconteceu com a irmã de Terezinha, Esther, que concluiu a 4<sup>a</sup> série no mesmo Grupo Escolar e se viu na necessidade de novo deslocamento para cursar o supletivo e depois o magistério. A busca por maior grau de escolarização e o aumento das exigências legais quanto à formação, criou/cria a necessidade de deslocamento territorial. Dessa maneira, as exigências legais, acabam demarcando o território urbano para a formação, como percebemos no trecho a seguir:

A Senhora chegou a fazer magistério?

[...] cheguei, mas depois de velha, em Santa Luzia, no Domingos Ornelas. Mas antes do magistério, em 75 eu fiz supletivo de primeiro grau. Depois quando veio escola, diretor de escola ter cargo eletivo, foi na época que Meire entrou, e que Neto<sup>38</sup> tinha morrido, eu já estava doida para aposentar e para sair da escola. Sabe, eu já não rendia nada mais porque eu perdi o entusiasmo. (Esther Azevedo - 2020)

A mesma situação ocorreu com Aparecida Rodrigues que morava em Belo Horizonte, e ao se casar retornou para Pinhões e passou a se deslocar para cursar o magistério em Santa Luzia. Percebemos em seu relato que a formação era um quesito necessário para o acesso ao trabalho no território. Assim, conforme as exigências das legislações vigentes, as professoras de Pinhões iam adequando sua formação.

Então desde pequenininha eu frequentei Pinhões, depois fui embora eu estudei em Belo Horizonte, passado um tempo eu voltei vim estudar em 1977, vim estudar em Santa Luzia, no Domingos Ornelas, fazendo magistério, que eu comecei fazer científico em Belo Horizonte, como eu ia me casar em maio, eu comecei a fazer o magistério em Santa Luzia.

Vim trabalhar em Pinhões, mesmo estudando ainda, trabalhei em Pinhões durante muito tempo. Fiquei em Pinhões mais de 10 anos, depois fui trabalhar em Macaúbas, no Convento de Macaúbas durante 3 anos. (Silêncio) Trabalhei 3 anos em Macaúbas, voltei novamente para Pinhões e aí fiquei trabalhando enfim vinte e cinco anos e oito meses. (Aparecida Rodrigues - 2020)

O mesmo aconteceu com Janete Dorcil (2019) que passou por todo o processo relatado pelas docentes anteriores, somado à necessidade de atender a demanda de formação em um curso de graduação. Com essa nova exigência em sua formação, Janete precisou se deslocar para Belo Horizonte, onde cursou Normal Superior, através do Veredas.

Depois eu já mocinha terminei a quarta série, mocinha nada, estava né de 11 para 12 anos, fui estudar na cidade é... foi um marco na minha vida porque até então os jovens aqui terminavam a quarta série e ficava só nisso. Era raro algum saírem daqui pra ir estudar lá no centro de Santa Luzia. Então a minha madrinha e tia, dindinha Lilia<sup>39</sup>, incentivou o meu pai a me deixar estudar. Conversou com ele e explicou e coisa e tal, porque na época aqui em Pinhões só tinha até a quarta série. Então eu fui pro centro de Santa Luzia pra poder fazer, completar os meus estudos. E... naquela época, isso como era raro(...)

Mas aí eu fui, estudei de quinta a oitava, é depois eu fiz, é como eu fui reprovada na quarta série meu pai não queria que eu continuasse estudando. Mas aí a minha madrinha, de novo a dindinha Lilia, interferiu e falou que não, que agora que eu já estava quase pra fazer o magistério que eu deveria

<sup>38</sup> Neto, era Claudionor Joaquim Neto, filho de Esther Azevedo que atuou como professor na escola do Engenho, bairro de Taquaraçu de Minas (cidade vizinha).

<sup>39</sup> Lilia é Maria Eleutéria Duarte Santos, que atuou como professora em Pinhões desde o início de sua carreira até se aposentar.

de continuar sim, que era repetir só um ano, que aí quando eu fizesse o magistério eu já estaria formada e como uma profissão. (silêncio) Foi muito difícil (silêncio), eu ia no mato buscar lenha, vendia para um senhor que tinha um bar do lado da minha casa, em frente né?, senhor Pereira e ele comprava as lenhas e com esse dinheiro eu pagava a passagem. Durante algum tempo eu consegui ajuda da prefeitura né, que eles davam bloquinho de passagem, aí conseguia. Depois a minha mãe conseguiu trabalhar numa fazenda ne, como cozinheira, faxineira, fazia o serviços gerais de casa, aí a dona da fazenda é, pediu que eu fosse trabalhar, ajudar minha mãe nos finais de semana, principalmente quando tinha visitas, e ela me dava o valor exato da passagem da semana. Então eu ia todo final de semana e já conseguia a passagem e aí ficou mais leve, mais tranquilo, que pelo menos a passagem eu tinha. E aí fui indo até formar. Terminei o magistério, quando eu formei o magistério eu já estava trabalhando na escola daqui de Pinhões, eu tinha só uma aula anoite, já tinha o colégio, era poucos anos que tinha sido incluído de quinta a oitava na escola local. Aí eu comecei a trabalhar com as aulas de moral e cívica né. E aí, dentro de pouco tempo também eu consegui fazer o concurso, fiquei concursada na escola, mas até aí, chegar aí... (Janete Dorcil - 2019)

Logo, percebemos que além das aspirações pessoais das professoras, tiveram exigências do enquadramento normativo educacional que mobilizaram as saídas do território quilombola demarcando o território urbano para a sua formação. O quadro a seguir elucida tais compreensões:

<b>Professora/ Idade atual</b>	<b>Ano de formação/Tipo de formação</b>	<b>Início da docência /Tipo Escola</b>	<b>Legislação exercício da docência</b>	<b>Caracterização da docência</b>
Terezinha Azevedo - <b>85 anos</b>	final década de 40 (4ª série)	1950 - Escola nas casas	DECRETO-LEI Nº 8.530, DE 2 DE JANEIRO DE 1946	Art. 2º O ensino normal será ministrado em dois ciclos. O primeiro dará o curso de regentes de ensino primário, em quatro anos, e o segundo, o curso de formação de professores primários, em três anos. Art. 6º O ensino normal manterá da seguinte forma ligação com as outras modalidades de ensino: 1. O curso de regentes de ensino estará articulado com o curso primário.
Esther Azevedo - <b>75 anos</b>	1975, 1978 (Supletivo, Magistério)	1962 - Escolas Combinadas/ Escola Municipal	LEI Nº 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961	Art. 53. A formação de docentes para o ensino primário far-se-á:  a) em escola normal de grau ginásial no mínimo de quatro séries anuais onde além das disciplinas obrigatórias do curso secundário ginásial será ministrada preparação pedagógica; b) em escola normal de grau colegial, de três séries anuais, no mínimo, em prosseguimento ao vetado grau ginásial.
Aparecida Rodrigues - <b>69 anos</b>	1978 (Magistério)	1977 - Escola Estadual	LEI Nº 5.692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971	Art. 29. A formação de professores e especialistas para o ensino de 1º e 2º graus será feita em níveis que se elevem progressivamente, ajustando-se às diferenças culturais de cada

				<p>região do País, e com orientação que atenda aos objetivos específicos de cada grau, às características das disciplinas, áreas de estudo ou atividades e às fases de desenvolvimento dos educandos.</p> <p>Art. 30. Exigir-se-á como formação mínima para o exercício do magistério:</p> <p>a) no ensino de 1º grau, da 1ª à 4ª séries, habilitação específica de 2º grau;</p> <p>b) no ensino de 1º grau, da 1ª à 8ª séries, habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada por licenciatura de 1º grau obtida em curso de curta duração;</p> <p>c) em todo o ensino de 1º e 2º graus, habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente a licenciatura plena.</p>
Janete Dorcil - <b>54 anos</b>	1984, 1999 (Magistério, Normal - Veredas)	1986 - Escola Estadual	LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996	Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (Redação dada pela lei nº 13.415, de 2017)

Quadro 2: O quadro elucida as exigências do enquadramento normativo educacional que mobilizaram a saída das professoras do território quilombola em busca de formação.

Fonte: Elaboração da pesquisadora

O quadro faz menção ao tempo em que a formação se encontra na estrutura da convenção do sistema educacional. Ao localizar o ano de formação das professoras é possível visualizar o enquadramento que organiza a escola.

A ausência da oferta de formação na comunidade foi o que acarretou a saída das professoras em busca da formação, e embora essas mulheres se aproximem pela docência, o que as une é o seu pertencimento ao território. É importante salientar que a “corrida de obstáculos” trazia para essas mulheres um mérito que não era comum às “normalistas”, moças brancas da elite que não tinham esses obstáculos (recurso financeiro, distâncias) a superar.



Com a instalação do Grupo Escolar a comunidade passou a conviver mais de perto com a institucionalização da educação no território. As professoras buscaram a escolarização como forma de garantir trabalho em Pinhões. Assim como as demais professoras, Janete Dorcil (2019) sempre trabalhou na escola de Pinhões e apesar de narrar, por vezes, as dificuldades, ela também apresentou em seus relatos sua profissão com orgulho e como forma de contribuir com a escolarização no quilombo.

Aparecida Rodrigues e Terezinha Azevedo, relataram a forma como as professoras da comunidade iniciavam sua carreira na escola.

Eu fui muito bem recebida, na época quem me recebeu foi a diretora, era Esther Azevedo, a irmã do Ivo meu esposo. E a gente trabalhava junto, durante muito tempo, depois ela saiu e foi ser professora e a gente continuou junto, né?

Depois o diretor foi Zé Maria, também muito bom, dona Cleud era, somos os professores. E depois eu fui pra aula numa escola aqui embaixo, que era o antigo posto, foi o antigo posto. Nós demos aula durante muito tempo porque aqui em cima era muito pequeno, né. A escola era muito pequena e tinha mais uma sala de aula. Inclusive eu até esqueci de citar, quando eu vim para cá para dar aula eu fui trabalhar no lugar de uma professora que estava fazendo, que ia fazer uma cirurgia. Ela foi fazer uma cirurgia sim eu trabalhei para ela durante quatro meses. É a professora Alaides<sup>40</sup> Azevedo. Ela foi fazer uma cirurgia na perna e aí foi a primeira época que eu trabalhei, daí fui trabalhando para um, para outro ... (Aparecida Rodrigues - 2020)

Percebemos no relato de Aparecida como começava a carreira das professoras, através da substituição. As professoras ingressavam na escola substituindo outra professora e depois assumiam seus cargos.

Era ali onde tinha um posto de saúde aqui ó, em frente aquele lugar onde Aláide comprou, sabe, naquele terreno ali. Você lembra onde era o posto ali, não lembra? Ali que foi a primeira, não tinha o grupo também não, depois é que arrumou o grupo e nós passamos pra lá. Mas a aula é lá, era cá em baixo. Dava, uma dava na parte da manhã, outra dava na parte da tarde, era assim. Cheguei também dar aula a noite pra esse povo que não sabia ler, que a maioria daqui não sabia ler, aí que eles chamavam até acho que de mobral<sup>41</sup>, acho que era mobral não sei. Dei aula também de noite uns dois anos mais ou menos. Para receber o dinheiro da gente era uma dificuldade, uma mixaria de dinheiro. (Terezinha Azevedo - 2019)

O conjunto de enunciados de Terezinha Azevedo (2019) nos mostra a proximidade da escola nas relações entre as professoras do quilombo. Uma professora

---

<sup>40</sup> Aláides Azevedo, é minha tia, irmã de Esther Azevedo e Terezinha Azevedo. Atuou como professor em Pinhões desde o início da carreira até se aposentar.

<sup>41</sup> Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, criado pela Lei n° 5.379, de 15 de dezembro de 1967.

dava aula de manhã e outra à tarde, em um espaço que foi cedido para as aulas, mas que ainda não era o Grupo Escolar. A escola inicialmente transita no território e entre as pessoas, faz parte do território e divide alguns espaços de convívio da comunidade. Enquanto percebemos no relato a “escolinha”, poucas professoras da comunidade atuando no quilombo e dedicando-se a alfabetização, identificamos também uma docência feita através da superação das dificuldades encontradas para ter acesso à educação.

A demonstração de revezamento nos horários de aula: “Dava, uma dava na parte da manhã, outra dava na parte da tarde, era assim”, e a necessidade de dar aulas à noite em razão de muitos moradores não saberem ler, dizem de uma proximidade com as pessoas e com o território. Outros aspectos do discurso, como o baixo salário, nos permitem notar que existia um compromisso em ensinar mesmo com as dificuldades. Por diversas vezes a professora nos revelou a saudade do tempo de escola, ter iniciado e findado sua atuação profissional na comunidade é narrado como memória de tempos difíceis, mas de um ciclo que foi findado.

Agora eu mesmo, filho meu trabalhou mais, o primeiro serviço deles foi aqui no grupo uai. Cida trabalhou não sei quantos anos aqui, dando aula, e aí aposentou também agora está trabalhando em Santa Luzia. Arlete trabalhou também até aposentar foi no grupo aqui. E as coisas que eu estou lembrando é o que eu estou te contando. Sua mãe também trabalhou aqui, não é? Na época que ela estava trabalhando e eu também ainda estava. (Terezinha Azevedo - 2019)

A carreira das professoras de Pinhões está entrelaçada com as gerações no território, como reforçou Janete Dorcil em se relato.

O meu trabalho, trabalhei a vida toda aqui na comunidade, então é gratificante a gente chegar num lugar, igual ontem foi pra mim uma surpresa, eu fui tirar um raio x de um dente e me deparei com um rapaz que foi o meu aluno, foi muito gratificante! (Janete Dorcil - 2019)

O quadro a seguir mostra a presença de professoras e funcionárias quilombolas na escola, desde sua inauguração até início dos anos 2000. Tais dados nos ajudaram a compreender a participação da comunidade nos cargos da escola.

<b>Funcionários da Escola que pertenciam a Pinhões</b>	
<b>Funcionária</b>	<b>Cargo</b>
Terezinha Azevedo	Professora

Alvina Carvalho	Professora
Tereza Carvalho	Cantineira
Esther Azevedo	Professora
Doralice Diniz	Cantineira
Maristela Diniz	Professora
Maria Imaculada Medeiros Pereira	Cantineira
Eliete Soares Azevedo	Cantineira
Aláides Azevedo	Professora
Maria Aparecida Rodrigues Azevedo	Professora
Maria das Graças Pereira	Professora
Ana Nery Apolinário	Professora
Maria Aparecida Pereira	Professora
Arlete Pereira	Cantineira
Eliete Carvalho	Cantineira
Janete Dorcil	Professora
Maria Euleutéria Duarte Santos	Professora
Luíza Secundina Duarte	Cantineira
Selma Crivaro Moreira	Professora
Nilma Aparecida Azevedo Oliveira	Professora
Nívea Lúcia Azevedo	Professora
Zuleika Crivaro Moreira	Professora
Silvana Crivaro Moreira	Professora
Valquíria Margareth Soares Santos	Secretária
Léia Maria de Sousa	Cantineira
Luci Marcelina Duarte	Cantineira
Oswaldo Paulo Pereira	Professor
Geralda Aparecida dos Santos	Professora
Maria Aparecida dos Santos	Professora
Julianete de Carvalho	Professora
Sonia Aparecida Araújo	Professora
Márcio Diniz	Professor

Quadro 3: As professoras de Pinhões que lecionavam na escola do território.

Em azul, as professoras entrevistadas.

Fonte: Elaboração da pesquisadora, com suporte de  
Esther Azevedo e Janete Dorcil.

Não faremos, no entanto, uma análise no que tange à docência quilombola na escola de Pinhões, embora saibamos da importância de que algum estudo o faça. Nosso intuito foi demonstrar a forma significativa como as mulheres de Pinhões também se ocuparam da educação, dos fazeres destas mulheres e de sua inevitável relação com o ato de educar e, conseqüentemente, sua presença expressiva na educação escolar.

#### 4.4. A escola de Pinhões, nos dias atuais



Imagem 19: Escola Estadual Padre João de Santo Antônio

Fonte: Paola Barbosa

A busca constante de caminhos para construir indicadores que possibilitem, de forma real, tratar a história e a cultura das comunidades quilombolas, seus saberes, seus modos de viver, de ver e se organizar de maneira respeitosa deve ser vista não como uma coisa à parte, e sim, como um (re)pensar e (re)organizar a educação brasileira. (SILVA, 2012, p. 69)

Se antes o quilombo era visto como algo pejorativo, ou ruim, pode acompanhar durante a pesquisa algumas atividades realizadas na escola da comunidade que desconstroem esta percepção. A escola se tornou reconhecida pelo estado como escola quilombola em 2008. Segundo Valquíria Soares, secretária da instituição, ela recebeu um telefonema da Secretaria Estadual de Educação orientando-a a marcar no Censo Escolar<sup>42</sup> a opção Escola Quilombola. Ou seja, o poder público identificou a escola como quilombola mesmo antes da comunidade reclamar essa certificação.

<sup>42</sup> O Censo Escolar é coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação. Trata-se do mais importante instrumento de coleta de informações da educação básica para a produção de estatística educacional brasileira e de indicadores que permitam monitorar o desenvolvimento da política de educação nacional.

A adequação do calendário escolar ao calendário cultural e festivo de Pinhões, assim como a inserção de alimentos que são cultivados e consumidos habitualmente no quilombo à merenda escolar são alguns dos exemplos do que mudou na escola a partir deste reconhecimento. Desde então, e mais fortemente após a certificação de autoatribuição da comunidade em março de 2017, a escola trabalha com os estudantes na perspectiva da educação das relações étnico raciais. Uma evidência é o convite às pessoas da comunidade a passarem seus conhecimentos sobre as histórias, surgimento e práticas de Pinhões aos seus alunos. Desde 2016 venho acompanhando de perto o trabalho realizado pela instituição e participo ativamente das atividades e eventos realizados pela escola e que são abertos a toda a comunidade.

O conteúdo da educação escolar passou a se constituir também da história, hábitos, práticas do quilombo, aproximando escola e território. Deste modo, a atuação das pessoas da comunidade, das práticas, cultura e história da comunidade enunciada pelos quilombolas de Pinhões no ambiente escolar, atendem a “demanda pelo poder de narrar a própria história, ecoam contradiscursos que redimensionam a função da educação escolar instando-a a interromper o fluxo da narrativa colonial” (CONTENDO e MIRANDA, 2018). Essa estratégia contribui para a diminuição das reverberações da narrativa colonial e de seus efeitos na comunidade, que passa a dominar e compreender seu pertencimento.

Através do conhecimento mediado pelo espaço escolar existe maior possibilidade de os estudantes assumirem um posicionamento crítico com relação as várias realidades enfrentadas pelas populações subalternizada pelo processo de exploração e escravização dos nossos antepassados que reverberam nas desigualdades sociais que ainda assolam as comunidades negras brasileiras.

O posicionamento de estudantes com relação ao racismo pôde ser percebido em um vídeo produzido por eles e apresentado na escola, no qual tornam público o racismo enfrentado cotidianamente e os enfrentamentos feitos com a sociedade para que possam assumir seu pertencimento racial, seus cabelos crespos e seus corpos.

---

Mais informações sobre o Censo Escolar podem ser conferidas em [www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br) A declaração de designação de escola quilombola no censo escolar resulta no acesso à recursos específicos para essa modalidade de educação. Entretanto, sinalizamos que esse desenho de política educacional segue instável, nebuloso e em retrocesso a partir do golpe de Estado que depôs a presidenta legitimamente eleita, Dilma Roussef. Até o momento de fechamento dessa dissertação não podemos afirmar que a modalidade de educação quilombola terá garantia de recurso específico.

Se realmente queremos criar uma atmosfera cultural em que os preconceitos possam ser questionados e modificados, todos os atos de cruzar fronteiras devem ser vistos como válidos e legítimos. Isto não significa que não sejam sujeitos a críticas ou questionamentos críticos ou que não haja muitas ocasiões em que a entrada dos poderosos nos territórios dos imponentes servem para perpetuar as estruturas existentes. Esse risco, em última análise, é menos ameaçador que eu a pego o apoio contínuo aos sistemas de dominação existentes particularmente na medida em que afeta o ensino, como ensinamos e o que ensinamos. (bell hooks, 2017, p. 175)

O questionamento das estruturas racistas da sociedade pôde ser percebido no vídeo<sup>43</sup> produzido por Núbia Elen da Conceição, Maria Paula Gonçalves, Alexandre Apolinário e Joice Carvalho Barbosa. Com apoio da escola no sentido de fomentar as discussões sobre o racismo e a estrutura social que envolvem as relações de poder que resultam nas desigualdades, merecem nossa atenção. A atuação da escola é fundamental para contribuir com o posicionamento destes e de outros jovens do quilombo.

Os hábitos da comunidade vêm sendo estudados junto ao currículo escolar, segundo a diretora Paola Catharine,

“Esse olhar diferenciado para a escola quilombola veio com a professora Macaé<sup>44</sup>. Quando ela entrou na Secretaria de Educação, podemos participar de cursos específicos, nos quais levamos professores, supervisor e até auxiliares. Foi muito bom, porque trocamos experiências e percebemos, inclusive, que fazíamos muita coisa errada. Passamos a trabalhar o tema o ano inteiro, e não só no Dia da Consciência Negra. Hoje os alunos já têm esse sentimento de pertencimento, de se entenderem como quilombolas” (Disponível no Facebook da escola – 29/09/2020)

Desse modo, a compreensão das práticas que envolvem o manuseio do barro, a proximidade com os mais velhos e detentores de conhecimentos acontecem ao longo do ano, como notamos nas imagens da Festa Junina, que aconteceu no dia 25 de julho de 2018.

---

<sup>43</sup> Fonte: [https://youtu.be/x\\_pzpM4EY7M](https://youtu.be/x_pzpM4EY7M), publicado 06 de junho de 2018, com acesso em 18 de junho de 2020, e Facebook PAJOSA EDUC, publicado 13 de junho de 2018, acesso na mesma data.

<sup>44</sup> Macaé Evaristo, mulher negra e militante, foi secretária de educação do Estado de Minas Gerais, assumindo uma postura engajada junto às lutas das comunidades quilombolas em favor da Educação Escolar Quilombola.



Imagem 20: Senhor Geraldo Teles,  
em bandeiras de festa junina da escola.

Fonte: Facebook PAJOSA.

Outros exemplos do trabalho que vêm sendo desenvolvido na escola podem ser identificados no Facebook da escola “PAJOSA EDUC”, desde 2015 com a criação da página na internet, o trabalho que vem sendo realizado junto aos alunos da escola quilombola. Podemos observar que as práticas sociais das mulheres do quilombo, também comparecem em vários trabalhos realizados na escola. Uma visita dos estudantes na casa de Dona Cecília (costureira e benzedeira), assim como apresentações que demonstraram às crianças e jovens a importância das mulheres em Pinhões, são exemplos da aproximação do território com a prática docente. Outro exemplo, ocorrido em julho de 2017, fui convidada a apresentar para os alunos artigo que publiquei falando sobre nosso quilombo. Nesse encontro, como outros posteriores comigo e outras pessoas da comunidade, possibilitaram trocas de conhecimento e aproximação da escola com as narrativas sobre o quilombo.

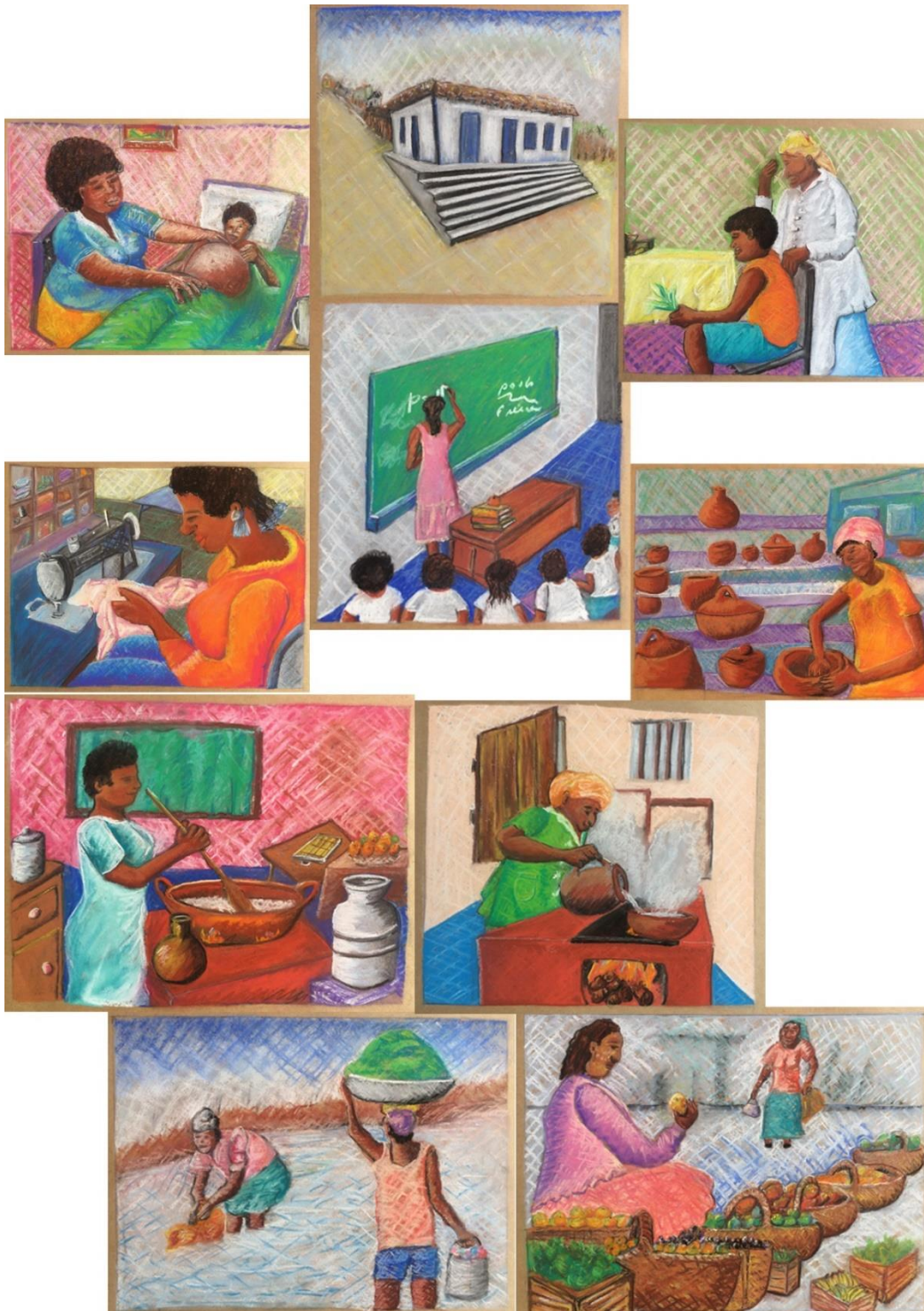




Imagem 21: Apresentação da publicação  
'Um passeio por Pinhões Quilombola'  
Acervo da pesquisadora, julho 2017.

Embora não seja o foco deste estudo aprofundamentos acerca da Educação Escolar Quilombola, se faz relevante uma introdução às questões que a cercam no quilombo de Pinhões. Uma vez que as mulheres quilombolas da comunidade estão implicadas diretamente na implementação da política, sendo uma questão importante para possíveis abordagens futuras. Encerramos este capítulo com fortes indicações da agência e presença das professoras quilombolas de Pinhões desde o surgimento da escola na comunidade, no início dos anos de 1900, apresentando um breve panorama temporal da presença da educação antes do espaço escolar institucionalizado e durante a implementação da escola na comunidade. A relação das práticas sociais existentes em Pinhões com a educação no território e no ambiente escolar, mesmo diante do desafio de que os livros e registros 'oficiais' de história não conseguem abarcar a riqueza das memórias que comparecem através das práticas, dos cantos, das festas e das vivências cotidianas que foram silenciadas.

## 5. CONCLUSÃO: MEMÓRIAS QUE IMPULSIONAM A EXISTÊNCIA INVENTIVA



A terra é o útero onde toda a sustentabilidade, a tradição e a memória de um povo são geradas. (CORREA XAKRIABÁ, 2018, p. 132)

Assentimos com Correa (2018, p.38) ao afirmar que “a memória é o que tenho de mais potente para guardar esses ensinamentos transmitidos pela oralidade”. Portanto, a pergunta geradora deste estudo buscou acessar memórias que nos permitissem compreender a enunciação de outras narrativas sobre a origem do quilombo de Pinhões. E logo, vislumbramos linhas de descontinuidade das narrativas já existentes. Ao acessar outras memórias e produzir diferentes narrativas trabalhamos com a possibilidade de:

Falar das experiências destas comunidades *desde dentro*, porque a grande maioria de materiais escritos sobre elas haviam sido elaborados por outros, *desde fora*. Em geral há poucos materiais e essa ausência de produção intelectual contribui à ideia de que essas comunidades, ainda que às vezes grandes, são menores do que são de que tem pouca importância. (WALKER, 2018, p. 24)

Com a percepção de que outras narrativas poderiam comparecer para a compreensão das várias raízes que compõem a tessitura social da comunidade, nos apropriamos do conceito de diáspora africana que quer dizer: “‘semear através’, faz alusão ao processo pelo qual estes africanos, brutalmente desenraizados de tudo o que conheciam, fincaram novas raízes, produzindo novos frutos nas terras onde se encontraram” (WALKER, 2018, p. 15), sendo este um aporte analítico que permitiu a compreensão das práticas e sua conexão com o território. Essa conexão possibilitou que memórias emergissem para produzir a narrativa de uma existência inventiva.

### **5.1 Os silêncios e a memória traumática (frutos da violência colonial?)**

Sofri muito por ser negra, passei por situações que, hoje que eu entendo que foi preconceito, por eu ser negra. Então a minha comunidade ter o título de quilombola, para mim, até então não fez nenhuma diferença. Eu, minha família são negros lindos, maravilhosos. Eu tenho orgulho deles, então eu amo a minha comunidade e eu amo tudo que há nela, né. (JANETE DORCIL- 2019)

Não poderíamos encerrar este estudo sem dizer dos silêncios que atravessaram as entrevistas. Muitos foram os momentos de emoção e de narrativas interrompidas por grandes silêncios. Os silêncios compareceram nas memórias das vivências de infância, apareceram para reafirmarem as perdas e também algumas conquistas. Os silêncios nos desvelam o que pode ou não ser pronunciado, mas também nos permite compreender o que silencia, o que traumatiza e quais as memórias não são agradáveis de serem acessadas. Foucault nos ajuda a compreender que,

Não se deve fazer a divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discrição é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os discursos. (FOUCAULT, 2014, p.31-32)

Logo, os silêncios anunciam os discursos indizíveis acerca das memórias das mulheres da Comunidade Quilombola de Pinhões. As afirmações daquilo que não se gosta de lembrar, as lágrimas e as demoradas pausas durante as narrativas foram um desafio nesta pesquisa. Desafio que nos convidou a uma reflexão sobre quais narrativas poderiam ou não comparecer no texto. Do mesmo modo que a transparência nos leva a elucidar os traumas acessados por determinadas memórias, a ética, por vezes, nos faz ocultar aquilo que não seria enunciado às pessoas que não pertencem ao território quilombola pesquisado. E talvez este seja um diferencial de uma pesquisa desenvolvida por alguém que pertence a comunidade pesquisada, sabendo o que se pronuncia e o que se guarda, para trazer dignidade.

O posicionamento de Luzia<sup>45</sup> Apolinário Diniz, nos elucidava esta compreensão, ao negar a concessão da entrevista. Quando procurada ela afirmou que,

Achava que a pesquisa era muito importante e que ter alguém de Pinhões escrevendo sobre a nossa história era fundamental para que as crianças e jovens tivessem a oportunidade de conhecer as coisas que aconteciam e acontecem aqui. Porém, ela sabia que após a publicação da entrevista existia a possibilidade de ser procurada por outros pesquisadores ‘de fora’, que não estaria disposta a falar com alguém além de mim, logo, não aceitaria participar da pesquisa. Segundo Luzia, em sua história tinha muita pobreza e sofrimento, e tem coisas que ela não gostaria de lembrar. (Registro do diário de campo - 2019)

Esta mesma sinalização daquilo que não se gosta de lembrar ou que se prefere esquecer, é percebida na fala de Rosângela Diniz (2019) quando relata as dificuldades, a falta de acesso à água, tendo que buscar lenha para acender o fogo do fogão, em sua casa.

---

<sup>45</sup> Luzia, filha de Dona Elza que era balaieira, cozinheira e foi lavadeira, começou ainda jovem a cozinhar para os casamentos e festas religiosas de Pinhões, acompanhava sua mãe desde muito nova ao Rio Vermelho para ajudar a lavar roupas. Irmã mais velha, entre as mulheres, Luzia ajudou na criação de seus nove irmãos. O convite para nos conceder entrevista foi realizado no dia 08 de maio de 2019 e infelizmente, Luzia lutava contra um câncer, e faleceu no dia 14 de agosto de 2020.

Eu não gosto de lembrar desses trem não, porque foi muito sofrido. Eu não gosto de fogão de lenha porque tinha que buscar lenha, tinha que buscar água na biquinha e você buscava e tinha aquele tanto de gente para tomar banho, (...)que os meninos mais velhos já estavam trabalhando e tudo. Sabe, portanto, mãe morria de rir, disse ela que eu tinha de sete para oito anos e eu falei assim, eu já lavava roupa para os outros, o que teve um dia que eu falei assim um dia eu vou crescer e o Divino Espírito Santo vai me ajudar que eu vou arrumar um serviço e vou fazer três coisas aqui em casa, eu vou sustentar aqui em casa de três coisas : a primeira coisa que eu vou fazer é comprar uma cama com um colchão bom, porque dormia no beliche e o estrado do beliche era reto assim, aí no você vira e levantar o corpo ele caía , mãe do outro quarto, não era essa a casa, do outro quarto ela falava assim, pode levantar. E até hoje eu não sei acender fogo direito não, com um tempo desse chovendo e acender fogo com palha de milho sabe, mas que antipatia que me dava daquilo, e eu falava assim vou sustentar aqui em casa de gás e carne, eu adorava carne, agora eu nem gosto de carne mais. Pois você pode chegar aqui em casa são quatro botijões, os quatro estão cheios, troquei um domingo e não encheu ainda porque Eugênio não levou ele para encher, tá tudo cheio graças a Deus, a geladeira tem tudo de carne que você quiser, e a minha cama , pode ser feia, mas boa.

(...)é, e o fogão, e falei assim, eu não me importo, o dia em que eu estava fazendo doce, e eu vou voltar, se Deus quiser né. Está chovendo desse jeito assim, eu fui lá e comprei um fogão industrial de alta pressão e faço o doce no gás. Dindinha do Carmo falou assim Rosângela, o dindinha do Carmo eu não estou por conta não, eu coloco aqui dentro aqui, o fogão aqui dentro, que eu arrasto que chego aí um pouco para fora, o ruim dele é só que a tendência do leite é só subir e ele é muito apertado porque no de lenha você controla a partir do momento que esquentou o fogão, você não tem ali né , e eu falei assim, eu não, eu vou morrer e tudo vai ficar aí, eu já sofri demais, Débora quando mãe (inaudível)

Estava todo mundo Nem, Granpinto, e Eugênio trabalhando, e aí você tinha que buscar água na Bica chovia desse jeito e a água tava meio escura, você tinha que buscar encher os buião todo, e era buião não tinha lata, e o fogo tinha que ficar aceso vinte e quatro horas. Cozinhava o feijão, as panelas todas eram de barro, e a água que esquentava também para tomar banho, era o buião de barro, que dava uma estiada assim, que mãe falava assim ‘pode ir lá no fundo do quintal tirar a corda, que nós vamos buscar uma lenha ali’, gente, eu ficava p\*\*\* de ódio. Sabe um tempo assim, vontade de, não tinha televisão e nem nada, mas vontade de dormir, você levantava muito cedo né e queria deitar, ‘não, nós vamos ali em cima buscar uns garranchos, o Rio está cheio e nós vamos ‘ e eu falei pois eu vou, se Deus quiser, então eu não gosto nem de, ir buscar água também na hora que dava uma estiadinha assim , você tinha que ir buscar água que teve aí e a água...

Quando estava chovendo assim, você lavava a roupa em casa, buscava água na cabeça, lavava a roupa na bacia, voltava e pegava água na chuva para enxaguar a roupa para tirar os sabão todo ele ia buscar água lá na biquinha para enxaguar a roupa e colocar, não tinha uma varanda para estender e aquele tanto de roupa dos outros, fogão de lenha que eu tenho a impressão que a roupa e a fedendo a fumaça, é, uma coisa que eu não peguei foi o ferro de brasa, sabe, graças a Deus esse aí eu não peguei, mas no mais???

Nem, isso não é vida não, portanto ainda ontem eu estava falando com Sarinha aqui, toda vez que Roseli falava eu vou fazer um fogão de lenha, eu vou pedir Granpinto para fazer um fogão de lenha, eu falava assim, pode fazer, eu não vou nem comprar lenha e nem cozinhar nele porque usava depois aquelas panelas de ferro mesmo, sabe, aquelas panelas de ferro mesmo minha filha o que que acontecia, você tinha que ariar ela ariadinha. Não tinha bombril, fazia esse sabão feito em casa e ele não espumava, eu não gosto desse sabão também, o que a gente estava falando? fugiu da minha cabeça, eu já estou meio doida,

(você começou falando que Roseli queria fazer um fogão de lenha)

é que eu falei com ela você vai cozinhar aí sozinha que eu não estou por conta não , o que você vai pegar uma toalha para você tomar banho quando você faz aqui assim (leva as mãos ao rosto) ela tá fedendo a fumaça e tudo, eu não quero não, mãe lavava não sei como , lavava esse roupeiro todos os outros , chovia a semana inteira, a gente ainda dava, e eu menina ainda , dava conta da roupa seca a gente ajudava a lavar , mãe passava, Nem passava, que levava embora e no sábado trazia outra. Eu com dez anos, eu já lavava dois ou três sacos de roupa para mãe, e não era com interesse de ganhar dinheiro, de receber, não era nada não, sabe? (Rosângela Diniz - 2019)

Terezinha Azevedo (2019) quando afirma que apesar de ter saudade do tempo em que lecionava na escola, eram coisas das quais ela não gosta de lembrar. Neste relato é possível notarmos a precarização do trabalho das professoras, a baixa remuneração e a necessidade de trabalhar para criar seus filhos.

Para receber o dinheiro da gente era uma dificuldade, uma mixaria de dinheiro. Mixaria, um dinheiro pouco, mas que servia pra gente criar os filhos. E serviu pra qualquer coisa. E eu tenho saudade também desse tempo. Nossa, é tanta coisa pra falar com você, que eu nem gosto de lembrar. Tanta coisa boa, que me dá saudade daquilo. Não gosto nem de ficar falando muito disso não. Mas é tudo que eu posso falar é isso. (silêncio, e olhos cheios de lágrimas) Trabalhei bastante viu! (Terezinha Azevedo - 2019)

No fim de seu relato, as boas memórias comparecem, quando ela afirma que tem “tanta coisa boa”. Percebemos, ao analisar este trecho, que as boas lembranças chegam a comparecer junto as tristezas para se contrapor às dificuldades e restrições.

O silêncio também comparece nas narrativas de morte. Cecília Carvalho (2019), nos relatou o falecimento de sua mãe que “morreu de parto”.

No dia em que minha mãe trepou para cima da cama para ganhar o neném, ela ganhou dois nenéns. Naquela época não existia médico, era muito difícil, e os meninos estavam mortos na barriga dela. (longo silêncio) O (inaudível) pegou ela, com a dor toda e sem anestesia, tirou um, e o outro ficou. Ela fez, no dia em que ela subiu para a cama, para ganhar o neném, ela fez uma camisa branca de manga comprida, porque ela costurava muito bem. (Cecília Carvalho - 2019)

Neste trecho, o silêncio se apresentou durante a dor, o sofrimento de perder a mãe durante a realização do parto gemelar. Na sequência, compareceu a qualidade de costurar bem, a boa lembrança que conforta, que consola e que, de certa maneira, encerra o assunto, pronunciando uma nova possibilidade de continuarmos a nossa entrevista. Nesta memória encontramos a “angústia existencial de um corpo vulnerabilizado’ (MARTINS, 2006). Esta vulnerabilidade se expressou no relato de Terezinha Azevedo (2019), com a doença de seu filho.



Dez, vivos graças a Deus eu tenho dez, fora quatro que eu perdi. Dois já grandinhos com um ano e pouco, uma das meninas nasceu quando foi três dias morreu e foi por aí, os dez estão aí graças a Deus.

Ah é! Você se lembra de Tina, Tina minha irmã? Você não conheceu não né? Ela teve uma doença na perna, que também coitada, chamava osseomelite, passou um tempo e Chiquinho nasceu e teve desse mesmo que negócio, mas Chiquinho, graças a Deus, ele ficou internado na baleia, mais de mês, internado lá, no coisa, na Baleia. E eu ia com ele a pé minha filha, levando ele pra pegar a condução em Santa Luzia, que não tinha, daqui pra lá, não tinha. Ia a pé com ele carregando, punha no chão descansando e tornava a pegar outra vez, carregava, até chegar. Voltava já de noite, às vezes, de lá. Ele era pequeno para caminhar era grande para mim carregar, foi naquela época assim, de coisa, mas aí Deus ajudou. Joaquim Germano arrumou esse lugar lá na baleia e ele ficou internado lá mas, e sempre indo pra visitar ele toda semana. Era tão difícil as coisas que, sabe o que eu levava para ele que eu sabia que ele gostava muito? Milho cozido e goiaba, era o que eu levava, mas também não tinha outra coisa para levar não, era isso mesmo que eu tinha que levar, uns trem bobo que a gente não tinha. Pelejando com dificuldade e ele tinha também que comer só coisa assim forte, então quem me dava as coisas para dar ele é Joaquim Germano. Você conheceu ele? [NÃO] Ele era de Lia, o quê que ele era de Lia? Acho que é tio. Lia de, Lia, Lia nossa. Eu falo é Lia nossa porque aquela criatura é a mesma coisa de minha irmã, nó o eu que gostava dela. (silêncio) Então ele me dava, mandava as coisas para mim dar Chiquinho, é maçã, essas coisas que precisava de comer de forte, carne de boi, é, essas coisas tudo ele mandava pra mim dar ele. (Terezinha Azevedo - 2019)

O relato de Terezinha Azevedo mostra o quanto lutar pela sobrevivência era a única possibilidade de vida diante de todas as restrições impostas pela ausência de recursos de saúde e transporte. A ausência do Estado reverbera no protagonismo das mulheres, nas comunidades precárias, implica nas lógicas de constituição de subsistência, com as mulheres como esteio das relações sociais. A solidariedade e o apoio de pessoas da comunidade também ficam evidenciados nesta passagem, em que se consegue suporte para acesso ao hospital, à alimentação através de contatos com conhecidos e amigos da comunidade. Um suporte às dificuldades que se fazia possível através de um apoio coletivo.

O relato de Teresa Carvalho nos elucida lembranças que resultam em silêncios que encobrem as restrições causadas pela saúde de Dona Bárbara, sua mãe. Mais uma vez, a exaltação da qualidade comparece para contrapor com a dor e tristeza. A mãe de Teresa, Bárbara<sup>46</sup> Carvalho havia sofrido AVC, e estava com alguns movimentos limitados na época da realização da entrevista, Teresa afirmou que:

---

<sup>46</sup> Dona Bárbara fazia doces, lavou roupa no rio, era benzedeira e compartilhou seus saberes de benção com sua filha Teresa. Infelizmente, faleceu em decorrência de um AVC, no dia 15 agosto de 2020.

Mamãe sempre foi muito prendada, aí sabe, eu falei: Mãe vem me ajudar a enrolar. Coitada, ela não consegue mais não (Teresa se emociona), fiquei morrendo de dó, ela falou assim: Ah não dou conta mais não. E eu disse: Dá... faz mais uns dois biscoitinhos. Aí ela fez uns três biscoitinhos e pronto. (longo silêncio) (Teresa Carvalho - 2019)

Em uma outra passagem, a emoção e o silêncio também aparecem no relato de Teresa.

Eu via as meninas, chegava Natal, elas ganhavam boneca, mamãe não podia me dar boneca, nossa! (se emociona, silêncio ) Eu chorava que eu queria uma boneca , aí eu não esqueço, sabe, mamãe e Neide (Neide era sua irmã mais velha já falecida ), elas fizeram uma boneca de pano e me deram, me deu a boneca de pano, mas aquela boneca de pano para mim, não era a boneca que eu queria. (Teresa Carvalho- 2019)

A falta de acesso, as tristezas, a perda e a morte se apresentam nos relatos através dos silêncios, dos vazios que atravessam as narrativas, assim como, em alguns momentos o encerramento de assuntos sem que estes estivessem concluídos, ou sequer, a frase finalizada. Deste modo, nos aproximamos da compreensão de Martins (2019), de “como as memórias são sempre profundamente individuais. Trata se de experiências recapituladas de uma plethora de afetos e traumas que pertencem à singularidade de cada percurso biográfico”.

A memória pós-abissal, defendo, é aquela que identifica a memória abissal enquanto um segundo fôlego da violência colonial. Uma memória pós abissal da violência terá que ser capaz de conter as vastas latitudes da experiência moderna, os vastos seus, carregando corpos e violências, mortos e sobreviventes, reconhecendo, como promessa de novos saberes, o tempo testemunhado por aqueles que melhor conheceram os escombros da modernidade. (MARTINS, 2019, p. 168)

É sabido que a memória traumática não se refere aos traumas do cotidiano, mas a eventos que marcaram a vida e a história posterior de um povo ou um coletivo, o trauma que faz uma inscrição estrutural. Ousamos também falar em memória traumática, compreendendo a escravidão e sua inscrição na estrutura da sociedade brasileira, em cada canto e em cada quilombo. Esse é o fenômeno que imprime um trauma que pode ser identificado nas coisas não ditas e nos sofrimentos correlatos – o trabalho explorado, o sofrimento pela ausência de acesso e exclusão. Nos atentamos aqui a tudo o que vem com a carga que o escravismo deixou como estrutura. O racismo é estruturante porque é um trauma que estrutura os sujeitos, e que se manifesta de diferentes formas. Neste caso, o trauma que estrutura não é um evento datado, é um



acontecimento que tem um tempo histórico mais longo. Logo, os traumas que o racismo produz também atravessam gerações que rememoram as lembranças dos “escravos”. Assim, o trauma aqui é a escravidão e todos os sofrimentos que vão remeter ao racismo estrutural que emerge do passado escravo e que, inclusive, comparece na recusa ou dilema em aderir à identidade quilombola. Dessa maneira que a memória traumática passa à memória ativa deste povo.

## 5.2 Da arqueologia das ausências à memória pós-abissal

Um dia, ela já sabia qual seria sua ferramenta, a escrita. Um dia, ela haveria de narrar, de fazer soar, de saltar as vozes, os muros, os silêncios, o grito abafado que existia, que era de cada um e de todos. Maria-Nova um dia escreveria a fala de seu povo. (EVARISTO, 2017, p.177)

Os relatos que compareceram na pesquisa nos aproximaram do conceito de memória conforme a formulação de Correia (2018, p138), “como uma potência do conhecimento territorializado”, pois acessamos:

Memórias antigas que narraram o quilombo, através das infâncias, da convivência com os outros e das vivências em comunidade através das festas, das comidas, das brincadeiras, etc;

Memórias das práticas e daquilo que foi aprendido com os mais velhos. Como o trabalho, os saberes, o cuidado dos outros ou “dos nossos”, como a benção, a alimentação, os partos. Através dos conhecimentos do território e daquilo que permite acessar como: os rios, as ervas e as memórias que não merecem ser lembradas ou acessadas, como as restrições, as dificuldades, a falta de acessos.

Com tais constatações assentimos com Correa (2018) ao indicar que a memória se compreende em dois tipos:

A **memória nativa** seria aquela memória que guardamos dos nossos pais, avós, bisavós, são as memórias mais antigas e que trazemos ancestralmente. Já a **memória ativa** consiste também naquelas memórias que reativamos em matrizes do passado, mas que estão presentes e ativas ainda hoje, sendo dinâmicas e marcadas pelos processos de resignificação que definirão a nossa relação com esta memórias do corpo-território no futuro daqueles que ainda virão. (CORREA, 2018, p. 176, grifos da autora)

A análise dos dados demonstrou o significativo papel da memória na emergência das narrativas das mulheres de Pinhões. Foi observado que ser de Pinhões,

significa acessar as memórias ativas e nativas (CORREA, 2018), fazendo emergir fatos e acontecimentos apagados ou silenciados ao longo do tempo. O acesso às narrativas do que é ser de Pinhões nos demonstraram forte ligação com o território e tudo o que nele existe.

A percepção das ausências é o que nos leva a compreender que as narrativas fazem emergir memórias através das várias camadas de experiências que se sobrepõem construindo uma outra “história” possível, em que comparecem as narrativas de existência. Uma memória que se contrapõe às histórias que foram construídas a partir dos arquivos oficiais que narram os quilombos.

Reconhecemos que nossos conhecimentos estão consideravelmente abarcados em nossas memórias e práticas respondendo às ausências na história que foram duplamente apagadas, isto é, pelos processos de genocídio e epistemicídio que envolvem a população quilombola e indígena no Brasil. Também apagadas pela historiografia que apresenta o registro oficial da história apenas a narrativa dos colonizadores.

Portanto, quando pensamos na arqueologia das ausências, acionamos nossa capacidade de reconhecer que as memórias válidas não são apenas aquelas que estão no arquivo colonial, mas também aquelas que existem na artesanaria das práticas sociais, no modo como se faz roupas, no modo como se cozinha, em como elas permanecem nos rituais religiosos, nas práticas e inventam as possibilidades de ser, de ser de Pinhões e de ser quilombola.

O acesso às narrativas que ainda não haviam sido pronunciadas nos permitiu acessar memórias que expressam modos de viver, de fazer e de reinventar formas possíveis de existência. Deste modo, através de uma ‘escavação’ das memórias, acessamos narrativas que nos endereçam compreensões daquilo que ainda não havia sido dito ou registrado, mas que fazem parte da existência deste povo.

Fizemos o exercício de não procurar rastros explicativos, mas sim de desdobrar um conjunto de elementos que emergiram de uma interpelação – feita neste estudo e que também foi impulsionada de fora – sobre a experiência de ser do quilombo, a partir das práticas sociais que não eram consideradas quando a tradição era referida. As práticas foram desdobradas (as costureiras e professoras são parte desse desdobramento), reagrupadas, relacionadas e reunidas segundo níveis de pertinência que encontramos nos relatos, estabelecendo outras narrativas sobre o quilombo. Arriscamos dizer que a

memória pós-abissal funcionou não somente como acesso ao passado, mas como memória ativa.

Essa memória pós-abissal fez emergir, em Pinhões, potências das comunidades, da população negra que foi escravizada, antes silenciada e apagada de registros oficiais e, que surge, com as interpelações, a partir da memória de existência de um povo.

Com tais apontamentos, esperamos ter contribuído para o campo da educação, compreendendo que os processos cotidianos de aprendizado e as relações das pessoas com o território é educativo, pois mudamos e nos reeducamos nele, como podemos perceber com a transmissão de saberes através da oralidade e das linhas de continuidade que se estabelecem nas práticas das mulheres quilombolas de Pinhões.

Pinhões é um lugar pequeno, composto por uma rua principal e algumas pequenas ruas que a atravessam, talvez por isso seja difícil imaginar a dimensão de tanta riqueza presente neste espaço. Apenas a aproximação com o território possibilita perceber a complexidade. Nos deparamos com tantas coisas... tanta vida, relação, passado, presente, e riquezas que é difícil dimensionar como isso tudo cabe naquele espaço. Isso nos faz perceber que, por vezes, a totalidade de um quilombo não cabe na legislação, tampouco nos aparatos jurídicos. Possivelmente a dissertação também não conseguiu abarcar toda a complexidade do território, mas trouxemos nos capítulos desenvolvidos, um recorte daquilo que conseguimos observar.

O ser de Pinhões nos revelou várias memórias e nos trouxeram a narrativa de união em torno do trabalho, da organização em comunidade para a realização das festas, e a construção de elos de pertencimento que vão além das ditas práticas sociais, são elos de parentesco, vizinhança, práticas de solidariedade, e sobretudo, formas de sobrevivência encontradas por essas mulheres que possibilitaram a vida em comunidade.

O acesso às narrativas das mulheres quilombolas de Pinhões, nos demonstraram como essa comunidade produziu uma existência inventiva, com a superação das dificuldades e dos processos de luta, para tal foi necessária uma forma de recriação da vida.

## 6. BIBLIOGRAFIA

ANZALDÚA, Gloria. Borderlands. **La Frontera: The New Mestiza**. San Francisco: Spinsters/Aunt Lute Books, 1999[1987].

ARAÚJO, E. F. A. **Agostinha Cabocla: por três léguas em quadra\_ A temática quilombola na perspectiva global-local**. 2008. 2017f. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas) Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2008.

ARROYO, Miguel Gonzales. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BARBOSA, Paulo Corrêa. **Minas dos Quilombos**. Brasília: MEC/SECAD, 2008.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2013.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto n.4887**, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 69 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 de Novembro de 2003a.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federal do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988. Imprensa Oficial, Brasília D.F., 1988.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 16, de 20 de novembro de 2012. Brasília.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018b.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018a.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo: Crítica da violência ética**. Tradução: Rogério Bertoni. - 1º ed.; 3 reimpressão - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

CAPES: <http://bancodeteses.capes.gov.br>, acesso em Agosto de 2017.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo 2005. 399p.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade e desigualdade no Brasil,** 2011.

CORREA XAKRIABÁ, Célia Nunes. **O Barro, o Genipapo e o Giz no fazer epistemológico de Autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada.** Dissertação de Mestrado - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais. Brasília – DF, 2018. 218 p.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Ch'ixinakax utxiwa: uma reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores.** Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Sociología de la imagen: Miradas ch'ixi desde la historia andina.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.

DAVIS, Ângela Y. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo: 1ª ed. 2016.

DE FARIA FILHO, Luciano Mendes. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República.** Universidade de Passo Fundo, UPF Editora, 2000.

DIAS, Lúnia Costa. **Ser quilombola e ser de Pinhões [manuscrito]: dinâmicas e experiências de uma produção do lugar.** Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2015.

DIAS, Lúnia Costa. **Ser quilombola, Ser de Pinhões: dinâmicas de autonomia, resistência e territorialização.** 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, Natal/ RN, 2014.

DINIZ, Álvaro. **Santa Luzia: Minha Terra, sua história- Histórias de minha terra.** Dezembro, 2008.

DUARTE, Constância Lima; CORTES, Cristiane; PEREIRA, Maria do Rosário. **Escrevivências: identidades, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo**. Ed. Belo Horizonte: Idéia, 2018.

EVARISTO, Conceição. **Gênero e etnia: uma escre(vivência) da dupla face**. In: MOREIRA, Nadilza Martins de Barros; SCHNEIDER, Diane (Ed). *Mulheres no mundo, etnia, marginalidade e diáspora*. João Pessoa: Idéia, 2005 p.201-212.

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. 3º ed. Rio de Janeiro, Pallas, 2017.

EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio**. 3º ed. Rio de Janeiro, Pallas, 2017.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. Volume I, 3ª Ed. São Paulo: Ed. Ática, 1978.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FOUCAULT, Michel. **Resumo dos cursos do collège de France (1970-1982)**. Trad. Andréa Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade 1: Vontade de saber**. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. Ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes**. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 10, n. 18, p. 133-154, abr. 2011.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento Negro e Educação: Ressignificando e politizando a raça**. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 33, n. 120, p.727-744, julho-setembro 2012.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. In; BRASIL. *Educação Anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº10.639/03*. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005. P.39-62.

GONÇALVES, Carmen Regina Teixeira. **Ser Quilombola, Mulher e Negra: A Agência do Coletivo de Mulheres Empodere Se do Quilombo de Pinhões**. Tese de Doutorado. Doutorado em Educação e Inclusão Social UFMG. 2018.

JONES, J.M. **Racismo e preconceito**. Tradução Dante Moreira Leite. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1974. 173.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

hooks, bell. **Anseios: raça, gênero e políticas culturais**. Tradução Jamille Pinheiro. São Paulo. Elefante. 2019b.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2º ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

INSTITUTO ESTRADA REAL: <http://www.institutoestradaareal.com.br/cidades/santa-luzia/62>

LEITE, Ilka Boaventura. **Humanidades insurgentes: conflitos e criminalização dos quilombos**. In: ALMEIDA, A.W.B. de et AL. (Org.). *Cadernos e Debates Novas Cartografias Sociais: Territórios quilombolas e conflitos*. Manaus: Universidade do Estado da Amazônia, 2010.

MARTINS, Bruno Sena. **Emancipação, sul e pós-colonialismo**. Coimbra, 2013.

MARTINS, Bruno Sena. **Violência colonial e testemunho: Para uma memória pós-abissal**. Coimbra, 2013.

MARTINS, Bruno Sena e CARDINA, Miguel. **As voltas do passado. A guerra colonial e as lutas de libertação**. 1 ed. Edições Tinta-da-China Junho de 2018.

MARTINS, Bruno Sena e SANTOS, Boaventura de Sousa. **O pluriverso dos Direitos Humanos: A diversidade das lutas pela dignidade**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora- 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

MIRANDA, Shirley Aparecida de. **Articulações do feminino em narrativas de mulheres dirigentes sindicais: saber-poder e gênero**. Tese de doutorado. Programa de

Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2008. 230p.

MIRANDA, Shirley Aparecida de. **Dilemas do reconhecimento: a escola quilombola “que vi de perto”**. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S.l.], v.8, n.18, p.68-89, fev.2016. ISSN 2177-2770. Disponível em: <http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/43> Acesso em 27 de Agosto de 2017.

MIRANDA, Shirley Aparecida de. **Dossiê- Educação e relações étnico-raciais: O Estado da Arte**. Revista Educar em Revista, v.34, n.69 em 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/issue/view/2435>

MIRANDA, Shirley Aparecida de. **Educação escolar quilombola: entre ausências e emergências**. Revista Brasileira de Educação, v.17, n. 50, maio-ago. 2012.

MIRANDA, Shirley Aparecida de, LOZANO, Susy Rocío Contendo. **Quando a diáspora africana interpela a educação: aproximações entre Brasil e Colômbia**. Educ. rev. [online]. 2018, vol.34, e200184. Epub 23-Nov-2018. ISSN 0102-4698.

MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Lino. **Para entender o negro no Brasil de hoje. História, realidades, problemas e caminhos**. São Paulo: Global; Ação Educativa, 2004.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3 Ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

SANTANA, Patrícia Maria de Souza. **Modos de Ser Criança no Quilombo Mato do Tição – Jaboticatubas**. Tese de Doutorado. Doutorado em Educação e Inclusão Social UFMG. 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria Paula. (Orgs) **Epistemologias do Sul**. São Paulo; Ed. Cortez. 2010.

SANTOS, Milton. (Orgs) **Epistemologias do Sul**. São Paulo; Ed. Cortez. 2010.

SILVA, Givânia Maria da. **Educação como processo de luta política: a experiência de “educação diferenciada” do território quilombola de Conceição das Crioulas**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) \_Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2012.



SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Decolonizing methodologies: Research and indigenous peoples**. 1999.

SMITH, Linda Tuhiwai. In: DATA CENTER. **Decolonizing Knowledge**, 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7lb7edhWghY> . Acesso em: junho de 2020.

TAYLOR, Diana. **O arquivo e o repertório: Performance e memória cultural nas Américas**. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2013.

WALKER, Sheila S. (Org.). **Conhecimento desde dentro: os afro-sul-americanos falam de seus povos e suas histórias**. Rio de Janeiro: Kitabu, 2018.

## **ANEXOS**

### **ANEXO 1: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) Mulheres maiores de 18 anos**

#### **COEP - N°**

É com imensa satisfação que convidamos você a participar da construção de nossa pesquisa “A EMERGÊNCIA DE NARRATIVAS NA VOZ DAS MULHERES DO QUILOMBO DE PINHÕES”. Nosso objetivo com a pesquisa é através da colaboração de vocês, acessar as narrativas dos grupos de mulheres de Pinhões sobre os vários ofícios específicos que realizam e identificar os elos que elas vão possibilitando que se construam para ser de Pinhões. Sua participação é muito importante para a realização da pesquisa e gostaríamos que fosse de seu interesse contribuir com o nosso trabalho, entretanto, caso não tenha interesse, a sua decisão será respeitada sem nenhuma obrigação.

Para participar da pesquisa você não terá que pagar nada, e nem receberá nenhum dinheiro ou qualquer tipo de vantagem em troca, da mesma forma que não lhe será cobrada nenhuma quantia financeira. A sua contribuição com a pesquisa é totalmente gratuita e voluntária.

A pesquisa acontecerá em locais e horários previamente marcados entre a pesquisadora e as participantes.

Não descartamos a possibilidade de riscos na pesquisa, como desconfortos ou constrangimentos mesmo que mínimos, mas faremos o máximo possível para que seja o menor possível. Se durante a entrevista, ocorrer alguma situação de constrangimento de qualquer natureza, você tem o direito de se recusar a responder as perguntas ou de interromper a entrevista. Você também o direito de retirar seu consentimento em qualquer fase, sem que isso lhe acarrete quaisquer tipos de prejuízo a sua vida pessoal ou profissional.

Para participar desta pesquisa você não terá nenhum custo e nem receberá qualquer vantagem financeira. Você terá também o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a qualquer tempo e sem quaisquer prejuízos, pode retirar o consentimento de guarda e utilização do material que será guardado na sala do Pesquisador responsável, valendo a desistência a partir da data que você assinou este documento. A sua participação é voluntária, e a

recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que será atendida pela pesquisadora. Os resultados obtidos pela pesquisa, estarão à sua disposição quando finalizada.

Para que possa participar da pesquisa, solicitamos que assine abaixo, para que possamos construir a pesquisa.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você. Os materiais a serem coletados no decorrer da pesquisa, serão de uso exclusivo para a pesquisa, sendo arquivados com o pesquisador responsável Professora Doutora Shirley Aparecida de Miranda por um período de 5 (cinco) anos na sala 1506, da Faculdade de Educação da UFMG e após esse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resoluções Nº 466/12; 510/16 e complementares), utilizando as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, \_\_\_\_\_, portadora do documento de Identificação \_\_\_\_\_ fui informada dos objetivos, métodos, riscos e benefícios da pesquisa “A EMERGÊNCIA DE NARRATIVAS NA VOZ DAS MULHERES DO QUILOMBO DE PINHÕES”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar desta pesquisa. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido assinado por mim e pelo pesquisador, que me deu a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

---

Assinatura da entrevistada

Belo Horizonte, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

---

Prof. Dra. Shirley Aparecida de Miranda  
(Pesquisadora responsável)

---

Débora Rodrigues Azevedo Silva  
(Pesquisadora Mestranda)

## CONTATOS

### **PROF. DRA. SHIRLEY APARECIDA DE MIRANDA**

Departamento de Administração Escolar/ Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais (DAE/FAE/UFMG) , Setor de Educação Movimentos Sociais e Ações Coletivas.

Av. Antônio Carlos, 6627, Faculdade de Educação, Campus Pampulha, Sala 1506 DAE/ FaE. Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP.: 31270-901

Telefone: (31) 34096214

E-mail: [mirandashirley48@gmail.com](mailto:mirandashirley48@gmail.com)

Link do currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/3847776763284981>>

### **DÉBORA RODRIGUES AZEVEDO SILVA**

Av. Antônio Carlos, 6627, Faculdade de Educação, Campus Pampulha, Sala 1506, DAE/ FaE. Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP.: 31270-901

E-mail: [deborarodrigues@yahoo.com.br](mailto:deborarodrigues@yahoo.com.br)

### **COEP-UFMG - Comissão de Ética em Pesquisa da UFMG**

Av. Antônio Carlos, 6627. Unidade Administrativa II - 2º andar - Sala 2005.

Campus Pampulha. Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP: 31270-901.

E-mail: [coep@prpq.ufmg.br](mailto:coep@prpq.ufmg.br) Tel: 3409459

Documento em branco após os contatos.  
Impressão apenas na frente das laudas.  
Necessária a rubrica em cada página